



OPAS

RELATÓRIO
FINANCEIRO DO
DIRETOR
e
RELATÓRIO DO
AUDITOR
EXTERNO

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS
Américas

**RELATÓRIO
FINANCEIRO
DO
DIRETOR**

e

**RELATÓRIO DO
AUDITOR
EXTERNO**

1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017

Relatório financeiro do diretor e relatório do auditor externo. 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. (Documento oficial; 356)

ISBN: 978-92-75-72011-0

© Organização Pan-Americana da Saúde 2018

Todos os direitos reservados. As publicações da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) estão disponíveis em seu website em (www.paho.org). As solicitações de autorização para reproduzir ou traduzir, integralmente ou em parte, alguma de suas publicações, deverão se dirigir ao Programa de Publicações através de seu website (www.paho.org/permissions).

Citação sugerida. Organização Pan-Americana da Saúde . Relatório financeiro do diretor e relatório do auditor externo. 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. Washington, D.C.: OPAS; 2018

Dados da catalogação na fonte (CIP). Os dados da CIP estão disponíveis em <http://iris.paho.org>.

As publicações da Organização Pan-Americana da Saúde contam com a proteção de direitos autorais segundo os dispositivos do Protocolo 2 da Convenção Universal de Direitos Autorais. As designações empregadas e a apresentação do material na presente publicação não implicam a expressão de uma opinião por parte da Organização Pan-Americana da Saúde no que se refere à situação de um país, território, cidade ou área ou de suas autoridades ou no que se refere à delimitação de seus limites ou fronteiras.

A menção de companhias específicas ou dos produtos de determinados fabricantes não significa que sejam apoiados ou recomendados pela Organização Pan-Americana da Saúde em detrimento de outros de natureza semelhante que não tenham sido mencionados. Salvo erros e omissões, o nome dos produtos patenteados é distinguido pela inicial maiúscula.

Todas as precauções razoáveis foram tomadas pela Organização Pan-Americana da Saúde para confirmar as informações contidas na presente publicação. No entanto, o material publicado é distribuído sem garantias de qualquer tipo, sejam elas explícitas ou implícitas. A responsabilidade pela interpretação e uso do material cabe ao leitor. Em nenhuma hipótese a Organização Pan-Americana da Saúde deverá ser responsabilizada por danos resultantes do uso do referido material.

SUMÁRIO

COMENTÁRIOS DA DIRETORA	1
--------------------------------	----------

RELATÓRIO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Certificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017	8
Declaração sobre Controle Interno	9
Parecer do Auditor Externo	17

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da situação financeira	20
Demonstração do desempenho financeiro	21
Demonstração das mutações do ativo líquido	22
Demonstração dos fluxos de caixa	23
Comparação dos montantes orçados e efetivos	24
Notas às demonstrações financeiras	25

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO	71
-------------------------------------	-----------

ANEXO NÃO AUDITADO

Informações Segmentadas sobre a Demonstração do Desempenho Financeiro	1
Contribuições Fixas	6
Fundos de Compras	7
Contribuições Voluntárias	12
Escritório Regional para as Américas (AMRO), Organização Mundial da Saúde	34
Outros Centros	35

O Anexo não Auditado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pode ser consultado no portal dos Órgãos Diretores, no endereço:

https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14392%3Aofficial-document-356&catid=1258%3Aexecutive-committee&Itemid=40453&lang=pt

COMENTÁRIOS DA DIRETORA



Em conformidade com o parágrafo 14.9 do Regulamento Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), tenho a honra de apresentar o Relatório Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde referente ao período de apresentação de informações financeiras de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) e o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da OPAS.

Embora a OPAS tenha adotado um exercício de apresentação de informações financeiras anual conforme o estipulado no parágrafo 2.2 do Regulamento Financeiro, o período orçamentário continuar a ser um biênio (parágrafo 2.1 do Regulamento Financeiro). Portanto, para fins de comparação entre os montantes efetivos e os montantes orçados nos Comentários da Diretora, os montantes do orçamento anual representam a metade do Programa e Orçamento bienal como uma aproximação dos montantes orçamentários anuais.

1. *Resumo das conquistas*

Em 2017, a OPAS exerceu suas funções como instituição líder, promotora do consenso e catalisadora de mudanças para melhorar a saúde dos povos das Américas em colaboração com os Estados Membros e parceiros. A Organização continuou a prestar cooperação técnica direta, mobilizar recursos, fortalecer parcerias e redes, formar capacidades, gerar e apresentar evidências, e defender as ações necessárias para continuar a obter avanços em torno das prioridades do Plano Estratégico da OPAS 2014-2019 e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Destaques dos avanços e conquistas obtidos na cooperação técnica durante 2017:

- A Região continuou a obter avanços na eliminação das doenças transmissíveis. Nesse sentido, foram alcançados avanços sem precedentes. A Região das Américas foi certificada pela região da Organização Mundial da Saúde (OMS) por haver alcançado a eliminação da transmissão materno-fetal do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e da sífilis em seis países. Os avanços prosseguiram rumo ao acesso e cobertura universal da atenção e tratamento contra o HIV, alcançando, segundo estimativas, cerca de 81% das pessoas que vivem com o HIV. A região também declarou a eliminação do tétano materno e neonatal no Haiti. A Região das Américas tem estado na vanguarda ao introduzir novas vacinas como parte dos calendários de vacinação de rotina nos países desde 2000. Até o momento, 20 países e territórios na Região já adotaram a vacina contra o rotavírus; 29, a vacina pneumocócica conjugada (PCV); e 31, a vacina contra o HPV. Durante 2017, a Bolívia, a Jamaica, São Vicente e Granadinas e a República Dominicana passaram a aplicar as vacinas contra o HPV e a Guatemala está em vias de fazê-lo.
- Foram obtidos êxitos em toda a Região na abordagem das doenças não transmissíveis (DNT), os fatores de risco e os problemas de saúde mental, áreas em que a OPAS foi pioneira na geração de evidências para promover o entendimento do impacto econômico das DNT e da saúde mental, do custo da falta de ação e do

retorno do investimento. Em 34 países e territórios da Região, a saúde mental foi integrada à atenção primária à saúde.

A Organização também implementou a *Estratégia e plano de ação para fortalecer o controle do tabagismo na Região das Américas 2018-2022*. Além disso, sistemas de alertas nutricionais na parte da frente das embalagens foram aplicados ou estão sendo estudados em 12 países e dois mecanismos de integração sub-regional, com base em informações científicas e baseadas em evidências fornecidas pela OPAS.

- No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, redobram-se os esforços para promover a saúde ao longo do ciclo de vida e abordar os determinantes sociais. A OPAS trabalhou para prevenir as mortes maternas por hemorragia pós-parto em quatro países da Região, em decorrência da implementação da iniciativa Zero Mortes Maternas por Hemorragia, que tem como objetivos salvar a vida das mães e, também, beneficiar suas famílias e o desenvolvimento dos seus países. Reconhecendo a necessidade de dar à saúde um enfoque intercultural, a 29ª Conferência Sanitária Pan-Americana aprovou a *Política sobre etnia e saúde*, marcando um passo significativo destinado a estabelecer um compromisso único em todo o sistema da OMS para enfrentar as iniquidades étnicas em saúde.
- Os países estão progredindo na implementação de roteiros para alcançar a saúde universal em 2017, com 26 países tendo formulado políticas, estratégias e planos nacionais de saúde abrangentes no contexto da estratégia regional para a saúde universal. No fim de 2017, estruturas financeiras visando a saúde universal haviam sido implementadas por 16 países, enquanto 13 países estavam implementando a Estrutura de Monitoramento da Saúde Universal. Além disso, 15 países ampliaram o acesso e melhoraram a qualidade da atenção por meio de diversas estratégias direcionadas.
- Prestou-se apoio imediato a todos os países que solicitaram assistência durante o ano para operações de resposta, respondendo com eficácia a todas as emergências agudas com impactos sanitários em potencial que ocorreram em 2017 em decorrência de furacões, terremotos, inundações, secas, surtos e crises migratórias ocorridos em 33 países e vários territórios. Entre os esforços da Organização, destacam-se o apoio, na forma de serviços de saúde, água e saneamento, entre muitos outros serviços, ao Peru e a outros países afetados por inundações graves em consequência do fenômeno “El Niño”. A Organização continuou a exercer uma liderança dinâmica e a prestar orientação e apoio técnico oportunos aos Estados Membros para prevenir, controlar e mitigar as complicações associadas e as consequências socioeconômicas decorrentes do surto de ZIKV em toda a região, e prestou assistência ao Brasil, que foi afetado por um surto de febre amarela no início de 2017. Além disso, a OPAS apoiou 15 países e territórios nas suas operações nacionais de resposta por causa dos furacões Irma e Maria, de terremotos e de um surto de difteria.
- O projeto Mais Médicos forneceu assistência de saúde básica a 2.887 municípios no Brasil e 34 distritos indígenas de saúde em 2017. No total, mais de 60 milhões de pessoas no Brasil estão sendo beneficiadas por esse programa, das quais 43 milhões são atendidas por médicos cubanos, por intermédio da cooperação técnica da OPAS. A estrutura de avaliação e monitoramento do projeto tem sido implementada com êxito. Ademais, um novo conjunto de estudos de caso foi iniciado e abrange temas estratégicos como governança, formação médica e populações indígenas.

Inovações e eficiências na tecnologia da informação em 2017, com destaque para:

- O Sistema de Informação para a Gestão da OPAS (PMIS) continuou a simplificar as operações, resultando em processos mais eficientes. Os usuários do PMIS agora usam relatórios e painéis de controle sob medida para apoiar o processo de tomada de decisões. O Portal do Programa e Orçamento da OPAS <https://open.paho.org> foi ao ar para fornecer aos Estados Membros detalhes do financiamento e avanço do trabalho da Organização por meio de atualizações trimestrais.
- A adoção dos serviços do Microsoft Office 365 baseado na nuvem tem aumentado a eficiência na comunicação e colaboração dentro de um ambiente seguro, com boa relação custo-benefício, e disponível em qualquer dispositivo conectado à Internet.

- Graças à implementação do Roteiro da Cibersegurança da OPAS em 2017, nenhum incidente grave de cibersegurança impactou a confidencialidade, disponibilidade nem integridade das informações da Repartição Sanitária Pan-Americana.

2. Receita total

Principais componentes da receita da OPAS		(milhões de dólares)	
	2017	2016	
Programa e Orçamento	282,1	252,4	
Fundos de compras	684,8	678,5	
Contribuições voluntárias nacionais	532,4	511,9	
Outros fundos especiais ¹	9,5	6,9	
TOTAL	1.508,8	1.449,7	

¹Entre os Outros fundos especiais, figura o Fundo de Equalização de Impostos (US\$ 6,0 milhões)

Programa e Orçamento		(milhões de dólares)	
	2017	2016	
Contribuições fixas ¹	96,4	96,4	
Contribuições voluntárias da OPAS	50,4	31,0	
Contribuições voluntárias da OMS	22,6	23,0	
Outros fundos da OMS ²	53,2	40,0	
Gastos de apoio a programas	41,9	43,5	
Receitas diversas	15,5	15,2	
Outros ³	3,1	3,3	
Total da receita	283,1	252,4	

¹Exclui o Fundo de Equalização de Impostos, no valor de US\$ 6,0 milhões.

²Em 2017, a rubrica Outros fundos da OMS abrange as Contribuições fixas da OMS (US\$ 41,2 milhões) e a Conta especial da OMS para gastos com a prestação de serviços (US\$ 12,0 milhões).

³Em 2017, a rubrica Outros fundos abrange as vendas do AFTOSA (US\$ 1,3 milhão), Aluguéis (US\$ 1,0 milhão), PROMESS (US\$ 0,6 milhão) e US\$ 0,2 milhão de outros fundos.

3. Contribuições fixas da OPAS e receitas diversas orçadas:

As Contribuições fixas da OPAS somaram US\$ 96,4 milhões, após a transferência de US\$ 6 milhões para o Fundo de Equalização de Impostos referente ao exercício 2017. A receita das contribuições fixas foi registrada na sua totalidade no dia 1º de janeiro de 2017, data em que se tornaram líquidas e exigíveis. Em 2017, a arrecadação das contribuições fixas do ano corrente e de anos anteriores totalizou US\$ 58,4 milhões e US\$ 40,1 milhões, respectivamente. Em 2016, a arrecadação das contribuições fixas do ano corrente foi 65%, frente a 57% em 2017. Em 2017, a OPAS recebeu pagamentos de contribuições fixas referentes ao ano corrente e a anos anteriores de 39 Estados Membros. Das contribuições fixas referentes a 2017, 27 Estados Membros pagaram integralmente, 12 fizeram pagamentos parciais e três não efetuaram nenhum pagamento.

O total das contribuições fixas em aberto, inclusive os montantes devidos de exercícios financeiros anteriores, subiu de US\$ 40,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para US\$ 44,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. A cada ano, os delegados que comparecem ao Conselho Diretor ou à Conferência Sanitária Pan-Americana examinam minuciosamente as circunstâncias financeiras desses Estados Membros em atraso com as suas contribuições fixas e sujeitos à aplicação do Artigo 6.B da Constituição da OPAS. Até 1º de janeiro de 2018, dois Membros Associados estavam sujeitos ao Artigo 6.B.

As receitas variadas abrangem parcela das receitas de investimento procedentes dos fundos administrados pela Organização, receitas associadas com carteiras de investimento, o resultado líquido da variação do câmbio e o montante poupado em obrigações de períodos anteriores e outras receitas variadas. O total das receitas variadas para o Programa e Orçamento da OPAS referente a 2017 foi de US\$ 15,5 milhões, decomposto em US\$ 19,0 milhões em receitas de investimentos, US\$ 0,5 milhão em taxas de administração de investimentos, uma perda cambial não realizada de US\$ 3,3 milhões e US\$ 0,3 milhão em outras receitas variadas.

4. Excedentes bienais

Ao fim de cada biênio orçamentário, a OPAS define seu excedente de receita e seu excedente orçamentário de acordo com o Regulamento Financeiro. O excedente de receita é o excesso de receita em relação às receitas diversas orçadas no encerramento de um período orçamentário. Já o excedente orçamentário é o saldo que não esteja comprometido no encerramento do período orçamentário corrente. O excedente orçamentário referente ao biênio 2016-2017 é de US\$ 1,0 milhão. O excedente de receita referente ao mesmo período é de US\$ 5,7 milhões.

Contribuições fixas da OPAS e receitas diversas: destaques financeiros (milhões de dólares)	Efetivo	Efetivo	Efetivo, total	Orçado
	2017	2016	2016-2017	2016-2017
Receita:				
Contribuições fixas em 2017	102,4	102,4	204,8	204,8
Menos: Equalização de impostos	(6,0)	(6,0)	(12,0)	(12,0)
Outras receitas	-	-	-	-
Receitas diversas ¹	15,5	15,2	30,7	25,0
Total da receita	111,9	111,6	223,5	217,8
Gastos:				
Gastos operacionais em 2017 ¹	(118,9)	(97,9)	(216,8)	(217,8)
Excedente/(déficit) financeiro líquido das operações em 2017	(7,0)	13,7	6,7	-

¹Estão excluídas as rubricas não orçamentárias, principalmente a depreciação e os ganhos e perdas não realizados.

5. Fundo de Capital de Giro

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do Fundo de Capital de Giro da Organização era de US\$ 21,7 milhões. O nível máximo autorizado do Fundo de Capital de Giro é US\$ 25,0 milhões.

6. Contribuições fixas da OMS e outros fundos da OMS

A Organização Pan-Americana da Saúde executou US\$ 63,7 milhões da alocação de recursos da Organização Mundial da Saúde (OMS) para apoiar os programas de saúde internacionais estabelecidos pela Assembleia Mundial da Saúde para a Região das Américas. Além disso, a Organização recebeu e executou US\$ 12,1 milhões de outras fontes de recursos da OMS. Portanto, a Organização executou um total de US\$ 75,8 milhões de fundos procedentes da OMS em 2017. Em comparação, em 2016 a Organização executou US\$ 54,0 milhões em recursos alocados pela OMS e US\$ 9,0 milhões de outras fontes de recursos, perfazendo um total de US\$ 63,0 milhões.

7. Contribuições voluntárias da OPAS

As contribuições voluntárias da OPAS abrangem: 1) o fundo de contribuições voluntárias e 2) o fundo de contribuições voluntárias destinadas à prontidão para emergências e assistência em caso de desastres.

Em 2017, a receita total (lançada) da OPAS em contribuições voluntárias (deduzidos os gastos de apoio a programas) somou US\$ 50,4 milhões, em comparação com US\$ 31,0 milhões em 2016. As receitas diferidas (não lançadas) totalizaram US\$ 159,1 milhões em 2017, frente a US\$ 149,0 milhões em 2016, o que representa um aumento de US\$ 10,1 milhões.

Em 2017, os maiores doadores das contribuições voluntárias executadas foram: os Estados Unidos da América (US\$ 19,6 milhões), o Canadá (US\$ 6,5 milhões), a Aliança GAVI (US\$ 4,8 milhões), o Reino Unido (US\$ 4,2 milhões) e o Brasil (US\$ 3,5 milhões). Os maiores doadores para a prontidão para emergências e assistência em caso de desastres foram o Reino Unido e os Estados Unidos (US\$ 1,0 milhão cada um).

8. Contribuições voluntárias nacionais

As contribuições voluntárias nacionais são recursos financeiros doados por governos exclusivamente para projetos que beneficiam seus países. Em 2017, a OPAS executou US\$ 532,4 milhões (frente a US\$ 511,9 milhões em 2016) em contribuições dessa espécie. O ligeiro aumento da receita dessas contribuições em 2017 se deve principalmente à reavaliação da taxa de câmbio do real frente ao dólar dos Estados Unidos.

Receita: contribuições voluntárias nacionais (milhões de dólares)					
	2017	2016	2015	2014	2013
Programa Mais Médicos	466,1	442,8	473,3	673,2	145,6
Outros programas no Brasil	59,8	51,4	74,4	105,7	120,3
Outras contribuições voluntárias nacionais	6,5	17,7	7,0	14,4	7,0
TOTAL	532,4	511,9	554,7	793,3	272,9

9. Compras em nome dos Estados Membros

Em 2017, a atividade financeira total realizada pelos serviços de compras em nome dos Estados Membros cresceu para US\$ 684,8 milhões, em comparação com US\$ 678,5 milhões em 2016. Por meio de amplos processos de licitação internacional, a OPAS consegue comprar, a preços acessíveis, vacinas, provisões e equipamentos de saúde pública em nome dos Estados Membros e instituições internacionais.

Receita: Atividades de compras em nome dos Estados Membros (milhões de dólares)					
	2017	2016	2015	2014	2013
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	612,0	582,3	561,2	596,2	550,7
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	69,0	92,2	71,5	60,6	23,4
Compras reembolsáveis	3,8	4,0	6,0	12,0	22,9
TOTAL	684,8	678,5	638,7	668,8	597,0

O **Fundo Rotativo para Compra de Vacinas** foi criado como um mecanismo de compras para garantir a qualidade e a mobilização oportuna de vacinas a preços mais baixos, no âmbito do programa regional de vacinação. O Fundo aumentou de US\$ 582,3 milhões em 2016 para US\$ 612,0 milhões em 2017, ou 5,1%, alcançando o seu nível de atividade mais elevado desde a sua criação.

Isso se deveu principalmente ao aumento da demanda de alguns países, como a Colômbia (VPC e as vacinas contra o rotavírus e a varicela), e o Peru (a vacina contra a gripe sazonal). Em 2017, 41 países e territórios participaram do Fundo. Os Estados Membros com o maior volume de compras foram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela. O Fundo Rotativo mantém seus esforços para ajudar os países a melhorar o planejamento da demanda, aumentar a eficiência operacional e promover a disponibilidade de vacinas sob condições mundiais restritas, como as vacinas contra a febre amarela e contra a pólio com vírus inativado (VVI).

O **Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública** foi criado em 1999 para facilitar as compras de provisões estratégicas para saúde pública a preços mais acessíveis e mais estáveis, aumentar a disponibilidade de provisões estratégicas e melhorar a capacidade de planejamento para obter e distribuir produtos. Historicamente, o Fundo Estratégico havia se concentrado em ajudar os Estados Membros a ampliar o acesso a produtos de saúde pública para prevenir e tratar doenças transmissíveis (HIV/AIDS, malária, tuberculose, doenças tropicais negligenciadas).

Desde 2013, a Organização vem fortalecendo o Fundo Estratégico para ampliar o acesso a medicamentos essenciais de qualidade contra as doenças não transmissíveis (DNT), sobretudo a hipertensão, o diabetes, o câncer e a doença renal, e a medicamentos de alto custo, com atenção especial para a hepatite C.

Apesar de uma redução da receita de US\$ 92,2 milhões em 2016 para US\$ 69,0 milhões em 2017, US\$ 38,7 milhões a mais em ordens de compra estavam sendo processados em nome dos Estados Membros em 31 de dezembro de 2017, o que resultou em um aumento geral dos níveis de atividade de compras em 2017 frente a 2016. Em 2017, 23 Estados Membros usaram o Fundo Estratégico. Os Estados Membros com maior volume de compras efetuadas foram Brasil, Colômbia, Guatemala, Peru e Venezuela. Pela primeira vez, Trinidad e Tobago, as Ilhas Bermudas e as Ilhas Turcas e Caicos usaram o Fundo.

O uso médio pelos Estados Membros das **linhas de crédito dos fundos rotativos** aumentou em US\$ 3,6 milhões em 2017 em comparação com 2016, passando de US\$ 46,5 milhões para US\$ 50,6 milhões no caso do Fundo Rotativo para Compra de Vacinas e de US\$ 2,7 milhões para US\$ 2,2 milhões para o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública.

O financiamento para materiais médicos, equipamento médico e bibliografia adquiridos por meio do **Processo de Compras Reembolsáveis em nome do Fundo dos Estados Membros** foi de US\$ 3,8 milhões. Em 2017, 24 Estados Membros fizeram uso desse fundo.

10. Gastos por categoria

Os gastos totais da OPAS, que refletem os desembolsos e obrigações acumuladas, aumentaram, passando de 1,4694 bilhão em 2016 para US\$ 1,5109 bilhão em 2017.

As principais categorias de gasto da OPAS são apresentadas abaixo em milhões de dólares dos Estados Unidos:

Categorias de gastos da OPAS (excluídas as eliminações)	(milhões de dólares)
Pessoal e outros gastos de pessoal ¹	147,9
Provisões, produtos primários, materiais ²	697,2
Depreciação e amortização	0,9
Serviços contratuais	137,8
Viagens ³	54,2
Transferências e subvenções a contrapartes ⁴	455,0
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos	17,9
Total de gastos da OPAS	1.510,9

¹ Abrange o aumento das obrigações no âmbito do seguro-saúde pós-serviço.

² A categoria Provisões, produtos primários, materiais representa principalmente as compras de vacinas, medicamentos estratégicos para a saúde pública, seringas e suprimentos médicos para os Estados Membros por meio dos fundos de compras.

³ Abrange Eventos, transporte e diárias.

⁴ A categoria Transferências e subvenções a contrapartes é composta, sobretudo, por gastos vinculados às contribuições voluntárias nacionais.

11. Liquidez e investimentos

O Comitê de Investimentos da OPAS estabelece e executa políticas de investimentos adequadas, que refletem as melhores práticas e uma gestão financeira prudente. O Comitê de Investimentos examina periodicamente o rendimento da carteira de investimentos, tendo em mente o objetivo principal de preservar o valor capitalizado dos recursos e manter a liquidez adequada, ao mesmo tempo em que maximiza o rendimento da carteira.

A receita de investimentos totalizou US\$ 18,7 milhões em 2017 e US\$ 12,9 milhões em 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o total de caixa e investimentos da Organização era de US\$ 803,3 milhões, um aumento de US\$ 133,9 milhões em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2016.

12. Políticas contábeis e base de preparação

As demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde foram preparadas pelo regime de competência de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), usando os critérios de avaliação a valor justo. Nos casos em que não havia uma IPSAS para abordar uma questão específica, foram aplicadas as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS).

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Organização continuará em atividade e cumprirá seu mandato no futuro próximo. Os Órgãos Diretores da Organização não manifestaram nenhuma intenção de extinguir a Organização nem de encerrar suas operações. Além disso, no momento da preparação destas demonstrações financeiras a Direção Executiva da Organização não estava a par de nenhuma incerteza relevante relacionada a eventos ou condições que pudessem suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Organização de continuar em atividade.

A publicação das demonstrações financeiras da Organização foi autorizada pela Diretora da Organização, no exercício da autoridade nele investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP28.R7 de setembro de 2012. A aprovação da publicação data de 23 de março de 2018. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação.

Assinado

Carissa F. Etienne

Diretora

Organização Pan-Americana da Saúde

Certificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em conformidade com as disposições do artigo XIII do Regulamento Financeiro, seguem anexas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras, as políticas contábeis e as notas às demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS). As demonstrações financeiras e as notas foram auditadas pelo Auditor Externo da Organização, o Tribunal de Contas da Espanha, cuja opinião está incluída neste relatório.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, junto com as respectivas notas explicativas, foram examinadas e aprovadas.

Assinado

Xavier Puente Chaudé
Diretor
Gestão de Recursos Financeiros

Assinado

Carissa F. Etienne
Diretora
Organização Pan-Americana da Saúde

23 de março de 2018

DECLARAÇÃO SOBRE CONTROLE INTERNO

ALCANCE DA RESPONSABILIDADE

Na qualidade de Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA), tenho a responsabilidade de manter um sistema adequado de controle interno que respalde o cumprimento do mandato da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a consecução de seus objetivos, ao mesmo tempo em que se garantem os fundos e ativos administrados pela RSPA, pelos quais devo prestar contas, em conformidade com as responsabilidades atribuídas pela Constituição da OPAS, os Órgãos Diretores e o Regulamento Financeiro da Organização.

A prestação de contas é um componente integral da gestão com base nos resultados da RSPA e, como tal, autoriza os gerentes a tomarem as medidas necessárias para obter os resultados previstos, ao mesmo tempo em que exige o exercício da diligência devida em matéria de ações e decisões, assim como o cumprimento dos regulamentos e das regras pertinentes. A delegação de autoridade é um requisito para a aplicação eficaz da gestão com base em resultados. A boa governança é habilitada pela delegação adequada da autoridade e, como Diretora, aprovei um quadro de delegação de autoridade que define linhas claras de autoridade sobre todos os recursos disponíveis, tanto humanos como financeiros, e estabelece a responsabilidade e a obrigação de prestar contas de todo o pessoal da Organização.

A prestação de contas na OPAS inclui a obrigação de informar sobre o cumprimento das responsabilidades delegadas por meio de mecanismos estabelecidos, entre outros, a certificação anual da informação financeira e a avaliação do cumprimento do plano de trabalho bienal.

FINALIDADE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O sistema de controle interno foi elaborado para manter o risco em um nível razoável e não para eliminar qualquer risco de fracasso na obtenção dos resultados previstos e consecução dos objetivos estratégicos. Portanto, este sistema só pode contribuir com uma segurança razoável e não absoluta de sua eficácia. O sistema de controle interno se baseia em um processo constante para determinar quais são os riscos para cumprir o mandato e os objetivos da Organização, priorizá-los, avaliar a probabilidade de que esses riscos ocorram e a repercussão que teriam se chegassem a ocorrer, além de manejá-los de maneira eficiente, eficaz e econômica. O sistema de controle interno esteve em funcionamento na RSPA durante todo o período considerado para a apresentação do relatório financeiro, compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, e até a data da aprovação do Relatório Financeiro do Diretor.

O sistema de controle interno da RSPA se baseia na Constituição e no Regulamento Financeiro da Organização Pan-Americana da Saúde. A partir disso, a Organização criou e implementou outras ferramentas para contribuir com mais informação e servir de orientação ao quadro de controle e promover a eficiência e a eficácia nas operações e no uso dos recursos da Organização.

No nível sistêmico, a OPAS conta com o Estatuto e Regulamento do Pessoal, o Manual Eletrônico e os Procedimentos Operacionais Padronizados, o Sistema de Avaliação e Desempenho do Pessoal (PPES), o Monitoramento e Avaliação do Desempenho (PMA), e o Quadro de Responsabilidade Financeira. Além disso, foi estabelecida uma iniciativa de conformidade no nível institucional, juntamente com os Procedimentos Operacionais Padronizados da OPAS para o Cumprimento do Controle Interno, observando o sistema completo para implementar sistemas de controle interno e medidas destinadas à prestação de contas.

CAPACIDADE PARA GERENCIAR RISCOS

Na qualidade de Diretora da RSPA, tomei nota da criação de um sistema de equipes centrais e multifuncionais que têm a responsabilidade geral de determinar e avaliar os riscos associados com a execução do programa de trabalho e o funcionamento geral da Organização. Entre as equipes centrais encontram-se o Escritório de Ética (ETH), o Escritório do Assessor Jurídico (LEG), o Escritório de Coordenação de Países e Sub-Regiões (CSC), o Departamento de Planejamento e Orçamento (PBU), o Departamento de Relações Externas, Parcerias e Mobilização de Recursos (ERP), o Departamento de Gestão de Recursos Humanos (HRM), o Departamento de Serviços de Tecnologia da Informação (ITS), o Departamento de Operações de Serviços Gerais (GSO) e o Departamento de Gestão de Recursos Financeiros

(FRM). Estas equipes centrais são responsáveis pelo estabelecimento do controle, além de proporcionar a disciplina e a estrutura necessárias para alcançar os objetivos principais do sistema de controle interno.

No tocante a iniciativas e processos específicos, a OPAS coordena esforços por meio de programas multifuncionais importantes que envolvem vários centros de custos ou equipes, como o Sistema de Gestão dos Assuntos de Integridade e Conflitos (SGAIC), o Comitê de Proteção dos Recursos e Prevenção de Perdas (APLPC), a Equipe de Gestão de Crises, o Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional e Conformidade, o Comitê Consultor sobre o Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS), o Comitê de Levantamento das Propriedades, o Comitê de Investimentos em Projetos de Infraestrutura (PIIC), o Comitê de Investimentos, o Grupo de Trabalho para Desastres e o Grupo de Trabalho sobre Alerta e Resposta a Epidemias.

O Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação exerce as funções de entidade assessora para a Diretora, além de ser a entidade assessora e observadora do SGAIC, APLPC, Comitê de Levantamento das Propriedades e Comitê Assessor do PMIS.

QUADRO DE RISCO E CONTROLE

O quadro de risco e controle é desenvolvido e implementado pelos Órgãos Diretores e pela RSPA, a secretaria da Organização. Estes órgãos, conforme estipulado na Constituição da OPAS, determinam as políticas gerais da Organização, inclusive a política financeira, e examinam e aprovam a estratégia plurianual, assim como o programa e orçamento bienal da Organização.

A Secretaria apresenta relatórios periódicos aos Órgãos Diretores acerca da situação financeira, programática e orçamentária da Organização, incluindo um relatório anual do Auditor Externo da OPAS. Além disso, o Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação publica um relatório anual de suas atividades, que apresenta a situação das recomendações de auditoria que estão pendentes. O Auditor Geral também apresenta à Diretora um parecer geral acerca do controle interno da OPAS. Com referência ao período de apresentação de informações financeiras de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, o Auditor Geral concluiu o seguinte:

Os controles internos são procedimentos e atividades que mitigam os riscos e, assim, aumentam a probabilidade de uma Organização atingir seus objetivos. Entre os exemplos de controles internos, figuram a garantia da custódia segura dos bens físicos e a salvaguarda da memória institucional por meio de mecanismos formais que transmitem os conhecimentos do pessoal que está deixando a instituição para o pessoal que vem substituí-lo. A justificativa para cada controle interno é o risco (ou riscos) para os objetivos institucionais que o controle interno objetiva abordar. O quadro geral de controle interno agrega controles internos dentro do estilo operacional geral da Organização; suas políticas e práticas operacionais e a atribuição de autoridade e responsabilidades ao pessoal.

O conceito das “três linhas de defesa” estabelece responsabilidades institucionais para a implementação e monitoramento dos controles internos. A “primeira e segunda linhas de defesa” são fornecidas pela direção; a primeira consiste em controles internos diários que mitigam riscos, enquanto a segunda envolve o exame e monitoramento dos controles internos pela direção. A “terceira linha de defesa”, que funciona por trás das defesas da administração, é a garantia fornecida pelos auditores internos (e outras fontes externas, como os auditores externos).

A partir da perspectiva da “terceira linha de defesa”, o IES observou melhorias constantes na “primeira e segunda linhas de defesa” da OPAS nos últimos anos. Em 2016, contudo, o IES encontrou uma deterioração temporária na eficácia dessas duas linhas. Isso foi consequência de um período de transição, em que a implementação do projeto de modernização do PMIS havia redefinido e interrompido muitos controles internos, principalmente em termos de processos orçamentários. Em 2017, o IES constatou uma recuperação e melhoria dos controles internos, pois o projeto do PMIS melhorou os fluxos de informações na OPAS e forneceu controles internos automatizados mais robustos. Assim, em 2017, algumas das melhorias previstas nos controles internos do projeto do PMIS começaram a se materializar, reforçando a tendência de longo prazo de melhoria dos controles internos.

A opinião geral do IES sobre o ambiente de controle interno da OPAS em 2017 é que ele continuou a fornecer uma garantia razoável quanto à precisão e pontualidade do registro das transações, ativos e passivos; à mitigação dos riscos para a consecução dos objetivos da Organização e à salvaguarda dos ativos.

Como nos anos anteriores, o IES continua a aconselhar a administração no sentido de que tanto a vinculação dos controles internos aos riscos quanto a vinculação dos riscos aos objetivos da Organização precisam ser mais claros. Uma articulação mais rigorosa das conexões entre os objetivos, riscos e controles internos para mitigar esses riscos na Organização é um processo contínuo e essencial para fortalecer ainda mais o ambiente de controle interno da OPAS.

FRM e PBU apresentam relatórios mensais à Direção Executiva, cobrindo a situação financeira atual da Organização, a probabilidade de que se cumpram os planos financeiros e orçamentários e os riscos pertinentes. O Departamento de Tecnologia da Informação (ITS) também apresenta um relatório mensal à Direção Executiva sobre a execução e o aperfeiçoamento do PMIS e os riscos conexos. Estes relatórios são analisados com todo detalhe para que os membros da Direção Executiva contem com a informação adequada e integral necessária no processo de tomada de decisões. Finalmente, semestralmente realiza-se um processo de avaliação do desempenho institucional no qual participam a Direção Executiva, os gerentes das entidades e o pessoal técnico para avaliar o progresso na implementação do programa de trabalho e do Plano Estratégico.

Em 2011, a Direção Executiva da OPAS aprovou o estabelecimento do Programa de Gestão de Riscos Institucionais (ERM) e o quadro conceitual dessa gestão. A gestão de riscos é parte integrante do sistema de conformidade dentro da OPAS. Um sistema de gestão de riscos institucionais é fundamental para avaliar os eventos ou iniciativas que possam influenciar o mandato, o ritmo e o curso da mudança na Organização resultante da adoção de novas tecnologias, de novas exigências dos Estados Membros em matéria de cooperação técnica, do aumento dos recursos administrados e da adaptação à transformação das Nações Unidas.

Os objetivos do método de gestão de risco adotado pela OPAS são apoiar as decisões fundamentadas na informação e integrar a gestão do risco nos processos estratégicos e operacionais da instituição. Nesse sentido, o programa de gestão dos riscos institucionais tem as seguintes linhas de trabalho: o registro dos riscos (RR), a identificação dos riscos institucionais e a capacitação e conscientização. O registro dos riscos foi criado com a finalidade de integrar a identificação dos riscos e as oportunidades como parte da reflexão dos gerentes para o planejamento, implementação e acompanhamento do Programa e Orçamento e dos respectivos planos de trabalho bienais no nível dos centros de custos. Por definição, o registro dos riscos tem uma duração prevista de dois anos e deve ser considerado como uma ferramenta que serve de apoio aos processos gerenciais e permite identificar os problemas sistêmicos. O processo de avaliação e monitoramento dos riscos institucionais da Organização abrange o envolvimento completo da Direção Executiva da OPAS e do Comitê Permanente de ERM (ERMCS). Esse Comitê se concentra nos riscos que podem afetar a capacidade da Organização para desempenhar e cumprir sua missão e seu mandato. A duração prevista desses riscos varia entre três e cinco anos.

Durante 2017, o Comitê Permanente de Gestão do Risco Institucional examinou os perfis dos principais riscos institucionais identificados, analisando o alcance do risco, as ações mitigatórias e os indicadores para medir e monitorar os riscos. A cada seis meses, esse Comitê e a Direção Executiva examinam o progresso e a evolução dos principais riscos institucionais. O Comitê de Auditoria também monitora os principais riscos institucionais identificados, assim como a implementação dos planos de mitigação correspondentes.

Com essa finalidade, o programa de gestão dos riscos institucionais contém uma política de gestão dos riscos que estabelece as ferramentas para identificar, avaliar e monitorar os riscos institucionais, assim como para responder a eles, de maneira estruturada, sistêmica e oportuna. Em cumprimento da política de gestão dos riscos institucionais, as avaliações de riscos fizeram parte do processo de planejamento operacional correspondente ao biênio 2016-2017, da Avaliação do Desempenho e Monitoramento (PMA) no fim de 2016 e de 2017, e da elaboração do Programa e Orçamento e Planejamento Operacional para 2018-2019.

Além disso, foram atualizadas as diretrizes para a gestão de riscos, que substituíram o antigo manual de gestão de riscos. Essas diretrizes definem claramente as funções e as responsabilidades dos diferentes níveis na gestão de riscos (pontos focais de risco, centros de custos, etc.), o enfoque e o alcance da gestão dos riscos institucionais, assim como outras normas gerais das operações. Várias sessões de capacitação e vídeos sobre a gestão de riscos foram oferecidos.

EXAME DA EFICÁCIA

Como Diretora da RSPA, tenho a responsabilidade de examinar a eficácia do sistema de controle interno. Para o exame da eficácia do sistema de controle interno, me apoio nas informações fornecidas pelo Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação e pelos gerentes seniores da Organização que têm a responsabilidade de elaborar e manter o controle interno, assim como nas observações formuladas pelo Auditor Externo em suas cartas sobre assuntos de gestão e em seus relatórios de auditoria. Tanto o Auditor Geral como o Comitê de Auditoria me informaram das consequências que têm o resultado de meu exame sobre a eficácia do sistema de controle interno. Atualmente, está sendo executado um plano para abordar as deficiências identificadas e garantir a melhora contínua do sistema.

O Auditor Geral presta contas a mim diretamente. O Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação (IES) empreende atividades de garantia e assessoria objetivas e independentes, concebidas para melhorar as operações da Organização e agregar valor. Mediante um enfoque sistemático e baseado na análise de riscos, o IES procura ajudar a Organização a cumprir seus objetivos auditando e avaliando a eficácia e a eficiência da governança, os controles internos, as operações e os processos institucionais. O IES se ocupa das atividades de auditoria interna, para as quais se estabelecem objetivos muito precisos por meio de uma avaliação dos riscos pertinentes. Ao concluir uma atividade de supervisão, o IES prepara um relatório detalhado dirigido a mim e com cópia para as pessoas pertinentes na Secretaria. Esses relatórios de atividades apresentam resultados e recomendações para ajudar a gerência a abordar os riscos, manter ou melhorar os controles internos e promover uma governança eficaz. O IES faz o acompanhamento sistemático de todas as recomendações que formulou; além disso, colabora com as atividades de avaliação realizadas em toda a Organização, mediante o registro e o acompanhamento de todas as tarefas de avaliação realizadas na Organização.

O Comitê de Auditoria da OPAS, estabelecido mediante a resolução CD49.R2, desempenha a função de organismo assessor independente para apoiar o Diretor e os Estados Membros da OPAS. Oferece assessoria e avaliações independentes acerca do funcionamento dos mecanismos de controle financeiro e apresentação de relatórios da Organização, dos processos de gestão de riscos e da idoneidade dos sistemas de controle interno e externo da Organização. O Comitê de Auditoria se reúne duas vezes por ano.

O sistema de controle interno estava em funcionamento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e até a data da aprovação do Relatório Financeiro do Diretor. Durante o ano de 2017, o processo de gestão de riscos da Secretaria identificou diversas áreas que exigem mais trabalho para manter garantias adequadas de controle interno e, nesse sentido, a Secretaria implementou ações mitigatórias.

Questões importantes de controle interno	Medidas tomadas para abordar as questões
1. <i>Sistemas administrativos institucionais</i>	
<p>O fechamento do Biênio de 2017 foi um desafio importante, pois se tratava do primeiro fechamento de um biênio em que a OPAS usava o PMIS.</p> <p>A plataforma do PMIS está em constante evolução, melhorando permanentemente. O provedor do programa proporciona atualizações semanais do sistema de maneira automática e oferece novas versões do programa duas vezes por ano. Estas atualizações</p>	<p>Para garantir o fechamento do biênio sem sobressaltos, foi criada uma equipe multifuncional com a participação de todas as principais unidades envolvidas no processo de fechamento. Para mitigar os riscos e garantir o êxito do fechamento financeiro, o processo foi gerenciado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os processos de fechamento foram definidos e documentados. • Foi criada uma equipe de testes concentrada. • Foi criado um site na Intranet com informações atualizadas. • Procedimentos operacionais padronizados, guias de uso e vídeos foram postos à disposição dos usuários. • Sessões de vídeo e capacitação foram oferecidas ao pessoal da Sede e das

Questões importantes de controle interno	Medidas tomadas para abordar as questões
incluem melhoras solicitados pela OPAS para abordar os problemas de controle interno identificados.	representações nos países. Existe uma estrutura de governança do PMIS para administrar e priorizar as mudanças e aprimoramentos. Esse processo permite que a organização mantenha e atualize continuamente um roteiro para mudanças.
2. Implementação de acordos de contribuição voluntária	
A implementação eficaz e oportuna do Programa e Orçamento é fundamental para a boa reputação e o crescimento sustentado da Organização. A implementação oportuna é de suma importância para os compromissos de contribuições voluntárias com prazo determinado, a fim de evitar a devolução de recursos aos doadores após o término dos contratos. Deve-se obter um equilíbrio entre a aceitação e a concepção de um projeto, o recebimento oportuno dos recursos comprometidos, as práticas, políticas e procedimentos institucionais e a capacidade de absorção dos beneficiários, para alcançar metas ótimas na implementação de projetos.	O diálogo da OPAS com os doadores identificou a necessidade de melhorar e modernizar continuamente o monitoramento da implementação e a avaliação de impacto em apoio à gestão das contribuições voluntárias. O PMIS e a funcionalidade relacionada sobre notificações acerca da gestão das doações têm proporcionado as ferramentas necessárias para administrar os componentes financeiros das contribuições voluntárias. Os coordenadores das doações e as entidades executoras recebem uma ampla variedade de relatórios com os quais podem fazer o acompanhamento dos saldos não gastos, datas de expiração e informações conexas a fim de permitir medidas corretivas. Além disso, para apoiar o acompanhamento de alto nível da execução das contribuições voluntárias, foi elaborado um relatório executivo que melhora a transparência e fornece informações de maneira mais uniforme. As datas de expiração são monitoradas rigorosamente para que os recursos dos acordos com os doadores sejam executados plenamente em conformidade com os termos e condições dos doadores. Um exame das doações já terminadas e as que estão por terminar parece indicar que, em termos gerais, a execução financeira é satisfatória, embora haja exceções. Por outro lado, a Organização também está considerando outras opções para fazer o acompanhamento da implementação programática das contribuições voluntárias.
3. Planejamento da sucessão	
O processo normal de aposentadoria dos gerentes seniores exige procedimentos sistemáticos para preservar e transmitir a memória institucional.	HRM está elaborando procedimentos operacionais para o planejamento da sucessão na OPAS, a fim de complementar o processo atual de planejamento dos recursos humanos, já integrado ao planejamento dos planos de trabalho bienais, com o objetivo de substituir de maneira ótima e oportuna os principais funcionários de alto escalão.
4. Resposta a emergências	
Como agência de saúde preeminente da Região das Américas, a OPAS deve assumir um papel de liderança ao abordar emergências. O impacto e gravidade das	Em 2017, a OPAS estabeleceu um novo Departamento de Emergências de Saúde, em linha com a reforma do Programa de Emergências da OMS. A OPAS alinhou

Questões importantes de controle interno	Medidas tomadas para abordar as questões
<p>emergências recentes na Região sublinhou a necessidade de uma equipe de especialistas flexível e bem organizada para analisar e coordenar os requisitos da resposta e as informações.</p>	<p>funcionalmente seu trabalho em emergências de saúde pública com o novo Programa de Emergências de Saúde da OMS, ao mesmo tempo em que manteve as áreas de trabalho que não se enquadram no alcance da OMS. A OPAS também manteve sua colaboração com os Estados Membros para melhorar sua capacidade de gestão de desastres no contexto do <i>Plano de ação para a redução do risco de desastres 2016-2021</i> e a coordenação da assistência humanitária. A OPAS respondeu de forma oportuna, no prazo de 24 a 72 horas, a todas as emergências agudas com impactos sanitários em potencial que ocorreram durante esse período.</p> <p>A OPAS também examinou aproximadamente 24 mil sinais de possíveis eventos durante 2017; 5 mil deles foram analisados posteriormente e são monitorados de forma específica (três por semana, em média). Dos 365 eventos registrados pela OMS em 2017, 119 (32%) foram monitorados e informados pela OPAS, tornando a região a segunda com o maior número de eventos.</p>
<p>5. Ambiente econômico internacional</p>	
<p>Os desafios econômicos mundiais, como a flutuação das taxas de câmbio e dos preços das matérias-primas, impactam muitos Estados Membros e representam vários riscos à capacidade da Organização para financiar o orçamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em alguns países as taxas de câmbio flutuaram significativamente durante o ano, resultando em incerteza adicional sobre o valor de algumas transações locais. • Os Estados Membros continuaram a defender uma política de crescimento zero ou mínimo do orçamento. 	<p>A Organização monitora as taxas de câmbio nas representações nos países e administra os saldos bancários em moeda nacional. As perdas e lucros resultantes das taxas de câmbio são alocadas segundo a procedência dos recursos. Contudo, já que o orçamento é expresso em dólares dos Estados Unidos, as flutuações nas taxas de câmbio locais continuarão repercutindo no “poder aquisitivo” das representações, mesmo se a respectiva receita e despesa são expressas em moeda local, embora os riscos associados às taxas de câmbio sejam menores. As representações nos países colaboram estreitamente com o Departamento de Planejamento e Orçamento para abordar esses temas.</p> <p>A Organização tem uma política de investimentos conservadora, supervisionada pelo Comitê de Investimentos, que mantém reuniões presenciais pelo menos duas vezes por ano para examinar o desempenho da carteira de investimentos. O Comitê de Investimentos assinou um contrato com três gestores de investimento externos para administrar aproximadamente US\$ 373 milhões da carteira, aproveitando a experiência desses peritos, as economias de escala e as oportunidades do mercado para maximizar o rendimento dos recursos disponíveis e, ao mesmo tempo, preservar o capital.</p>
<p>6. Financiamento do passivo de funcionários a longo prazo</p>	
<p>Desde a implementação das IPSAS em 2010, a Organização vem reconhecendo os passivos de longo prazo associados com o seguro-saúde pós-serviço (ASHI) e o plano para pagamentos por término do contrato e repatriação (TAREP) na Demonstração da situação</p>	<p>Além do pagamento da parcela da Organização nos prêmios de seguro-saúde do pessoal (SHI), desde 2010 a OPAS tem feito um aporte complementar equivalente a 4% do salário-base do pessoal da OPAS para apoiar o financiamento do passivo de longo prazo do ASHI. Em</p>

Questões importantes de controle interno	Medidas tomadas para abordar as questões
<p>financeira.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não financiado líquido da OPAS totalizava US\$ 234,3 milhões. Essa soma (calculada de acordo com a norma 39 da IPSAS, sobre os benefícios dos empregados) é uma estimativa do financiamento adicional de que a OPAS necessita para cobrir o custo futuro de oferecer os benefícios de saúde aos aposentados atuais e ao pessoal em serviço ativo que cumpre os requisitos para se aposentar da OPAS.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2017, o plano para pagamentos por término do contrato e repatriação (TAREP) registrava um passivo não financiado líquido de US\$ 4,3 milhões.</p>	<p>2017, essa contribuição totalizou aproximadamente US\$ 2,1 milhões. A receita líquida dos investimentos dos recursos da OPAS acumulados no ASHI em 2017 foi de US\$ 3,0 milhões.</p> <p>Em consulta com a OMS, e com referência a projeções e recomendações atuariais, em 2016 a OPAS adotou a estratégia de combinar os ativos do fundo fiduciário do SHI da OMS e o fundo fiduciário do ASHI da OPAS para ser mais eficiente na busca pelos objetivos de financiamento. Em 2017, a OPAS começou a participar das deliberações do Comitê de Investimentos da OMS relacionadas com o fundo fiduciário do SHI. Prevê-se que essa estratégia de financiamento permita à OPAS financiar sua obrigação relacionada com os benefícios definidos juntamente com a OMS dentro dos próximos 25 anos. A OPAS e a OMS examinam uma vez por ano o progresso na consecução dessa meta, levando em conta os pressupostos atuariais com respeito à evolução futura das taxas de rendimento do mercado e as tendências do custo da saúde.</p> <p>Além disso, em consulta com a OPAS, o Comitê de Supervisão Mundial do SHI tomou várias decisões para controlar os futuros custos da saúde nos Estados Unidos e em outros países em que esses custos são altos, com a finalidade de frear futuros aumentos da obrigação pelos benefícios definidos.</p>
<p>7. Cibersegurança</p>	
<p>Como as ameaças cibernéticas continuam a impactar as organizações internacionais, a RSPA está comprometida em fortalecer continuamente as medidas de cibersegurança necessárias para proteger os dados e manter um ambiente digital seguro. O aumento da frequência e sofisticação dos ataques cibernéticos indica a necessidade de reforçar os mecanismos de controle de acesso nos sistemas de informação da RSPA.</p> <p>Em 2017, a RSPA não registrou nenhum incidente grave de cibersegurança que impactasse a confidencialidade, disponibilidade ou integridade das informações da RSPA ou dos recursos de tecnologia da informação.</p>	<p>O Roteiro de Cibersegurança da OPAS foi aprovado como resultado das avaliações sobre essa área na OPAS em relação às normas internacionais (ISO 27001).</p> <p>A implementação de diversos controles identificados no roteiro de cibersegurança melhorou a postura da cibersegurança da OPAS e a levou a um nível mais alto de maturidade, de acordo com as melhores práticas do setor. Além disso, reforça as capacidades da OPAS para detectar, reagir, remediar e aprender com os incidentes de cibersegurança.</p> <p>Em 2017, a OPAS contratou serviços de consultoria em segurança da informação que contribuíram de forma significativa para a implementação das iniciativas mencionadas acima.</p> <p>A OPAS assinou um serviço de inteligência contra ameaças que lhe permite receber alertas sobre ameaças cibernéticas que possam afetar a Organização e outros organismos internacionais. O serviço também fornece à Organização informações sobre ameaças cibernéticas que afetam outros organismos internacionais e relatórios de inteligência sobre agentes de ameaças e redes envolvidas em crimes cibernéticos, hacking e fraudes.</p>

CONCLUSÃO

Estou confiante de que, em resultado das medidas tomadas para abordar as questões indicadas acima, o sistema de controle interno continuará a ser fortalecido. Portanto, na minha opinião, o sistema de controle interno da Organização foi eficaz durante o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 e assim continuava na data em que assinei esta declaração.

Assinado

Carissa F. Etienne

Diretora

Organização Pan-Americana da Saúde

PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2017

Organização Pan-Americana da Saúde



**TRIBUNAL DE CUENTAS
DE ESPAÑA**

Parecer

Auditamos as demonstrações financeiras consolidadas da Organização Pan-Americana da Saúde referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que abrangem a demonstração da situação financeira, a demonstração do desempenho financeiro, a demonstração das mutações do ativo líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, comparação dos montantes orçados e efetivos e as respectivas notas. Essas demonstrações financeiras foram preparadas segundo as políticas contábeis da Organização.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de maneira correta, em todos os aspectos materiais, a situação financeira da Organização Pan-Americana da Saúde em 31 de dezembro de 2017, e seu desempenho financeiro e fluxo de caixa para esse período de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS).

Em nossa opinião, as políticas contábeis foram aplicadas de maneira coerente com as do exercício financeiro anterior em todos os aspectos materiais, a receita e a despesa foram aplicadas para os fins visados pela Conferência Sanitária Pan-Americana ou pelo Conselho Diretor e as transações financeiras foram realizadas em conformidade com o Regulamento Financeiro e a autoridade legislativa pertinente.

Base do parecer

Realizamos a auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Somos independentes da organização de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras e cumprimos as outras responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para servir de base ao nosso parecer.

Responsabilidade do Auditor

Nossa responsabilidade é expressar um parecer sobre as demonstrações financeiras com base na auditoria de acordo com o Artigo XIV do Regulamento Financeiro. Realizamos a auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria da Federação Internacional de Contadores (IFAC), as Normas e Diretrizes de Auditoria formuladas pela Junta de Auditores das Nações Unidas e as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI).

Nossos objetivos são obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de incorreções materiais, seja devido a fraude ou erro, e emitir um relatório que inclua nosso parecer. Garantia razoável é um alto nível de garantia, mas não é garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as ISA sempre detectará todas as incorreções materiais. As incorreções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou de forma agregada, podem influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

De acordo com as ISA, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incorreção nas demonstrações financeiras, seja devido a fraude ou erro, preparamos e executamos procedimentos de auditoria adequados a esses riscos e obtemos evidências suficientes e apropriadas para servir de base ao parecer. O risco de não detectar incorreções materiais resultantes de fraude é maior do que as resultantes de erro, já que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, descrição enganosa ou falha do controle interno.
- Obter um entendimento do controle interno relevante para a auditoria a fim de elaborar procedimentos apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar um parecer sobre a eficácia do controle interno.
- Avaliar a adequação das políticas contábeis usadas e razoabilidade das estimativas e informações fornecidas pela administração.
- Concluir sobre a adequação do uso pela administração da base contábil e, com base nas evidências obtidas, se existe incerteza material acerca de eventos ou condições que podem lançar dúvida sobre a capacidade da organização de continuar suas atividades. Se concluirmos que existe incerteza material, devemos chamar atenção em nosso relatório para as informações apresentadas nas demonstrações financeiras ou, se as informações forem inadequadas, modificar nosso parecer. Nossas conclusões baseiam-se nas evidências obtidas até a data do relatório do auditor. Contudo, futuros eventos ou condições podem fazer com que a organização deixe de funcionar.
- Avaliar a apresentação geral, estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive a informação apresentada, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos de maneira justa.

Mantivemos comunicação com os encarregados da governança, entre outros assuntos, sobre o alcance e oportunidade da auditoria e principais conclusões da auditoria, inclusive qualquer deficiência significativa no controle interno que tenhamos identificado durante a auditoria.

Além disso, obtivemos evidências suficientes para proporcionar garantia razoável de que a receita e a despesa indicadas nas demonstrações financeiras foram aplicadas para os fins visados pela Conferência Sanitária Pan-Americana ou pelo Conselho Diretor e que as transações financeiras foram efetuadas de acordo com o Regulamento Financeiro e a correspondente autoridade legislativa. Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para servir de base ao nosso parecer.

Responsabilidade do Diretor pelas Demonstrações Financeiras

Diretor é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público e os requisitos do Regulamento Financeiro conforme autorizado pela Conferência Sanitária Pan-Americana ou pelo Conselho Diretor. O Diretor também é responsável pelo controle interno necessário para habilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de incorreções materiais, seja devido a fraude ou erro.

Relatório do Auditor Externo

De acordo com o Artigo XIV do Regulamento Financeiro e a Carta de Compromisso, também emitimos um relatório do Auditor Externo sobre a auditoria das demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde.

Madri, 11 de abril de 2018

Assinado

Ramón Álvarez de Miranda García
Presidente do Tribunal de Contas da Espanha

Demonstrações financeiras

Organização Pan-Americana da Saúde Demonstração da situação financeira

Em 31 de dezembro de 2017

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Référence	31 décembre 2017	Restated 31 décembre 2016
ACTIFS			
Actifs courants			
Trésorerie et équivalents de trésorerie	Note 3	65 740	128 286
Investissements à court terme	Note 4.1	359 795	239 705
Créances	Note 6.1	352 316	349 612
Stocks	Note 7	8 010	8 896
Total des actifs courants		785 861	726 499
Actifs non courants			
Investissements à long terme	Note 4.2	372 974	297 674
Créances	Note 6.2	140 111	148 873
Immobilisations corporelles	Note 8.1	107 356	108 376
Immobilisations incorporelles	Note 9	931	763
Total des actifs non courants		621 372	555 686
TOTAL DES ACTIFS		1 407 233	1 282 185
PASSIFS			
Passifs courants			
Passifs opérationnels	Note 10	22 938	13 175
Dettes	Note 11.1	8 343	62 352
Avantages du personnel	Note 12	2 812	10 970
Recettes différées	Note 13.1	661 221	502 770
Total des passifs courants		695 314	589 267
Passifs non courants			
Dettes	Note 11.2	7 796	7 796
Avantages du personnel	Note 12	235 794	186 522
Recettes différées	Note 13.2	219 549	216 125
Total des passifs non courants		463 139	410 443
TOTAL DU PASSIF		1 158 453	999 710
ACTIFS NETS/SITUATION NETTE			
Soldes des fonds et réserve			
Soldes des fonds	Note 14	91 226	132 124
Réserves	Note 14	157 554	150 351
SOLDES NETS DES FONDS et RÉSERVES		248 780	282 475

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração do desempenho financeiro

Em 31 de dezembro de 2017
 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016 (reapresentado)
RECEITA			
Receita de transações sem contrapartida			
Contribuições fixas	Nota 15	102 393	97 793
Contribuições voluntárias	Nota 15	614 190	571 460
Outras receitas	Nota 15	75 767	63 019
Receita de transações com contrapartida			
Compras de provisões de saúde pública	Nota 15	692 956	686 518
Outras receitas	Nota 15	7 457	7 965
Receitas diversas	Nota 15	16 057	22 968
RECEITA TOTAL		1 508 820	1 449 723
DESPESA			
Pessoal e outros gastos de pessoal	Nota 16	147 948	140 368
Provisões, produtos primários, materiais	Nota 16	697 175	676 779
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização	Nota 16	859	1 919
Serviços contratuais	Nota 16	137 836	111 802
Viagens	Nota 16	54 187	40 155
Transferências e subvenções a contrapartes	Nota 16	454 959	441 327
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos	Nota 16	17 900	15 935
DESPESA TOTAL		1 510 864	1 428 285
EXCEDENTE LÍQUIDO / (DÉFICIT)		(2 044)	21 438

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração das mutações do ativo líquido

Em 31 de dezembro de 2017
 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	Referência	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016 (reapresentado)
Ativo líquido no início do exercício		282 475	229 605
Liquidação de obrigações de benefícios aos empregados	Nota 12.3.a	(26 172)	31 557
Ganho/(perda) com a reavaliação de investimentos	Nota 4.2	(1 051)	(1 692)
(Reconhecimento)/não reconhecimento de obrigações com respeito a reservas	Nota 24	(4 478)	1 567
Ajuste do ano anterior - Contribuições voluntárias		50	
Total de rubricas (receita/despesa) reconhecidas diretamente no ativo líquido		(31 651)	31 432
Excedente/(déficit) durante o exercício financeiro		(2 044)	21 438
Total reconhecido da receita e despesa durante o ano		(33 695)	52 870
Ativo líquido no encerramento do exercício		248 780	282 475

Organização Pan-Americana da Saúde
Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017
 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Excedente (déficit) durante o período	(2 044)	21 438
Depreciação e amortização	2 237	2 384
(Aumento)/Diminuição em contas a receber	6 058	(76 580)
(Aumento)/Diminuição nos estoques	886	(257)
Aumento/(Diminuição) nas obrigações acumuladas	9 763	(80 507)
Aumento/(Diminuição) nas contas a pagar	(54 009)	46 319
Aumento/(Diminuição) nos benefícios a empregados	14 942	5 158
Aumento/(Diminuição) em outras obrigações	(4 478)	1 567
Aumento/(Diminuição) nas receitas diferidas	161 925	126 161
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	135 280	45 683
Fluxos de caixa das atividades financeiras e de investimento		
(Aumento)/Diminuição em investimentos de curto prazo	(121 141)	15 447
(Aumento)/Diminuição em investimentos de longo prazo	(75 300)	(74 620)
(Aumento)/Diminuição em ativo imobilizado e ativos intangíveis	(1 385)	(465)
Fluxos de caixa líquidos das atividades financeiras e de investimento	(197 826)	(59 638)
Aumento/(Diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(62 546)	(13 955)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	128 286	142 241
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício	65 740	128 286

Organização Pan-Americana da Saúde

Comparação dos montantes orçados e efetivos

Em 31 de dezembro de 2017

(em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Categoria/área programática	Programa e Orçamento	Transferências aprovadas	Orçamento resultante	Gastos de 2016	Gastos de 2017	Total	Gastos de 2017 como % do PO-ajustado
1. Doenças transmissíveis	102 389		102 389	34 482	45 150	79 632	78%
2. Doenças não transmissíveis e fatores de risco	58 028		58 028	16 805	23 075	39 879	69%
3. Determinantes da saúde e promoção da saúde em todo o ciclo de vida	81 242		81 242	20 323	27 868	48 191	59%
4. Sistemas de saúde	109 196		109 196	34 102	49 110	83 212	76%
5. Preparação, vigilância e resposta	59 811		59 811	20 250	33 256	53 507	89%
6. Serviços institucionais e funções facilitadoras	202 134		202 134	79 329	93 077	172 406	85%
Total dos programas de base (categorias 1 a 6)	612 800		612 800	205 290	271 537	476 827	78%
Programas especiais e resposta a emergências	35 000		35 000	14 368	11 834	26 201	75%
TOTAL	647 800		647 800	219 658	283 370	503 028	78%

O Programa e Orçamento da OPAS foi aprovado por meio da resolução CD54/R16 como um orçamento integrado, independente das fontes de financiamento. Os montantes indicados no Programa e Orçamento representam o total das necessidades de recursos. Não houve transferências orçamentárias durante o exercício de 2016 nem de 2017; assim, o orçamento resultante é igual ao orçamento aprovado originalmente. Os gastos de 2016 e 2017 representam os montantes efetivos de todas as fontes de financiamento, contribuições fixas e receitas diversas, contribuições voluntárias, bem como fundos especiais tanto da Organização Pan-Americana da Saúde como da Organização Mundial da Saúde. Os níveis de financiamento e os gastos discriminados por fonte são apresentados em outros relatórios.

Notas às demonstrações financeiras

1. Missão da Organização Pan-Americana da Saúde

A missão da Organização é “liderar esforços de colaboração estratégicos entre os Estados Membros e outros parceiros a fim de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e prolongar a longevidade das populações das Américas”.

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com mais de 100 anos de experiência no trabalho para melhorar a saúde e os níveis de vida nos países das Américas. Atua como a organização do sistema interamericano especializada na saúde. Além disso, é Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde e desfruta de reconhecimento internacional como parte do sistema das Nações Unidas.

A Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) é a Secretaria da Organização. A RSPA está empenhada em prestar apoio técnico e liderança aos Estados Membros da OPAS na sua busca pelo objetivo da saúde para todos e dos seus respectivos valores.

A sede da Organização está localizada em Washington, D.C. Além disso, a Organização tem representações nas Américas, as quais são responsáveis pela implementação dos valores, missão e visão da OPAS.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde foram preparadas pelo regime de competência, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), usando o princípio do custo histórico, salvo no caso dos terrenos e prédios, apresentados ao valor justo. Nos casos em que não havia uma IPSAS para abordar uma questão específica, foram aplicadas as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS).

As Demonstrações financeiras da Organização foram certificadas e tiveram sua publicação aprovada pela Diretora da Organização no exercício da autoridade nele investida pela Conferência Sanitária Pan-Americana, conforme o disposto na resolução CSP28.R7 de setembro de 2012. A aprovação da publicação data de 23 de março de 2018. Nenhuma outra autoridade tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após sua publicação (referência: IPSAS 14, parágrafo 26).

Anteriormente, a Organização preparava suas demonstrações financeiras com base no regime de caixa modificado, conforme as Normas de Contabilidade do Sistema das Nações Unidas (UNSAS). Devido à decisão de adotar a contabilidade pelo regime de competência com a adoção das IPSAS, modificações no Regulamento Financeiro e Regras Financeiras foram feitas e adotadas pelo Conselho Diretor em sua 49ª reunião, no dia 28 de setembro de 2009, e pelo 145º Comitê Executivo, em 2 de outubro de 2009, para entrarem em vigor em 1º de janeiro de 2010. A adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, refletiu a mudança da contabilidade pelo regime de caixa modificado para a contabilidade pelo regime de competência. O período contábil vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro. O exercício financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 representa o segundo ano do biênio 2016-2017, o terceiro biênio em que foram implementados os princípios das IPSAS.

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). Os montantes indicados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas foram arredondados para serem expressos em milhares. Em virtude do arredondamento, as somas dos montantes nas tabelas podem não resultar exatamente iguais aos totais arredondados.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de que a Organização continuará em atividade e cumprirá seu mandato no futuro próximo (IPSAS 1). Os Órgãos Diretores da Organização não manifestaram nenhuma intenção de extinguir a Organização nem de encerrar suas operações.

Em conformidade com a IPSAS 1, um conjunto completo de demonstrações financeiras foi preparado do seguinte modo:

- a. Demonstração da situação financeira
- b. Demonstração do desempenho financeiro
- c. Demonstração das mutações do ativo líquido
- d. Demonstração dos fluxos de caixa
- e. Comparação dos montantes orçados e efetivos
- f. As notas, formadas por um resumo das principais políticas contábeis e outras informações pertinentes.

A Organização adotou plenamente as IPSAS e, em 2017, a IPSAS 39 foi implementada (Nota 12.6).

Informações detalhadas sobre a implementação das IPSAS na Organização podem ser encontradas nas páginas 42 a 47 do Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo (Documento Oficial 351, em espanhol) referente ao exercício de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=11981&Itemid=41975&lang=es

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, que constituem um ativo financeiro, abrangem as disponibilidades de caixa, dinheiro em bancos, mercados monetários e depósitos de curto prazo com prazos de vencimento originais de até 90 dias. Para um investimento satisfazer os requisitos para ser considerado um equivalente de caixa, ele deve ser conversível em um montante conhecido de dinheiro em espécie e estar sujeito a um risco insignificante de alterações de valor.

Os depósitos de curto prazo são apresentados pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo.

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos para cumprir compromissos de curto prazo em dinheiro e não para fins de investimento.

2.3 Investimentos

Os investimentos são um ativo financeiro e são reconhecidos quando a Organização se torna parte no âmbito das disposições contratuais do investimento. Os investimentos são classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. Os investimentos disponíveis para venda são contabilizados com base na data da compra. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos na data da liquidação.

Os investimentos são classificados como disponíveis para venda quando a Organização não se comprometeu a manter esses instrumentos até o vencimento. Os instrumentos disponíveis para venda são apresentados pelo valor justo (incluindo os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro) com as variações de valor reconhecidas na demonstração das mutações do ativo líquido. Os ativos disponíveis para venda são negociados ativamente no mercado e a avaliação desses ativos é determinada por cotações de preços no mercado aberto para instrumentos financeiros idênticos. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o valor justo de mercado sobre uma base que não seja de caráter temporário. A OPAS monitora mensalmente o valor justo de mercado de seus investimentos e investiga a causa subjacente de um declínio no valor. A política de investimento especifica as limitações da classificação de crédito. Se a redução ao valor recuperável resultar de um rebaixamento da classificação de crédito abaixo das diretrizes da política de investimento, o investimento deve ser liquidado.

As taxas de redução ao valor recuperável e os juros calculados com base no método do juro efetivo são reconhecidos no excedente ou no déficit. Quando um ativo disponível para venda é alienado, o ganho ou perda acumulado reconhecido anteriormente na demonstração das mutações no ativo líquido é incluído no excedente ou déficit do período.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Organização tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são compostos por papéis de agências dos EUA como a Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac).

Os investimentos mantidos até o vencimento são apresentados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com a receita de juros reconhecida com base no rendimento efetivo na demonstração do desempenho financeiro.

2.4 Empréstimos e valores a receber

Os empréstimos e outros valores a receber que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e valores a receber. Os empréstimos e outros valores a receber são apresentados pelo custo amortizado calculado pelo método dos juros efetivos, menos qualquer redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos, salvo no caso de valores a receber de curto prazo, em que o reconhecimento dos juros seria irrelevante.

2.5 Políticas de gestão de riscos

A Organização mantém como investimento recursos de que ela não precisa para fazer face a necessidades operacionais imediatas. O intuito é obter receitas com o excedente de liquidez, que, de acordo com os artigos X e XI do Regulamento Financeiro e os artigos X e XI das Regras Financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde, financiam parte do Programa e Orçamento. Os investimentos estão sujeitos à Política de Investimento da Organização, que prescreve diretrizes destinadas a proteger o principal investido, a manter liquidez suficiente e obter um retorno proporcional às restrições impostas pelo risco dos investimentos. As diretrizes das políticas definem a duração, a diversidade e a qualidade do crédito, que são compatíveis com a limitação das exposições aos riscos de crédito, de mercado e de taxa de juros. O risco de crédito da Organização é mitigado pelas políticas de investimento que estabelecem limites ao valor da exposição de crédito a uma única contraparte, limitando os investimentos em um único emissor não governamental a não mais do que 25%.

De acordo com os requisitos da Política de Investimento, os investimentos geridos internamente são restritos instrumentos financeiros classificados como A1/P1 e AAA/Aaa. As notas de renda fixa consistem principalmente em papéis de agências dos Estados Unidos, que oferecem a garantia implícita do governo dos Estados Unidos.

Os fundos colocados com gestores de investimento externos se restringem a instrumentos cuja qualidade de crédito tenha sido classificada como A1/P1 ou BBB, de acordo com seus mandatos. Existem mecanismos para eliminar da carteira um investimento que se encontre abaixo dos requisitos mínimos. Caso a classificação de um título caia abaixo dos requisitos mínimos de qualidade de crédito, o gerente externo imediatamente notifica a OPAS e toma as medidas necessárias para liquidar o título.

O prazo vencimento máximo para o investimento de curto prazo de efetivo para operações não deve exceder um ano. O investimento de longo prazo de recursos estratégicos se limita a um prazo de vencimento efetivo inferior a cinco anos.

As contas de depósito são mantidas em instituições financeiras classificadas como grau de investimento pelas principais agências de classificação de risco, onde existam essas classificações. Nos casos em que não exista nenhum tipo de classificação, a solidez financeira geral da instituição é avaliada antes de os recursos serem depositados. As contas denominadas em moedas outras que não o dólar dos Estados Unidos são monitoradas diariamente para verificar se os saldos se mantêm nos níveis mínimos dos requisitos operacionais.

O Comitê de Investimentos da OPAS aprova os instrumentos financeiros, bem como as instituições financeiras parceiras, em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento destacadas acima para mitigar o risco de crédito.

2.6 Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são negociados em um mercado ativo. As contas a receber do ativo circulante são montantes devidos no prazo de 12 meses da data de informação, enquanto as contas a receber do ativo não circulante os que vencem em um prazo superior a 12 meses a contar da data de informação. As contas a receber são apresentadas pelo custo amortizado, calculado usando o método dos juros efetivos, menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas na demonstração de desempenho financeiro). Contudo, no caso das contas a receber do circulante, não há nenhuma diferença relevante entre os custos amortizados; assim, essas contas a receber foram reconhecidas ao custo (menos as perdas por redução ao valor recuperável).

As contas a receber de transações com contrapartida são reconhecidas quando se devem à Organização ativos ou serviços (geralmente, na forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade e, em troca, dá à outra entidade um valor aproximadamente igual em troca (IPSAS 9).

As contas a receber de transações sem contrapartida são estabelecidas quando se devem à Organização está devendo ativos ou serviços (geralmente sob a forma de dinheiro) decorrentes de uma transação em que uma entidade recebe um valor de outra entidade sem receber um valor aproximadamente igual diretamente em troca; ou quando a Organização deu um valor a outra entidade sem receber diretamente valor aproximadamente igual em troca (IPSAS 23).

Os tipos principais de contas a receber são:

- **Contribuições fixas (transações sem contrapartida).** Essas contribuições são compromissos formais de Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados referentes ao período do orçamento bienal. As contribuições fixas são reconhecidas como contas a receber quando se tornam exigíveis e devem ser pagas, em 1º de janeiro de cada ano. Não há nenhuma disposição no Regulamento Financeiro para dar baixa em uma contribuição fixa; portanto, não foi reconhecida nenhuma perda por redução ao valor recuperável.
- **Fundo de Equalização de Impostos (transações sem contrapartida).** As contas a receber no âmbito do Fundo de Equalização de Impostos são devidas pelos Estados Membros que cobram imposto de renda sobre a renda dos salários recebidos da Organização pelos seus cidadãos ou outras pessoas sujeitas ao pagamento desses impostos. O crédito do plano de contribuições do pessoal é cobrado com o montante estimado a ser exigido dos Estados Membros.

No âmbito do Fundo de Equalização de Impostos, as contribuições fixas de todos os Membros são reduzidas pela receita gerada pelo plano de contribuições do pessoal. Para determinar a redução das contribuições a ser aplicada aos Estados Membros em questão, a receita do plano de contribuições do pessoal é creditada no Fundo de Equalização de Impostos, e os créditos são registrados em nome de cada Estado Membro proporcionalmente às suas contribuições fixas correspondentes ao biênio.

Por sua vez, a Organização usa esses montantes para reembolsar o imposto de renda pago pelo funcionário em questão.

- **Contribuições voluntárias (transações sem contrapartida).** A Organização celebra acordos de contribuições voluntárias que podem se enquadrar nas seguintes categorias 1) o fundo de contribuições voluntárias, composto por recursos financeiros de governos, organismos internacionais e organizações dos setores público e privado (de Estados membros da OPAS e de outros Estados); organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos); organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais; fundações; e outras contribuições voluntárias; 2) o fundo de contribuições voluntárias

nacionais, criado em 1º de janeiro de 2010, que abrange recursos financeiros dos governos exclusivamente para o financiamento de projetos internos; e 3) o fundo de contribuições voluntárias destinadas à prontidão para emergências e assistência em caso de desastres, que abrange recursos financeiros de governos, organizações do setor público e privado (de Estados membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismos), organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais, fundações e outras contribuições voluntárias. Após a assinatura de ambas as partes e a aprovação dos acordos pelo Escritório do Assessor Jurídico da Organização, o valor total do contrato é reconhecido como uma conta a receber e uma receita diferida (Nota 2.13)

Para determinar a parcela atual das contas a receber correspondente às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2017, a Organização classificou todos os saldos de contas a receber referentes às contribuições voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2018, bem como as subvenções com situação indefinida, como contas a receber do circulante. Além disso, os saldos de contas a receber de acordos de contribuições voluntárias que se estendem para além de 2018 foram alocados entre as contas a receber do ativo circulante e do ativo não circulante usando um cálculo linear com base no número de anos restantes. A parcela do não circulante das contas a receber refletirá o saldo do montante total das contas a receber correspondentes aos acordos de contribuições voluntárias, menos o cálculo da parcela das contas a receber do circulante.

- **Compras de provisões de saúde pública (transações com contrapartida).** A compra de provisões de saúde pública é fundamental para a Organização cumprir sua missão de apoiar os Estados Membros por meio da cooperação técnica para programas de saúde pública, inclusive a aquisição de vacinas e seringas, provisões médicas, kits de diagnóstico, medicamentos e equipamento.

As contas a receber dos Estados Membros na compra de provisões de saúde pública são compostas por dois fundos: o Fundo Rotativo para Compra de Vacinas e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública. As contas a receber são estabelecidas para cada Estado Membro participante após a notificação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e o pagamento ao fornecedor foi aprovado. Isso gera a emissão de uma fatura endereçada para o Estado Membro relevante.

- **Atividades de financiamento entre organizações.** As contas a receber entre organizações representam o montante devido à OPAS pela Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- **Adiantamentos ao pessoal.** Em conformidade com o Regulamento Financeiro e as Regras Financeiras da Organização, adiantamentos são concedidos ao pessoal com relação aos direitos (ou seja, subsídios para educação, viagens, pagamentos de imposto de renda, indenizações de seguro, etc.). São reconhecidos como contas a receber até que sejam lançados como despesa após o recebimento do pedido necessário ou da documentação comprobatória.

A Organização estabelecerá provisões para contas duvidosas com base nas evidências de que certos valores a receber são incobráveis. Um procedimento formal deve ser seguido, com base na delegação de autoridade sobre os montantes a serem objeto de baixa contábil antes de compensar o valor a receber incobrável usando a provisão estabelecida.

2.7 Estoques

Os medicamentos e provisões médicas pertencentes e controlados pela Organização são registrados como estoques com a intenção de serem mantidos para distribuição no transcurso normal das operações. São avaliados pelo menor custo ou pelo valor realizável líquido no encerramento do exercício financeiro. As quantidades de medicamentos e provisões médicas de propriedade da Organização, de acordo com os sistemas de rastreamento da Organização, são validadas por meio de recontagens físicas dos estoques. Esses medicamentos e provisões são lançados como despesas ao serem distribuídos diretamente pela Organização ou entregues a instituições governamentais ou não governamentais. Os estoques mantidos para distribuição gratuita são avaliados pelo menor custo ou pelo custo de substituição. Os estoques são mantidos no depósito do PROMESS, no Haiti, uma instalação estratégica para armazenamento. Se a Organização recebe estoques por meio de transações sem contrapartida, eles são avaliados pelo valor justo de compra. Devido às

circunstâncias específicas no Haiti, a fórmula de custo é “primeiro a vencer, primeiro a sair” para os estoques de produtos farmacêuticos e medicamentos.

O Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução (PALTEX) foi estabelecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em meados dos anos 1960 como um programa de cooperação técnica destinado a melhorar a qualidade dos processos educacionais em ciências da saúde na América Latina. O PALTEX é um programa editorial que adquire, produz e distribui livros de texto de qualidade e material de instrução em espanhol e português a preços acessíveis.

Os estoques comprados com contribuições voluntárias em nome de um projeto não fazem parte dos estoques da Organização. A Organização é simplesmente um agente executor e sua única responsabilidade é dispor dos bens em conformidade com as condições do acordo. Se os bens não forem consumidos dentro do período do projeto, o doador definirá como se deverá dispor deles em definitivo. Em nenhum momento a Organização retém o controle desses bens; portanto, o tratamento contábil correto é lançar esses produtos como despesas no momento da compra.

2.8 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado com valor superior ao nível mínimo de US\$ 20 000 são reconhecidos como ativos não circulantes na demonstração da situação financeira. São reconhecidos inicialmente ao custo, salvo quando são adquiridos por meio de uma transação sem contrapartida; nesse caso são reconhecidos pelo valor justo na data da compra. A Organização aplica o modelo de custo às suas instalações e equipamentos, ou seja, os respectivos itens são lançados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A Organização aplica o método de reavaliação apenas aos terrenos e prédios.

A Organização considera que seu ativo imobilizado é como um ativo que não gera caixa.

A depreciação é lançada para o ativo imobilizado (salvo os terrenos) de modo a reduzir o custo ou valor justo do ativo a seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear, com um ano completo de depreciação sendo lançado no ano da compra. Em 2014, durante a concepção do novo sistema de planejamento de recursos empresariais (ERP), foi determinado que, para o cálculo da depreciação do ano da compra, o novo sistema poderia levar em conta apenas meio ano em vez do ano completo habitual aplicado anteriormente. Para usar plenamente as capacidades de automatização do novo ERP, tomou-se a decisão de mudar a norma sobre a depreciação para meio ano. As vidas úteis estimadas para as classes do ativo fixo são as seguintes:

Classe do ativo e descrição	Vida útil estimada
Prédios	40 anos
Equipamentos de computação	3 anos
Equipamentos de escritório	3 anos
Veículos automotores	5 anos
Equipamentos de audiovisual	3 anos
Benfeitorias em bens alugados	3 anos
Acessórios e instalações de escritório	3 anos

O ativo imobilizado obtido com recursos das contribuições voluntárias em nome de um projeto não constitui ativo da Organização e se destina ao uso exclusivo do beneficiário do projeto. A Organização é simplesmente um agente executor e sua única responsabilidade é dispor dos bens em conformidade com as condições do acordo. A Organização não retém a propriedade desses bens; portanto, são lançados como despesas no momento da compra. Se os bens não forem consumidos dentro do período do projeto, o doador definirá como se deverá dispor deles em definitivo.

Foram aplicadas as disposições transitórias para o reconhecimento inicial do ativo imobilizado comprado ou doado antes de 1º de janeiro de 2010. Salvo os terrenos e prédios, os ativos adquiridos antes de 1º de janeiro de 2010 foram

lançados como despesa na data da compra e não foram reconhecidos como ativos. A Organização reavaliará seus terrenos e prédios periodicamente, inclusive as propriedades alugadas. Serão usados especialistas externos para determinar valor de mercado atualizado. Todas as benfeitorias, reformas, etc. que tenham sido feitas nos prédios desde a última avaliação prévia são lançados como despesa no ano da sua ocorrência e serão incluídas na reavaliação futura.

A Organização reconheceu o efeito do reconhecimento inicial do ativo imobilizado como um ajuste do saldo inicial dos excedentes ou déficits acumulados. Em relação ao parágrafo 99da disposição transitória da IPSAS 17, a Organização não reconheceu a depreciação acumulada dos prédios que haviam sido reconhecidos, pois não era prático fazê-lo.

As benfeitorias em locais alugados são reconhecidas como ativo e avaliadas ao custo, e são depreciadas ao longo da vida útil restante das benfeitorias ou do prazo do contrato de aluguel, o que for menor.

Os terrenos e os prédios doados são avaliados ao valor justo de mercado e reconhecidos como ativo não circulante.

2.9 Contratos de aluguel e arrendamento

A Organização é o proprietário e o locador terreno do prédio situado no número 2121 da Avenida Virginia, N.W., Washington, D.C.

A Organização é o locatário dos dois primeiros andares desse mesmo prédio mencionado acima nos termos de um contrato de arrendamento operacional. A Organização também aluga diversos espaços de escritório para as representações da OPAS nas Américas. Todos esses acordos estão sujeitos a cancelamento. O total anual dos pagamentos de alugueis foi divulgado na Nota 16 das Despesas como uma nota de rodapé.

Os ativos mantidos sob contratos de aluguel estão incluídos no ativo imobilizado e são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada. Os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se for mais baixo, pelo valor atualizado dos pagamentos de aluguel mínimos. Nos casos em que os ativos são entregues à OPAS sem pagamento de aluguel ou mediante um pagamento nominal, será reconhecido o valor justo do bem.

No dia 1º de janeiro de 2016, a Organização transferiu suas operações administrativas, orçamentárias e financeiras para um novo sistema de planejamento de recursos empresariais. Os serviços relacionados a esse software são prestados por meio de um contrato de arrendamento operacional lançado anualmente como despesa. Não foi lançada nenhuma capitalização nem reconhecimento de um ativo intangível.

Uma obrigação de mesmo montante também é reconhecida. Os pagamentos de aluguel são divididos entre o elemento financeiro, que é lançado demonstrando o desempenho financeiro, e o elemento de capital, que reduz a obrigação do contrato de aluguel.

2.10 Ativo intangível

Os itens do ativo intangível com valor superior aos níveis mínimos pré-estabelecidos de US\$ 30 000 para os ativos intangíveis comprados externamente e US\$ 100 000 para os ativos intangíveis desenvolvidos internamente são declarados pelo custo histórico menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização para os ativos intangíveis é determinada ao longo da sua vida útil estimada usando o método linear. A amortização é lançada no ativo intangível para reduzir o custo ou valor justo do bem ao seu valor residual ao longo da vida útil estimada, usando o método linear; com um ano completo de amortização sendo lançado no ano da compra. As vidas úteis estimadas para as classes do ativo intangível são as seguintes:

Classe	Vida útil estimada (anos)
Software adquirido externamente	7
Software desenvolvido internamente	5
Licenças e direitos, direitos autorais e outros ativos intangíveis	3

2.11 Contas a pagar

As contas a pagar são passivos financeiros relacionados a bens ou serviços recebidos pela Organização e são reconhecidos pelo custo amortizado, o qual, no caso das contas a pagar, é igual ao custo. As contas a pagar abrangem o seguinte:

- Os montantes devidos aos doadores, parceiros e interessados diretos que representem contribuições voluntárias não usadas referentes a acordos que já venceram.
- As contas a pagar entre organizações representam o montante devido pela Organização à Organização Mundial da Saúde como resultado líquido das transações entre as duas organizações.
- As faturas recebidas e aprovadas para pagamento, mas que ainda não tenham sido pagas.

2.12 Obrigações acumuladas

As obrigações acumuladas são o passivo financeiro formado pelos bens ou serviços já recebidos pela Organização ou a ela prestados durante o período abrangido pelo relatório e que ainda não tenham sido faturados, ou pelas faturas que tenham sido recebidas, mas ainda não tenham sido aprovadas para pagamento. Essas obrigações são reconhecidas pelo custo amortizado, o qual, no caso das obrigações acumuladas, é igual ao custo.

2.13 Receitas diferidas

As receitas diferidas advêm de acordos juridicamente vinculantes entre a Organização e seus parceiros — como governos (de Estados Membros da OPAS e de outros Estados), organismos internacionais (do sistema das Nações Unidas e outros organismo), organizações com fins lucrativos, organizações não governamentais, fundações e outros — e de outras contribuições voluntárias por meio dos quais os parceiros fornecem recursos à Organização para apoiar iniciativas de cooperação técnica (contribuições voluntárias).

As receitas diferidas são reconhecidas quando 1) ambas as partes de um acordo contratual o confirmam por escrito, ou seja, a Organização e os doadores, os parceiros ou os interessados diretos, e 2) os recursos são condicionais. A condicionalidade dos acordos de contribuição voluntária é determinada por fatores como:

- O acordo tem uma finalidade declarada.
- Os recursos fornecidos no âmbito do acordo devem ser usados para as atividades exigidas ou descritas no acordo.
- O acordo tem um orçamento.
- O acordo tem uma data de entrada em vigor e uma data de encerramento.
- O acordo existe a apresentação de relatórios técnicos e financeiros.
- Uma vez finalizado o projeto, todos os recursos não executados são devolvidos ao doador, parceiro ou interessado direto.

As receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro com base no nível dos recursos executados durante o exercício financeiro.

Os recursos recebidos de maneira antecipada para a compra de bens em nome de governos e instituições participantes das compras de provisões de saúde pública são considerados receitas diferidas. Uma vez recebida a confirmação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e uma vez aprovado o pagamento ao fornecedor, as receitas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro.

Para determinar as receitas diferidas correspondentes às contribuições voluntárias em 31 de dezembro de 2017 que se enquadravam no circulante, a Organização classificou como receitas diferidas do circulante todos os saldos das receitas

diferidas das contribuições voluntárias que expiravam até 31 de dezembro de 2018, bem como as subvenções de situação indefinida. Além disso, os saldos das receitas diferidas dos acordos de contribuições voluntárias que se estendem para além de 2018 foram alocados entre as receitas diferidas do circulante e do não circulante usando um cálculo linear baseado no número de anos restantes. A parcela das receitas diferidas a ser lançada no não circulante refletirá o saldo do montante total das receitas diferidas correspondente às contribuições voluntárias, menos a estimativa das receitas diferidas do circulante.

2.14 Benefícios aos empregados

A Organização reconhece as despesas e obrigações referentes aos seguintes benefícios aos empregados:

- 1) Os benefícios a que os empregados fizeram jus no exercício financeiro corrente são obrigações do passivo circulante reconhecidas pelo custo amortizado (sem desconto).
- 2) Os benefícios após o desligamento do emprego, como o seguro-saúde pós-serviço, são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação.
- 3) Outros benefícios a empregados relacionados com o desligamento do serviço são reconhecidos pelo valor atualizado da obrigação.

A Organização contrata periodicamente os serviços atuariais de peritos externos para que forneçam os números seguros sobre o passivo relacionado com os benefícios dos empregados. A Organização contrata periodicamente os serviços atuariais de especialistas externos para obter valores confiáveis sobre as obrigações relacionadas com os benefícios aos empregados. Essas informações são usadas para calcular diferentes porcentagens de contribuição a serem aplicadas aos custos do pessoal.

A Organização também usa essas informações para fins de investimento, com o intuito de assegurar que os investimentos do Plano satisfaçam os requisitos de liquidez das respectivas obrigações.

2.15 Provisões e passivos contingentes

São feitas provisões para passivos e despesas futuras nos casos em que a Organização tem uma obrigação presente legal ou implícita em decorrência eventos passados — e é provável que venha a ser exigido que a Organização liquide a obrigação — e em que o valor pode ser calculado com segurança.

Outros compromissos que não satisfazem os critérios de reconhecimento de passivos são divulgados nas notas às demonstrações financeiras como passivo contingente quando a sua existência será confirmada apenas se ocorrerem ou não ocorrerem um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle Organização ou cujo valor não pode ser calculado com segurança.

2.16 Ativos contingentes

De acordo com a IPSAS 19, os ativos contingentes serão divulgados quando houver informações suficientes que indiquem que a entrada de benefícios econômicos ou o potencial de serviço é provável.

2.17 Receita

A receita é composta pelos fluxos de entrada brutos de benefícios econômicos ou pelo potencial de serviços recebidos ou a receber pela Organização durante o ano que representem um aumento dos ativos líquidos (IPSAS 23). A Organização reconhece a receita de acordo com os critérios estabelecidos pela IPSAS 9, “Receita de transações com contrapartida”, e pela IPSAS 23, “Receita de transações sem contrapartida”.

As transações com contrapartida são transações nas quais a Organização recebe ativos ou serviços, ou tem um passivo extinto, e, em contrapartida, entrega diretamente à outra entidade um valor que se aproxima do valor recebido, na forma de numerário, bens, serviços ou uso de ativos (IPSAS 9).

Em uma transação sem contrapartida, a Organização recebe um valor de outra entidade sem dar diretamente valor aproximadamente igual em contrapartida, ou entrega um valor à outra entidade sem receber, em contrapartida, um valor aproximadamente igual ao recebido (IPSAS 9).

As principais fontes de receitas para a Organização são, entre outras: as contribuições fixas, as contribuições voluntárias, as compras de provisões de saúde pública, outras receitas e as receitas diversas.

- **Receita de contribuições fixas (transações sem contrapartida).** A receita das contribuições fixas é reconhecida a partir de 1º de janeiro de cada ano quando os Estados Membros contraem o compromisso com a organização de pagar as contribuições fixas.
- **Receita de contribuições voluntárias (transações sem contrapartida).** As contribuições voluntárias, confirmadas por escrito por ambas as partes, são reconhecidas como contas a receber e receitas diferidas (passivo) porque esses acordos de financiamento são condicionais. À medida que os projetos com contribuições voluntárias são implementados, as receitas diferidas passam a ser reconhecidas como receitas. As categorias das contribuições voluntárias são explicadas na Nota
- **Receita das compras de provisões de saúde pública (transações com contrapartida).** É reconhecida receita referente às compras de provisões de saúde pública porque a Organização assume os riscos e benefícios dos bens comprados. A receita dessas transações é reconhecida uma vez que se tenha recebido a notificação de que os bens foram entregues pelo fornecedor e que se tenha aprovado o pagamento ao fornecedor. As compras de provisões de saúde pública são feitas por meio de três fundos: o Fundo Rotativo para Compra de Vacinas, o Fundo de Compras Reembolsáveis e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (ver a Nota 2.6 Contas a Receber, a respeito dos Fundos Rotativos, e a Nota 2.13 Receitas diferidas, a respeito das compras reembolsáveis).
- **Outras receitas (transações sem contrapartida).** Como Escritório Regional das Américas (AMRO) da Organização Mundial da Saúde, a Organização recebe alocações de financiamento da OMS para a implementação de atividades de cooperação técnica.

Os recursos que a Organização recebe da OMS abrangem as seguintes alocações:

- Alocações do orçamento ordinário da OMS
 - Alocações de contribuições voluntárias da OMS
 - Alocações de outros fundos internos da OMS
- **Outras receitas (transações com contrapartida).** A Organização, em conformidade com seus mandatos específicos, executa outras atividades de cooperação técnica cujas receitas são apresentadas em separado. Essas atividades compreendem o seguinte: vendas de serviços e gastos de apoio a programas.
 - **Receitas diversas (transações com contrapartida).** As receitas diversas compreendem reavaliações de divisas, ganhos e perdas cambiais, rendimentos de juros, ganhos e perdas realizados, e ganhos e perdas decorrentes da alienação de ativo imobilizado.
 - **Segmento de atividades especiais.** As atividades especiais são atividades aprovadas pelos Órgãos Diretores da Organização para objetivos e benefícios específicos (ou seja, benefícios do pessoal, benefícios em caso de término do contrato de trabalho e o seguro-saúde pós-serviço). Portanto, todas as obrigações relacionadas a benefícios aos empregados foram incluídas neste segmento.

2.18 Transações e saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional e usada nos relatórios da Organização é o dólar dos Estados Unidos (US\$). As transações em moedas diferentes do dólar são convertidas para essa moeda pela taxa de mercado vigente no momento da transação. A Organização determinou que as taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas estão estreitamente alinhadas com as taxas vigentes no mercado devido a análises e ajustes frequentes e, portanto, funcionam como uma aproximação da taxa do mercado no momento da transação. No encerramento de cada período de apresentação de relatórios, a Organização analisa o desempenho das taxas de câmbio operacionais das Nações Unidas em comparação com as taxas predominantes no mercado a fim de determinar o alinhamento e fazer os ajustes necessários. Os ativos e passivos em moedas diferentes do dólar são convertidos para essa moeda pela taxa de mercado vigente no encerramento do período de apresentação do relatório. Os ganhos ou perdas resultantes são lançados na demonstração do desempenho financeiro, nas receitas diversas.

2.19 Informação financeira por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis para os quais as informações financeiras são apresentadas em separado para avaliar o desempenho passado de uma entidade quanto à consecução de seus objetivos e para tomar decisões sobre a alocação futura dos recursos. A Organização classifica todos os projetos, operações e atividades financiadas em cinco segmentos: 1) Segmento de atividades básicas; 2) Segmento de atividades em parceria; 3) Segmento de atividades comerciais; 4) Segmento de atividades especiais e 5) Segmentos de atividades consolidadas dos centros sub-regionais e transações entre partes. A Organização apresenta relatórios sobre as transações e os saldos de cada segmento ao longo do período financeiro.

Em cada exercício financeiro, a Organização processa as transações internas que não envolvem o uso de dinheiro (transferências) dentro de um dado segmento e entre diferentes segmentos (ou seja, gastos de apoio a programas, provisão para benefícios por término do contrato de trabalho e repatriação, seguro-saúde pós-serviço, Fundo Mestre de Investimentos de Capital, etc.). O efeito dessas transferências é a duplicidade tanto das receitas como das despesas pelo mesmo montante, que são avaliadas pelo custo em que se incorreu no momento da transação original. A coluna das transações entre partes na demonstração do desempenho financeiro permite eliminar essa repetição.

Os seguintes segmentos foram identificados para possibilitar uma melhor compreensão das diversas atividades da Organização:

Segmento de atividades básicas – Atividades fundamentais para o Plano Estratégico da Organização que foram determinadas e apropriadas pelos Órgãos Diretores da Organização (ou seja, atividades financiadas com contribuições fixas e outras receitas destinadas às atividades do Programa e Orçamento).

Segmento de atividades em parceria – Atividades alinhadas com o Plano Estratégico da Organização e apoiadas pelos parceiros, doadores e partes interessadas (ou seja, atividades desenvolvidas em parceria com doadores externos que fornecem as contribuições voluntárias e a quem são apresentados relatórios técnicos e financeiros).

Segmento de atividades comerciais – Atividades realizadas pela Organização para fortalecer a cooperação técnica com os ministérios da saúde e facilitar seu acesso a provisões essenciais de saúde pública (ou seja, atividades de compras financiadas pelos Estados Membros para o acesso a provisões essenciais de saúde pública).

Segmento de atividades especiais – Atividades aprovadas pelos Órgãos Diretores da Organização para objetivos e benefícios específicos (ou seja, direitos do pessoal, benefícios pelo término do contrato de trabalho, seguro-saúde pós-serviço).

Segmentos de atividades dos centros sub-regionais – A Organização não tem centros regionais a consolidar desde 1º de janeiro de 2013

Segmento de transações entre partes – transferências internas. De acordo com a IPSAS 18, a Organização elimina essas atividades.

2.20 Comparação do orçamento

O orçamento e as demonstrações financeiras da Organização são preparados usando diferentes regimes contábeis. A demonstração da situação financeira, a demonstração do desempenho financeiro, a demonstração das mutações do ativo líquido e a demonstração dos fluxos de caixa são preparados pelo regime de competência, ao passo que a comparação dos montantes orçados e efetivos é preparada pelo regime de caixa.

Conforme exigido pela IPSAS 24, quando as demonstrações financeiras e o orçamento não forem preparados em uma base comparável, os montantes efetivos apresentados em uma base comparável ao orçamento serão conciliados com os valores efetivos apresentados nas demonstrações financeiras, identificando em separado as diferenças em termos de regime, tempo e entidade. Também é possível que haja diferenças nos formatos e esquemas de classificação adotados para a apresentação das demonstrações financeiras e do orçamento.

Os Órgãos Diretores da Organização aprovam o Programa e Orçamento Bienal, que abrange as contribuições fixas, os recursos voluntários projetados e as estimativas das receitas diversas. O Programa e Orçamento Bienal pode ser modificado posteriormente pelos Órgãos Diretores.

Na comparação dos montantes orçados e efetivos, são comparados o orçamento final e os montantes efetivamente desembolsados, calculados de acordo com as mesmas categorias dos Objetivos Estratégicos que correspondem aos montantes orçamentários. Podem ocorrer diferenças temporais quando o período do orçamento difere do período de apresentação de relatórios refletido nas demonstrações financeiras. Existem diferenças temporárias na Organização para fins de comparação dos montantes orçados e efetivos porque o orçamento é elaborado a cada dois anos e as demonstrações financeiras são preparadas anualmente. Além disso, existem outras diferenças resultantes da depreciação e amortização.

As diferenças entre entidades ocorrem quando o orçamento omite programas ou entidades que fazem parte da entidade para a qual são preparadas as demonstrações financeiras. As diferenças de apresentação se devem a diferenças nos formatos e esquemas de classificação adotados para a apresentação da demonstração do desempenho financeiro e da comparação dos montantes orçados e efetivos.

2.21 Contribuições em espécie

As contribuições em espécie de serviços que apoiam as operações e atividades aprovadas, como o uso de instalações, serviços públicos, pessoal, serviços de transporte, etc., são identificadas por categorias de serviços com o respectivo Estado-Membro que fez a contribuição em espécie durante o período contábil abarcado pelo relatório. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras porque o valor justo dos serviços ou ativos não pode ser mensurado de forma confiável.

Os terrenos e prédios doados são reconhecidos na demonstração da situação financeira pelo valor justo de mercado.

Os estoques doados são capitalizados segundo a materialidade e as condições dos bens. A Organização só aceitará a doação de bens que estejam alinhados com suas atividades básicas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Disponibilidades de caixa, US\$	45 915	90 394
Disponibilidades de caixa, outras moedas	18 464	40 367
Fundos do mercado monetário	2 502	1 312
Menos: Ativos do plano	(1 141)	(3 789)
Total	65 740	128 286

4. Investimentos

4.1 Investimentos de curto prazo

Os investimentos de curto prazo são aqueles cujos prazos de vencimento finais no ato da compra são inferiores a 365 dias.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Certificados de depósito	359 795	305 786
Menos: Ativos do plano		(66 081)
Certificados de depósito	359 795	239 705

Juros acumulados no montante de US\$ 815 581 (2016: US\$ 1 351 476) foram incluídos no saldo dos investimentos de curto prazo na demonstração da situação financeira.

4.2 Investimentos de longo prazo

As notas de renda fixa de longo prazo da carteira geral da Organização são mantidas até o vencimento e são contabilizadas pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos. Já as notas de renda fixa de longo prazo da carteira do plano TAREP, que compreende os ativos do plano mantidos em um fundo fiduciário irrevogável, são contabilizados pelo valor justo com as variações de valor reconhecidas no saldo dos fundos.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo		
Aumento (diminuição) dos investimentos de longo prazo	75 218	73 974
(Ganhos)/perdas líquidos não realizados	1 051	1 692
Aumento líquido dos investimentos de longo prazo	76 269	75 666
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo		
Receita de juros	5 531	4 052
Ganhos/(perdas) líquidos realizados	(704)	(180)
Fluxos de caixa dos investimentos de longo prazo	4 826	3 872

Avaliação de investimentos de longo prazo	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Notas de renda fixa	10 347	10 271	1 563	1 535
Carteiras administradas	376 389	372 974	300 039	297 674
Menos: Ativos do plano	(10 347)	(10 271)	(1 563)	(1 535)
Total	376 389	372 974	300 039	297 674

Os instrumentos de renda fixa de longo prazo mantidos nas duas carteiras são emitidos por agências do governo dos Estados Unidos e respaldados garantidos pela plena confiança e crédito do governo dos Estados Unidos. Embora a classificação de crédito do governo dos Estados Unidos tenha sido rebaixada de sua classificação histórica AAA por uma das agências de classificação risco em 2012, não há nenhuma evidência que indiquem que o tomador deixará de cumprir suas obrigações. Juros acumulados no montante de US\$ \$ 36 079 foram incluídos no saldo dos investimentos de longo prazo e reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro como Receitas diversas

As carteiras administradas são classificadas como disponíveis para venda e lançadas pelo valor justo, com as variações de valor reconhecidas no saldo dos fundos. O valor de mercado mencionado abrange juros acumulados no montante de US\$ 1 604 399 (2016: US\$ 1 155 698) e é reconhecido na demonstração do desempenho financeiro como Receitas diversas.

O total de ganhos (perdas) nas carteiras administradas é composto por ganhos ou perdas acumulados reconhecidos anteriormente na demonstração das mutações do ativo líquido e na variação gradual do valor no ponto de venda ou no vencimento. O total de ganhos (perdas) é reconhecido no excedente ou déficit referente ao período em questão.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Natureza dos instrumentos financeiros

A Nota 2.3 apresenta os detalhes das políticas e métodos contábeis significativos adotados, inclusive os critérios para o reconhecimento e reversão do reconhecimento, para a mensuração e para o reconhecimento de ganhos e perdas em relação a cada classe de ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros e método de avaliação	2017	2017	2016	2016
	Custo amortizado	Valor justo de mercado	Custo amortizado	Valor justo de mercado
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa	65 740		128 286	
Caixa e equivalentes de caixa (ativos do plano)	1 141		3 789	
Investimentos de curto prazo				
Certificados de depósito (mantidos até o vencimento)	359 795		239 705	
Certificados de depósito (mantidos até o vencimento) (ativos do plano)			66 081	
Investimentos de longo prazo				
Notas de renda fixa (mantidas até o vencimento)				
Notas de renda fixa (ativos do plano)		10 271		1 535
Carteiras administradas (disponíveis para venda)		372 974		297 674
Total	426 676	383 245	437 860	299 209

5.2 Risco de taxa de juros

A Organização está exposta ao risco de taxa de juros tanto nos investimentos de curto prazo como nos de longo prazo. Os montantes do capital são lançados pelo custo amortizado dos investimentos mantidos até o vencimento e pelo valor justo no caso dos investimentos disponíveis para venda.

	Data de vencimento efetiva	Taxa de juros efetiva	Juros fixos	Juros flutuantes	Não remunerado
Total do caixa e equivalentes de caixa	<90 days	0.25%		3 001	63 879
Investimento de curto prazo					
Certificados de depósito	59.52 days	2.79%	359 795		
Investimentos de longo prazo					
Ativo de plano	9.14 years	2.95%	10 271		
Carteiras administradas	1.88 years	1.76%	372 974		
Total			743 040	3 001	63 879

A Organização detém certas notas de renda fixa que o emissor tem direito de resgatar antes da data de vencimento.

Instrumentos resgatáveis

Emissor	Principal	Juros	Vencimento	Datas de resgate
Federal Home Loan Bank	1 540	2,14%	5-dez-22	5-dez-22
TAREP	8 695	3,10%	16-nov-27	16-nov-18
Total	10 236	2,96%		

As variações da taxa de juros de mercado influenciam o valor justo e os fluxos de caixa futuros dos instrumentos de investimento. Essa influência é irrelevante para os investimentos mantidos até o vencimento, mas afetaria a demonstração da situação financeira no caso dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda e a demonstração do desempenho financeiro no caso dos investimentos de taxa variável disponíveis para venda. A parcela da carteira de investimentos da OPAS disponíveis para venda composta por instrumentos de taxa variável é insignificante e as flutuações das taxas não teriam um efeito relevante. No entanto, uma alteração da taxa de mercado no caso dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda poderia afetar de forma relevante a demonstração da situação financeira.

Uma flutuação das taxas de juros de mercado de 100 pontos-base teria o seguinte impacto sobre o valor justo de mercado dos investimentos de taxa fixa disponíveis para venda:

Valor justo de mercado dos investimentos de taxa fixa em 31-12-17	Aumento de 100 pontos-base	Variação do valor justo de mercado	Diminuição de 100 pontos-base	Variação do valor justo de mercado
373 056	365 278	(7 778)	pontos-base	justo de mercado

5.3 Risco de crédito

O risco de crédito máximo representa o valor contábil dos empréstimos e contas a receber. As diretrizes de investimento da OPAS estipulam limites ao nível de exposição ao risco de crédito de uma única contraparte. Contudo, pode haver algum risco de insolvência da contraparte associado à concentração dos instrumentos financeiros e depósitos à vista no

setor bancário. Essas concentrações significativas no setor bancário equivalem a 62% do total do dinheiro em espécie e dos investimentos de curto prazo e de longo prazo.

Os requisitos mínimos de qualidade de crédito aplicados a todos os investimentos, conforme o definido na Política de Investimentos, se enquadram no intervalo do grau de investimento. Embora a classificação de crédito do governo dos Estados Unidos tenha sido rebaixada de sua classificação histórica AAA por uma das agências de classificação risco em 2012, não há nenhuma evidência que indique que o tomador deixará de cumprir suas obrigações.

Os investimentos de longo prazo e as carteiras administradas da OPAS são mantidos da seguinte maneira:

Tipo de investimento	2017	2016
Fundos do mercado monetário	3 339	5 224
Emissões do governo e de agências dos EUA	211 089	211 484
Títulos lastreados em hipotecas e em ativos	16 115	14 156
Títulos privados	125 470	66 565
Títulos de governos municipais	998	999
Outros	5 494	
Depósitos bancários	20 323	
Total dos investimentos de longo prazo	382 828	298 428

5.4 Risco cambial

A demonstração da situação financeira não reflete uma exposição significativa ao risco cambial, pois os depósitos em moeda estrangeira em qualquer momento são irrelevantes ou se destinam a gastos em moeda estrangeira. No decorrer do exercício, uma parcela considerável dos gastos (38%) é desembolsada em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos. Esses desembolsos não estão protegidos, mas são cobertos por receitas em moedas nacionais e pela compra de moeda nacional no mercado de acordo com as necessidades no momento do desembolso.

Podem ser recebidas contribuições em moedas estrangeiras, com a condição de que o montante possa ser absorvido pelas representações nos países em um prazo de trinta dias. A maioria dos recursos mantidos nas contas no Brasil está comprometida com programas específicos que estipulam desembolsos em moeda nacional no prazo de seis meses. O Comitê de Investimentos aprovou uma exceção às diretrizes de administração do caixa, que limitam o saldo em moeda nacional mantido em nível local, no caso do programa brasileiro a fim de eliminar a necessidade de ingressar no mercado para comprar ou vender moeda nacional. Portanto, não se prevê que os depósitos no Brasil estejam sujeitos ao risco cambial.

Alguns depósitos em moeda nacional em Cuba e na Venezuela em um total equivalente a US\$ 1,0 milhão estão sujeitos a restrições que dificultam repatriar esses recursos para a sede da OPAS. Essas restrições podem aumentar o risco cambial para a Organização.

6. Contas a receber

6.1 Contas a receber: Circulante

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições fixas	44 363	40 500
Fundo de Equalização de Impostos	5	8
Contribuições voluntárias	218 185	208 168
Fundos de compras	70 659	73 928
Saldo devido pela Organização Mundial da Saúde devido a transações entre escritórios		10 836
Saldo devido pela Fundação da OPAS	560	560
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	45	49
Adiantamentos ao pessoal	5 029	5 562
Gastos pré-pagos	9 616	6 605
Valores a receber diversos	3 854	3 397
Total	352 316	349 612

6.1.1 Contas a receber relativas às contribuições fixas

	Em atraso	2017	Total 2017	Total 2016
OPAS				
Argentina		1 313	1 313	
Aruba		21	21	21
Brasil		6 681	6 681	11 976
Colômbia		1 263	1 263	1 263
Costa Rica		37	37	5
Curaçao		21	21	
El Salvador	83	83	166	193
Estados Unidos		32 177	32 177	20 356
França		3	3	4
Granada		21	21	21
Peru		165	165	
Porto Rico	241	79	320	241
República Dominicana				1
São Martinho	37	22	59	37
Suriname		25	25	25
Venezuela		2 091	2 091	6 357
TOTAL	361	44 002	44 363	40 500

6.1.2 Contas a receber relativas às contribuições voluntárias

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições voluntárias		
emergências e assistência em casos de desastre	1 000	559
Contribuições voluntárias	58 550	67 333
Contribuições voluntárias - Contribuições voluntárias nacionais	158 635	140 276
Total	218 185	208 168

6.1.3 Contas a receber relativas às compras de provisões de saúde pública

As contas a receber de Estados Membros na compra de provisões de saúde pública são compostas por dois fundos: o Fundo Rotativo para Compra de Vacinas e o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública.

As contas a receber na categoria das compras de provisões de saúde pública são consideradas ativos circulantes da seguinte maneira:

a. Fundo Rotativo para Compra de Vacinas

A criação do Fundo Rotativo para Compra de Vacinas foi autorizada pela resolução CD25.R27, do 25º Conselho Diretor (1977). O Fundo Rotativo financia compras de vacinas para os Estados Membros e instituições participantes que não podem depositar recursos em dólares na Organização antes da compra.

b. Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública

O Fundo Rotativo Regional de Provisões Estratégicas para Saúde Pública foi criado em 1999 pelo Diretor, no exercício da autoridade nele investida pelo parágrafo 9.3 (originalmente 6.7) do Regulamento Financeiro, por solicitação dos Estados Membros da OPAS. Entre os objetivos do Fundo, destacam-se reduzir o custo das provisões estratégicas de saúde pública para que estejam sempre ao alcance dos Estados Membros, ajudar os Estados Membros a aumentar suas capacidades de planejamento para fazer uso dessas provisões, e ampliar o alcance dos programas de saúde pública dos Estados Membros. Detalhes específicos sobre os governos e instituições não são divulgados nas demonstrações financeiras, embora essas informações possam ser encontradas nos anexos informativos não auditados.

As contas a receber relativas às compras de provisões de saúde pública são as seguintes:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	66 637	71 997
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	4 022	1 931
Total	70 659	73 928

6.2 Contas a receber: Não circulante

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições voluntárias	140 031	144 271
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	80	4 602
Total	140 111	148 873

6.2.1 Contas a receber relativas às contribuições voluntárias (não circulante)

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias	65 863	46 791
Contribuições voluntárias nacionais	74 168	97 480
Total	140 031	144 271

7. Estoques

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
PROMESS	705	485
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	7 306	8 411
Saldo final do estoque	8 010	8 896

7.1 Estoques PROMESS

A tabela a seguir mostra a movimentação dos estoques da OPAS de medicamentos e provisões médicas encontrados no depósito do PROMESS em Porto Príncipe, Haiti, durante o exercício financeiro. A tabela mostra a conciliação do inventário, que reflete o saldo pendente e os acréscimos durante o período, menos o valor dos bens distribuídos durante o ano.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
PROMESS		
Estoque inicial	485	909
Acréscimos	739	767
Distribuições	(519)	(1 191)
Saldo final do estoque	705	485

Além dos estoques da OPAS, o depósito do PROMESS presta serviços de armazenamento de medicamentos e provisões médicas essenciais de saúde pública para organismos internacionais e organizações não governamentais (ONGs) que prestam assistência ao governo haitiano. Além disso, o PROMESS também armazena medicamentos e provisões médicas fornecidas pelos doadores, parceiros e interessados diretos ao governo haitiano por meio da Organização.

7.2 Estoques do Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução (PALTEX)

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
PALTEX		
Estoque inicial	8 411	7 730
Acréscimos	1 399	3 575
Distribuições	(2 548)	(2 740)
Baixas do estoque		(107)
Provisão para estoque obsoleto/danificado	44	(47)
Saldo final do estoque	7 306	8 411

8. Ativo imobilizado

8.1 Informações gerais

A categoria do ativo imobilizado é composta por prédios; equipamentos de computação, de escritório e de audiovisual; veículos automotores, benfeitorias em bens alugados; prédios móveis e terrenos. As aquisições líquidas (após as alienações) no exercício totalizaram US\$ 666 811 (2016: US\$ 94 737).

Os aumentos ou diminuições do ativo fixo são informados na demonstração da situação financeira, enquanto os gastos por depreciação referentes ao período são informados na demonstração do desempenho financeiro.

Os prédios; os equipamentos de computação, de escritório e de audiovisual; os veículos automotores; as benfeitorias em bens alugados e os prédios móveis são capitalizados se seu custo for igual ou superior ao nível mínimo aceito, definido como US\$ 20 000. São depreciados ao longo da vida útil estimada do ativo usando o método linear. O nível mínimo aceito é revisto periodicamente. Os ativos são analisados anualmente para determinar se há alguma deterioração de seu valor.

Em conformidade com o parágrafo 44 da IPSAS 17, os terrenos e prédios foram reavaliados no encerramento de 2015 de acordo com relatórios de especialistas em avaliação. No caso de um país, nenhuma reavaliação foi registrada devido à economia hiperinflacionária e à existência de diversas taxas de câmbio. Essa decisão foi tomada em cumprimento dos parágrafos 31 e 32 da IPSAS 1, que recomendam evitar certas práticas quando elas podem induzir a erro.

	Terrenos	Prédios	Equipamento de computação	Equipamento de escritório	Veículos automotores	Equipamento audiovisual	Benfeitorias em bens alugados	Prédios móveis	Total
Custo em 1º de janeiro	64 026	44 867	657	165	1 865	317	266	27	112 190
Acréscimos					730				730
Alienações					(63)				(63)
Desvalorização									
Ajustes									
Reavaliações líquidas									
Custo em 31 de dezembro	64 026	44 867	657	165	2 532	317	266	27	112 857
Depreciação em 1º de janeiro		1 313	610	73	1 236	302	266	14	3 814
Cobrado no período corrente		1 313	47	45	325	15		5	1 750
Alienações					(63)				(63)
Ajustes									
Reavaliações líquidas									
Depreciação em 31 de dezembro		2 626	657	118	1 498	317	266	19	5 501
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2017	64 026	42 241		47	1 034			8	107 356
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2016	64 026	43 554	47	92	629	15		13	108 376

8.2 Ativos transferidos com condições

De acordo com o documento de doação registrado no Registro Público, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), seus sucessores e cessionários concederam à OPAS a propriedade do terreno no qual estão localizados os prédios da Representação da OPAS/OMS no Brasil. O documento estipula também que a OPAS não pode transferir, alugar nem emprestar o terreno doado sob pena de revogação da doação. Caso o terreno seja vendido para a mesma finalidade (ou seja, estabelecimento de uma sede), a OPAS deve obter o consentimento por escrito do governo e pagar a ele o valor atual do terreno. Isso não abrange os prédios nem nenhum outro bem imóvel. Devido à restrição imposta à venda do terreno e à exigência de pagar ao Governo do Brasil o valor atual do terreno, a Organização reconheceu essa propriedade na demonstração da situação financeira como um ativo e como um passivo. (Nota 11.2).

8.3 Reavaliação dos terrenos e prédios

Seguindo as políticas contábeis da Organização (Nota 2.8), realiza-se periodicamente uma reavaliação. A última reavaliação completa ocorreu no fim de 2015

Os montantes decorrentes da avaliação de 2015 de cada propriedade da Organização são os seguintes:

Prédios	
Argentina	1 600
Barbados	2 332
Brasil	4 418
Jamaica	1 464
Guatemala	2 437
Guiana	614
Haiti	1 061
Washington, D.C.	28 110
Paraguai	464
Peru	1 441
Venezuela	926
Subtotal prédios	44 867
Terrenos	
Brasil	7 796
Haiti	1 229
Washington, D.C.	44 440
Peru	8 914
Venezuela	1 647
Subtotal terrenos	64 026
Total	108 893

Em 31 de dezembro de 2015, a Organização ajustou os montantes relacionados com o excedente de reavaliação de modo a cumprir o modelo de reavaliação do seu ativo imobilizado, conforme prescrito nos parágrafos 44 a 58 da IPSAS 17. O resultado global do ajuste da reavaliação dos prédios foi o reconhecimento, em 2015, de uma perda de US\$ 4 808, refletida na demonstração do desempenho financeiro.

9. Ativo intangível

A Organização apresenta em separado os ativos intangíveis que estão:

- a) Disponíveis para uso e sujeitos a amortização
- b) Em desenvolvimento e ainda não foram concluídos.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos intangíveis disponíveis para uso		
Custo em 1º de janeiro	3 689	3 689
Acréscimos	992	
Ajustes		
Exclusões		
Custo em 31 de dezembro	4 681	3 689
Amortização em 1º de janeiro	3 263	2 665
Cobrado no período corrente	487	598
Ajustes		
Amortização em 31 de dezembro	3 750	3 263
Valor contábil líquido dos ativos intangíveis disponíveis para uso em 31 de dezembro	931	426
Ativos intangíveis em desenvolvimento		337
Total do ativo intangível	931	763

10. Obrigações acumuladas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Obrigações acumuladas - Fundo do Orçamento	1 866	503
Obrigações acumuladas - Outras fontes, OPAS	20 330	12 284
Obrigações acumuladas - Outras fontes, OMS	742	388
Total	22 938	13 175

11 Contas a pagar

11.1 Contas a pagar – Circulante

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições fixas recebidas antecipadamente	10	96
Contribuições voluntárias de acordos caducados	1 192	5 501
Contribuições voluntárias à espera de assinatura de acordo		
Compras de provisões de saúde pública	226	49 024
Saldo devido à Organização Mundial da Saúde devido a transações entre escritórios.	2 280	
Diversos	4 635	7 731
Total	8 343	62 352

11.2 Contas a pagar – Não circulante

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo com passivo restrito - Imóveis em Brasília, Brasil (Nota 8.2)	7 796	7 796
Total	7 796	7 796

12 Benefícios aos empregados

Nos termos do Regulamento do Pessoal da Organização Pan-Americana da Saúde, a Organização concede alguns benefícios a seus empregados que podem ser classificados como passivo de curto prazo e outros que podem ser classificados como passivo de longo prazo. Os benefícios aos empregados classificados como passivo de curto prazo são o subsídio para educação, a viagem relacionada com o subsídio para educação e o subsídio por novo destino. Os benefícios aos empregados que podem ser categorizados como passivo de longo prazo abrangem certos pagamentos finais, como o pagamento da licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e outras indenizações relacionadas ao desligamento do serviço, conforme o caso.

Para acumular os recursos necessários para fazer face a esse passivo de curto prazo e de longo prazo, a Organização criou três fundos.

12.1 Fundo de Benefícios do Pessoal

Estabelecido em janeiro de 2008, financia as obrigações de curto prazo do subsídio para educação, das viagens relacionadas com o subsídio para educação e do subsídio por novo destino. Recebe aportes mensais de contribuições da Organização calculadas com base na folha de pagamento.

12.2 Fundo do Seguro-saúde Pós-Serviço

Estabelecido em 2010, reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes ao seguro-saúde dos funcionários atuais e ex-funcionários nos próximos anos. Faz parte do Seguro-saúde do Pessoal da Organização Mundial da Saúde (OMS) e é administrado pela OMS em nome da OPAS.

A OPAS informa à OMS todas as atividades relacionadas a esse fundo (ou seja, receita arrecadada com as contribuições da Organização). Um acordo entre a OMS e a OPAS estabelecido em 2016 concedeu à OMS a administração de todos os passivos e ativos do plano que a OPAS tem no fundo.

No caso da OPAS, as atividades relacionadas à obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial anual elaborado por um consultor profissional. Nesse relatório, são apresentadas as atividades segregadas para cada um dos organismos participantes do fundo, inclusive a OPAS. O relatório atuarial deste ano abrange várias informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39. Embora o relatório seja dirigido à OMS, o seguinte se aplica à OPAS.

- 141(a) i) O Seguro-saúde do Pessoal reembolsa os gastos relacionados com a atenção à saúde, assim como os respectivos custos administrativos, do pessoal que cumpre os critérios estabelecidos e seus dependentes. O seguro-saúde pós-serviço (ASHI, na sigla em inglês) é a parte do Seguro-saúde do Pessoal que cobre os aposentados e seus dependentes ou sobreviventes.
- ii) O ASHI não está sujeito a nenhum quadro regulatório externo.
- iii) O Comitê de Supervisão Global (GOC, na sigla em inglês) rege todo o Seguro-Saúde do Pessoal, inclusive o ASHI. De modo geral, esse comitê faz duas reuniões por ano, nas quais se faz um monitoramento da experiência histórica e se analisam possíveis mudanças no desenho e administração do plano.
- 141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelos planos são a variação das taxas de desconto e do retorno dos ativos.
- 141(d) A taxa de desconto é calculada para cada grupo regional de representações, com base nos rendimentos de títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração, bem como nos fluxos de caixa previstos na exposição cambial pressuposta para cada grupo de representações.
- 149(a) Nem a OMS nem a OPAS estão obrigadas legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano. No entanto, atualmente a OPAS tem como intenção acumular recursos para que, com o passar do tempo, consiga aproximar-se do financiamento integral do passivo contábil. O principal mecanismo para alcançar essa meta é fazer aumentos constantes das contribuições da Organização e dos participantes para o Fundo do Seguro-saúde do Pessoal, com o excedente de cada ano sendo mantido nos ativos do fundo.

12.3 Fundo para Pagamentos por Término de Contrato e Repatriação

Estabelecido em abril de 1972, reflete o financiamento e o passivo da Organização referentes aos pagamentos no caso de término do contrato de trabalho e abrange a licença anual, o auxílio por repatriação, a viagem de repatriação e a mudança dos móveis e pertences. As atividades da obrigação pelos benefícios definidos são obtidas por meio de um relatório atuarial anual elaborado por um consultor profissional. O relatório atuarial deste ano contém as seguintes informações de divulgação obrigatória em conformidade com os parágrafos 141 e 149 da IPSAS 39.

- 141(a)i) O plano para pagamentos por término do contrato e repatriação (TAREP, na sigla em inglês) oferece certos benefícios após o desligamento do serviço, como: pagamentos de férias acumulados; benefícios por repatriação, invalidez e morte; e indenizações pelo desligamento do serviço.
- ii) O TAREP não está sujeito a nenhum quadro regulatório externo, mas o financiamento global da OPAS é regido pelas contribuições de seus países membros.
- iii) Não foi estabelecido um comitê de governança formal para o TAREP. No entanto, entendemos que a direção da OPAS supervisiona as operações do TAREP em conformidade com as regras do pessoal e as respectivas regras e diretrizes das Nações Unidas.
- 141(b) Os principais riscos financeiros e econômicos enfrentados pelos planos são a variação das taxas de desconto e do retorno dos ativos.
- 141(d) A taxa de desconto reflete fluxos de caixa antecipados do plano. Os fluxos de caixa são descontados usando uma curva de rendimento dos EUA para títulos privados com classificação de crédito elevada na data da mensuração.
- 149(a) A OPAS não está obrigada legalmente a reservar recursos antecipadamente para o plano. No entanto, atualmente a OPAS tem como intenção acumular recursos para que, com o passar do tempo, consiga aproximar-se do financiamento integral do passivo contábil. 149(a) O principal mecanismo para alcançar essa meta é fazer contribuições para o fundo, com a previsão geral de o excedente de cada ano ser mantido nos ativos do fundo.

Em 31 de dezembro de 2017, a situação do passivo circulante e não circulante referente aos benefícios definidos segundo os cálculos dos consultores atuariais é a seguinte:

	Fundo do seguro saúde pós-serviço	Fundo para pagamentos por término do contrato de trabalho e repatriação	Total 2017	Total 2016 (reapresentado)
Passivo circulante		2 812	2 812	10 970
Passivo não circulante	234 284	1 511	235 794	186 522
Total	234 284	4 323	238 607	197 491

- Ganhos e perdas (variações inesperadas no excedente ou déficit) são reconhecidos de imediato no balanço e não impactam gastos passados nem futuros.
- A taxa prevista de rendimento dos ativos foi estabelecida com base na ferramenta eletrônica da Aon Hewitt Corporation, anteriormente conhecida como Aon Hewitt Associates LLC, (horizonte de 30 anos para o ASHI apenas) e na carteira atual.
- Não existe direito de reembolso.
- As contribuições previstas da Organização durante 2018 estão estimadas em US\$ 4 192 000 para o Seguro-saúde Pós-serviço e US\$ 2 812 479 para os benefícios por término do contrato de trabalho e repatriação.

12.3.a. Adoção da IPSAS 39 para os benefícios dos empregados e representação da atividade atuarial e da obrigação por benefícios definidos

Em 2017, a OPAS adotou a IPSAS 39, que substituiu a IPSAS 25.

A Organização Mundial da Saúde, por meio do seu Fundo do Seguro-saúde do Pessoal, administra o Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço da OPAS (ASHI). Para facilitar as comparações entre 2017 e 2016, as informações financeiras referentes a 2016 do fundo do ASHI foram reapresentadas de acordo com a IPSAS 39 a partir dos dados fornecidos pelo consultor atuarial da OPAS.

Os números do Fundo para Pagamentos por Término de Contrato e Repatriação (TAREP) também foram reapresentados.

A tabela a seguir apresenta as obrigações por benefícios definidos dos dois fundos (ASHI e TAREP) segundo a IPSAS 39 adotada em 2017 e a IPSAS 25 aplicada anteriormente. Para conhecer o impacto da adoção da IPSAS 39 sobre a receita e a despesa, consulte a nota 15 sobre a receita, no montante de US\$ 1,4 milhão, e a nota 16.1 sobre os gastos, no montante de US\$ 1,8 milhão.

Obrigações por benefícios definidos em 2016 de acordo com a IPSAS 39 (em 31 de dezembro) (Reapresentadas e informadas nas demonstrações financeiras da OPAS referentes a 2017)

	Fundo do seguro saúde pós-serviço	Fundo para pagamentos por término do contrato de trabalho e repatriação	Total 2016
Passivo circulante	8 614	2 356	10 970
Passivo não circulante	183 403	3 119	186 522
Total	192 017	5 475	197 491

Obrigações por benefícios definidos em 2016 de acordo com a IPSAS 25 (em 31 de dezembro)
(Informada originalmente nas demonstrações financeiras da OPAS referentes a 2016)

	Fundo do seguro saúde pós-serviço	Fundo para pagamentos por término do contrato de trabalho e repatriação	Total 2016
Passivo circulante	8 614	2 356	10 970
Passivo não circulante	210 430	(4 014)	210 430
(Ativo) não circulante (Nota 6.2)			(4 014)
Total	219 044	(1 658)	217 386

	2016 Original		2016 Reapresentado	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Receita				
Receitas diversas				
Seguro-saúde pós-serviço			1 161	1 161
Provisão para benefícios por término do contrato de trabalho e repatriação			235	235
Gastos	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Pessoal e outros custos de pessoal				
Pessoal internacional e nacional	149 664	129 885	151 459	131 680

12.4 Avaliações atuariais dos benefícios pós-emprego e dos outros benefícios relacionados ao desligamento do serviço

Os benefícios pós-emprego e os outros benefícios relacionados com o desligamento do serviço são planos de benefícios definidos que consistem no Seguro-saúde Pós-serviço e nos benefícios por rescisão do contrato de trabalho e repatriação. Em 2017, as taxas de contribuição para esses dois fundos de obrigações de longo prazo foram 5% do salário-base líquido mais o reajuste por lugar de destino, creditado no Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação, e 4% do salário-base, creditado no Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço.

Os ativos apresentados com referência ao Plano de Seguro-saúde Pós-serviço não abrangem nenhuma parte dos ativos mantidos em conjunto com o Fundo de Seguro-saúde do Pessoal da Organização Mundial da Saúde (OMS) administrado pela OMS. Os funcionários da OMS e das entidades por ela administradas, inclusive a Organização, contribuem para esse fundo. Contudo, os ativos do Fundo não foram alocados irrevogavelmente entre a OMS, a Organização (ou seja, a OPAS) e o restante da OMS e as entidades por ela administradas.

12.5 Pressupostos e métodos atuariais

Entre os outros benefícios de longo prazo aos empregados figuram a viagem de licença no país de origem, acumulada mensalmente. Os empregados que têm direito a esse benefício devem ganhá-la e usá-la a cada dois anos.

12.6 Pressupostos atuariais

Os seguintes pressupostos e métodos foram usados para determinar o valor das obrigações da Organização no dia 31 de dezembro de 2017 referentes aos benefícios pós-emprego e aos outros benefícios relacionados ao desligamento de funcionários.

Pressuposto	Fundo do Seguro-saúde Pós-Serviço	Fundo para Pagamentos por Término de Contrato e Repatriação
Norma contábil	Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público 39, adotada pela primeira vez pela Organização no dia 1º de janeiro de 2017. Anteriormente, a OPAS usava a IPSAS 25 para fins de registro e divulgação de informações.	
Data de medição	31 de dezembro de 2017	
Taxa de desconto	3,8%	3,3%
Inflação geral	2,2%	
Aumentos de custos médicos	Estados Unidos: 5,00% em 2017, recuando gradualmente até 3,85% em 2033 e anos posteriores. Em 2017, fez-se um ajuste para baixo de modo a refletir determinadas mudanças na rede dos Estados Unidos. Resto do continente: 6,4% em 2018, recuando gradualmente até 3,85% em 2040 e anos posteriores.	Não se aplica
Alterações futuras na taxa de contribuição dos participantes	Pressupõe-se que as taxas aumentem em 4,0% ao ano em 1º de janeiro de 2018, 2019 e 2020; 2,0% ao ano em 1º de janeiro de 2021 a 2050 e 0,0% ao ano a partir de 2050. Os aumentos são pela taxa composta.	Não se aplica
Expectativa de vida	As taxas de mortalidade coincidem com as da avaliação feita em 31 de dezembro de 2017 avaliação do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas.	
Custos médicos médios	Por adulto em 2018, US\$ 13 732 nos Estados Unidos e US\$ 5 387 no resto do continente.	Não se aplica

As tabelas a seguir fornecem mais informações e uma análise das obrigações relacionadas aos benefícios aos empregados calculadas pelos atuários.

12.7 Resumo atuarial do Fundo do Seguro-saúde Pós-serviço e do Fundo para Pagamentos por Término de Contrato e Repatriação

Descrição	Fundo do seguro saúde pós-serviço	Fundo para pagamentos por término do contrato de trabalho e repatriação	Total 2017	Total 2016 (reapresentado)
Conciliação das obrigações por benefícios definidos				
Obrigações por benefícios definidos (saldo inicial)	252 128	16 769	268 897	317 220
Custo do serviço	7 210	1 865	9 075	8 607
Juros sobre as obrigação por benefícios definidos	10 658	530	11 188	13 831
Pagamentos efetivos de benefícios brutos	^{1/} (9824)	(2 121)	(11 945)	(12 630)
Gastos administrativos efetivos	^{1/} (504)		(504)	(491)
Contribuições efetivas pelos participantes	1 848		1 848	1 857
Alterações no plano adotadas				(736)
Mudanças nos métodos contábeis				
(Ganho)/perda nas obrigações por benefício definidos decorrente de mudanças nos pressupostos financeiros	29 110	72	29 182	(4 180)
(Ganho)/perda nas obrigações por benefício definidos decorrente de mudanças em outros pressupostos	8 971	^{1/} (1 380)	7 591	(54 581)
Obrigações por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2017	299 597	15 735	315 332	268 897
Conciliação dos ativos do plano				
Ativos do plano (saldo inicial)	60 112	11 294	71 406	59 875
Pagamentos efetivos de benefícios brutos	(18 857)	(2 121)	(20 978)	(12 630)
Gastos administrativos efetivos	(967)		(967)	(491)
Contribuições efetivas pelos participantes	5 921		5 921	1 857
Total das contribuições efetivas da Organização	10 259	2 121	12 380	5 683
Contribuições do SHI da OMS para o ASHI da OPAS	3 643		3 643	5 581
Contribuições para aumentar os ativos	1 495		1 495	10 135
Juros sobre os ativos líquidos	2 581	384	2 965	3 044
Ganho/(perda) com os ativos do plano	1 125	(265)	860	(1 649)
Ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	65 312	11 413	76 725	71 405
Conciliação da situação do financiamento				
Obrigações por benefícios definidos				
Ativos	114 677		114 677	161 548
Inativos	184 920	15 735	200 655	107 348
Total das obrigações por benefícios definidos	299 597	15 735	315 332	268 896
Ativos do plano				
Ativos do plano brutos	65 313	11 412	76 725	71 405
Compensação pela reserva (norma 470.1 do SHI-OMS)				
Total dos ativos do plano				
Circulante		2 812	2 812	10 970
Não circulante	234 284	1 511	235 795	186 522
Passivo (ativo) líquido reconhecido na demonstração da situação financeira	234 284	4 323	238 607	197 491
Gastos para 2017				
Custo do serviço	8 287	1 865	10 152	8 607
Custo dos juros	8 170	146	8 316	10 786
Alterações no plano adotadas				(736)
Total dos gastos reconhecidos na demonstração do desempenho financeiro	16 457	2 011	18 468	18 657
Contribuições previstas para 2018				
Contrib. pelo/para o pessoal ativo, excl. pedidos de reembolso e custos admin.	2 485	2 812	5 297	276
Contribuições da OMS para inativos	4 192		4 192	3 786
Transferência líquida da OMS para cobrir o déficit da OPAS	1 855		1 855	
Pagamentos de fundos operacionais para cobrir pagamentos de benefícios do TAREP				2 356
Total das contribuições previsto para 2018	8 532	2 812	11 344	6 418

(*) Conforme o artigo 8.1 do regulamento financeiro do SHI, a OMS estabeleceu internamente uma reserva de “compensação pelo registrado, mas não pago”, no montante de US\$ 6 608 000. A OPAS não inclui essa reserva no fundo do ASHI.

2 ^(1/) = US\$ 26 172 segundo a demonstração das mutações do ativo líquido.

12.8 Plano de seguro-saúde pós-serviço: análise de sensibilidade

Três dos principais pressupostos na avaliação do plano de seguro-saúde pós-serviço são: 1) a taxa à qual os custos médicos devem evoluir no futuro; 2) o rendimento dos ativos e 3) a taxa de desconto usada para determinar o valor atualizado dos benefícios a serem pagos com recursos do plano no futuro. Uma vez que a taxa de inflação dos custos médicos e a taxa de desconto têm um impacto muito significativo sobre a determinação da avaliação de longo prazo da Organização, é útil fazer uma análise de sensibilidade dessas taxas. Essa análise identifica o impacto que a taxa de inflação dos custos médicos e as variáveis da taxa de desconto terão sobre a avaliação total. A Aon Hewitt Corporation determinou o impacto do aumento ou redução dos pressupostos sobre a avaliação.

12.9 Análise de sensibilidade médica: seguro-saúde pós-serviço *

	Pressuposto da inflação atual dos custos médicos menos 1%	Pressuposto da inflação atual dos custos médicos	Pressuposto da inflação atual dos custos médicos mais 1%
Obrigações por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2017	255 587	299 597	355 403

12.10 Análise de sensibilidade da taxa de desconto: seguro-saúde pós-serviço *

	Pressuposto da taxa de desconto atual menos 1%: 2,8%	Pressuposto da taxa de desconto atual: 3,8%	Pressuposto da taxa de desconto atual mais 1%: 4,8%
Obrigações por benefícios definidos em 31 de dezembro de 2017	359 423	299 597	253 616

As análises de sensibilidade mencionadas acima não abordam o Fundo para Pagamentos por Rescisão de Contrato de Trabalho e Repatriação, pois os benefícios desse fundo são distribuídos no momento da aposentadoria ou pouco tempo depois.

12.11 Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas

- O Estatuto do Fundo estabelece que o Comitê de Pensões providenciará que o consultor atuarial faça uma avaliação atuarial do Fundo pelo menos uma vez a cada três anos. A prática do Comitê de Pensões tem sido fazer uma avaliação atuarial a cada dois anos usando o chamado método de agregação de um grupo aberto. O objetivo principal da avaliação atuarial é determinar se os ativos atuais e os ativos futuros estimados do Fundo de Pensões serão suficientes para cobrir suas obrigações.
- A obrigação financeira da Organização com respeito ao Fundo de Aposentadoria Conjunto consiste na sua contribuição obrigatória, à taxa estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (atualmente 7,9% para os participantes e 5,8% para as organizações membros) somada à parcela que lhe corresponda da totalidade do déficit atuarial que precise ser paga em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo. Esses pagamentos por deficiências atuariais só deverão ser efetuados caso a Assembleia Geral das Nações Unidas invoque o disposto no Artigo 26, após haver determinado que tais pagamentos são necessários com base em uma avaliação da suficiência atuarial do Fundo na data da avaliação. Para ajudar no financiamento desse déficit, cada organização membro contribuirá um montante proporcional ao total das contribuições que tenha pagado durante os três anos anteriores à data da avaliação.
- A avaliação atuarial feita em 31 de dezembro de 2015 revelou um excedente atuarial de 0,16% (um déficit de 0,72% na avaliação de 2013) da remuneração computável para o cálculo de pensões, que implica que a taxa de contribuição teórica necessária para alcançar o equilíbrio em 31 de dezembro de 2013 era de 23,54% da remuneração computável para o cálculo de pensões, em comparação com a taxa de contribuição efetiva de 23,70%. A próxima avaliação atuarial será feita em 31 de dezembro de 2017.

4. Em 31 de dezembro de 2015, a razão de financiamento entre os ativos atuariais e as obrigações atuariais, supondo que não haverá reajustes das pensões no futuro, foi de 141,1% (127,5% na avaliação de 2013). A razão de financiamento foi de 100,9% (91,2% na avaliação de 2013) quando foi levado em conta o sistema atual de reajustes das pensões.
5. Após avaliar a suficiência atuarial do Fundo, o consultor atuarial chegou à conclusão de que não havia nenhuma necessidade, em 31 de dezembro de 2015, de pagamentos de déficits atuariais, em conformidade com o Artigo 26 do Estatuto do Fundo, uma vez que o valor atuarial dos ativos superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas do Fundo. Além disso, o valor de mercado dos ativos também superava o valor atuarial de todas as obrigações acumuladas até a data da avaliação. À época em que foi preparado este relatório, a Assembleia Geral não havia invocado o disposto no Artigo 26.
6. Em 2017, as contribuições pagas ao Fundo de Aposentadoria Conjunto pela Organização somaram US\$ 16 297 962 (2016: US\$ 15 690 234) e pelos participantes, US\$ 8 174 780 (2016: US\$ 7 859 840), inclusive US\$ 25 799 (2016: US\$ 14 723) em pagamentos para a restauração de pensões.
7. O Conselho de Auditoria das Nações Unidas faz uma auditoria anual do Fundo de Aposentadoria Conjunto e presta contas ao Comitê de Pensões do Fundo sobre a auditoria todos os anos. O Fundo de Aposentadoria Conjunto publica relatórios trimestrais sobre seus investimentos e eles podem ser consultados no site do Fundo, no endereço www.unjspf.org.

13. Receitas diferidas

13.1 Receitas diferidas: Circulante

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias: Prontidão para emergências e assistência em casos de desastre	4 626	704
Contribuições voluntárias	79 267	84 420
Contribuições voluntárias nacionais	325 460	213 992
Compras de provisões de saúde pública		
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	194 102	164 751
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	6 166	5 272
Compras reembolsáveis	51 600	33 631
Total	661 221	502 770

13.2 Receitas diferidas: Não circulante

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuições voluntárias		
Contribuições voluntárias	76 935	61 165
Contribuições voluntárias nacionais	142 614	154 960
Total	219 549	216 125

14. Saldos dos fundos e reservas

Os saldos dos fundos representam a porção não gasta das contribuições que serão utilizadas para suprir necessidades operacionais futuras dos programas ou projetos.

As reservas são estabelecidas pelos Órgãos Diretores como mecanismos para custear e/ou financiar os programas e projetos da Organização. Atualmente são os seguintes:

- Fundo de Capital de Giro
- Conta Especial
- Fundo de Equalização de Impostos
- Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC)
- Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas
- Preparativos para situações de emergência e socorro em casos de desastre
- Fundo autorizado pelos Órgãos Diretores
- Fundo Especial para a Promoção da Saúde
- Fundo do excedente orçamentário
- Fundo de Emergência para Epidemias
- Fundo do plano quinquenal sobre inocuidade dos alimentos
- Fundo do excedente da implementação das IPSAS para financiar o PMIS
- Fundo do excedente de receita
- Fundo do excedente da implementação das IPSAS

Resumo dos saldos dos fundos e reservas

	Saldo em		Saldo em	
	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	
Saldos dos fundos:				
Provisões Estratégicas para Saúde Pública Capitalização	14 985		13 071	
Seguro médico pós-serviço da OPAS	(234 284)		(192 016)	
Contribuições voluntárias	35		46	
Receita de serviços	5 586		5 399	
Provisão para benefícios do pessoal	2 145		1 935	
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	180 966		163 930	
Contribuições fixas e receitas diversas da OPAS	93 535		115 227	
Fundo para pagamentos por término do contrato de trabalho e repatriação	2 044		(406)	
Fundo do encargo de ocupação de postos	12 960		10 763	
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	13 254	91 226	14 175	132 124
Reservas:				
Fundo de capital de giro	21 717		20 745	
Fundo de Equalização de Impostos	(4 831)		(298)	
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	20 094		15 227	
Fundo especial para apoio a programas	108 138		100 045	
Contribuições voluntárias: Prontidão para emergências e assistência em casos de	2 679		2 629	
Fundo autorizado pelos Órgãos Diretores			(531)	
Fundo especial para promoção da saúde	775		951	
Fundo do excedente orçamentário	132		132	
Fundo de emergência para epidemias	1 086		1 336	
Fundo do plano quinquenal sobre inocuidade	1		131	
Fundo do excedente da implementação das IPSAS para financiar o Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS)	2 102		2 120	
Fundo do excedente de receita	5 661	157 554	7 864	150 351
Total		248 780		282 475

14.1 Fundo de Capital de Giro

Foi estabelecido com a finalidade principal de fornecer recursos, conforme necessário, para financiar os orçamentos ordinários enquanto se recebem as contribuições pendentes de pagamento dos Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados.

Ao constatar que, desde o período 1978-1979, o orçamento da Organização havia aumentado de US\$ 64 849 990 para US\$ 159 457 717 em 1994-1995, o 37º Conselho Diretor (1993) autorizou o Diretor a aumentar gradativamente o nível do Fundo de Capital de Giro de US\$ 11 000 000 a um nível autorizado que não excedesse os US\$ 15 000 000. O 44º Conselho Diretor (2003) aumentou o nível autorizado do Fundo de Capital de Giro de US\$ 15 000 000 para US\$ 20 000 000. O 53º Conselho Diretor, por meio da resolução CD53.R10, datada de 2 de outubro de 2014, aprovou um aumento do nível autorizado de US\$ 20 000 000 para US\$ \$ 25 000 000.

Em conformidade com o Artigo 4.5 do Regulamento Financeiro, todo déficit de receitas em relação às despesas da apropriação do Programa e Orçamento no encerramento do período orçamentário corrente será financiado primeiro pelo Fundo de Capital de Giro na medida do possível e, em seguida, por meio de empréstimo ou outro meio autorizado. As rubricas não orçamentárias, como depreciação, amortização e contribuições em espécie, não fazem parte do Programa e Orçamento e, portanto, estão excluídos da receita e da despesa para calcular o excedente ou déficit de apropriação do Programa e Orçamento.

	Total em 31 de dezembro de 2017	Total em 31 de dezembro de 2016	Total em 31 de dezembro Biênio 2016-2017	Total em 31 de dezembro Biênio 2014-2015
Saldo em 1º de janeiro - Biênio			20 745	15 864
2016 Excedente/(Déficit)			11 263	
2017 Excedente/(Déficit)	(7 359)		(7 359)	
2014 Excedente/(Déficit)				9 743
2015 Excedente/(Déficit)				(9 238)
2016-2017 Excedente/(Déficit)	(7 359)		3 904	505
2016 Rubricas não orçamentárias *			2 364	
2017 Rubricas não orçamentárias *	365		365	
2014 Rubricas não orçamentárias *				1 300
2015 Rubricas não orçamentárias *				6 714
2016-2017 Rubricas não orçamentárias *	365		2 729	8 014
2016 Transferência para o Fundo do excedente de receita	(5 661)		(5 661)	
2017 Transferência para o Fundo do excedente de receita				
2016 Transferência para o Fundo do excedente de receita				(3 722)
2017 Transferência para o Fundo do excedente de receita				(4 052)
Transferência de 2016-2017 para o Fundo do excedente de receita	(5 661)		(5 661)	(7 774)
Apropriação orçamentária ordinária Excedente/(Déficit)	(12 655)		972	745
Reembolso do empréstimo do Fundo Rotativo para Compra de Vacinas				4 136
Saldo em 31 de dezembro	(12 655)	34 372	21 717	20 745

* Entre as rubricas não orçamentárias figuram a depreciação, a amortização e as contribuições em espécie.

14.2 Conta Especial

O saldo desta conta foi contabilizado em conformidade com o Regulamento Financeiro em vigor até a adoção das IPSAS em 2010, quando o Regulamento Financeiro foi revisado. Esse saldo será usado em exercícios financeiros futuros, conforme decisão a ser tomada pelos Órgãos Diretores.

14.3 Fundo de Equalização de Impostos

Foi criado em 1968, conforme estabelece a resolução CD18.R7 do 18º Conselho Diretor, e nele são creditadas as receitas derivadas do plano de contribuições do pessoal. Os créditos nesse Fundo são registrados em nome de cada Estado Membro na proporção da sua contribuição fixa referente ao exercício financeiro em questão e são reduzidos pelo montante necessário para reembolsar os impostos de renda que cada Estado Membro cobra dos funcionários da Organização. São feitos ajustes no exercício financeiro seguinte para levar em consideração os encargos efetivos relacionados aos montantes reembolsados aos funcionários que estejam sujeitos ao pagamento de impostos nacionais.

Os Estados Membros que participam do Fundo de Equalização de Impostos tinham os seguintes saldos no encerramento do período de notificação.

Membro Estados	Saldo 1º de janeiro de 2017	Créditos do Fundo de Equalização Tributária	Distribuição aos Estados Membros	Disponível para cobrir os reembolsos de impostos ao pessoal	Impostos reembolsados ao pessoal	Saldo 31 de dezembro de 2017
Canadá	63	947	947		42	21
Colômbia	16	117	117			16
Estados Unidos	(354)	5 322	(678)	6 000	10 468	(4 822)
Venezuela	(23)	192	167	25	48	(46)
Outros		2 374	2 374			
Total	(298)	8 952	2 927	6 025	10 558	(4 831)

Não há nenhuma conta a receber pendente para o Fundo de Equalização de Impostos porque as obrigações para o reembolso dos impostos de renda são incluídas nas contas a receber correspondentes às contribuições fixas devidas pelos respectivos Estados Membros.

14.4 Fundo Mestre de Investimentos de Capital (FMIC)

Foi estabelecido por meio da resolução CSP27.R19 da 27ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 59ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, em outubro de 2007. Desde 1º de janeiro de 2008, o fundo é composto por dois fundos subsidiários, Bens Imóveis e Equipamento, e Tecnologia da Informação, em lugar do Fundo para Bens Imóveis e o Fundo de Bens de Capital. A finalidade do Fundo é financiar a manutenção e reparos dos prédios de escritório da Organização e a substituição sistemática dos equipamentos de computação e telecomunicação, software e sistemas de apoio à infraestrutura de tecnologia da informação da Organização.

Em 2012, nos termos da resolução CSP28.R17 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, autorizou-se o estabelecimento de mais três fundos subsidiários: o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis, o Fundo Subsidiário Rotativo e Estratégico de Bens Imóveis e o Fundo Subsidiário para a Substituição de Veículos.

14.5 Fundo Especial para Gastos de Apoio a Programas

Foi estabelecido em 1976 pelo Diretor, no exercício da autoridade nele investida pelo parágrafo 9.3 (originalmente 6.7) do Regulamento Financeiro, e posteriormente ratificado pela resolução CSP20.R32 da 20ª Conferência Sanitária Pan-Americana (1978).

Aos projetos do fundo de reserva é lançado um gasto de apoio a programas com base em uma porcentagem dos gastos diretos do projeto, e essa renda é creditada no Fundo. Além disso, o Fundo apoia outras atividades como a venda de publicações, a concessão de bolsas de estudos e outros. O Fundo é usado para prestar apoio aos custos indiretos associados com atividades ou projetos que não estão no orçamento. Às compras reembolsáveis é lançado um encargo por serviços com base no valor das compras, e essa renda também é creditada no Fundo.

14.6 Fundo especial para socorro em casos de desastres naturais

De acordo com a Resolução CD24.R10 do 24º Conselho Diretor (1976), foi criado para fornecer recursos que possam ser usados com rapidez pela equipe de Preparativos para Situações de Emergência e Socorro em Casos de Desastre da Organização.

14.7 Fundo autorizado pelos Órgãos Diretores

Ao considerar o documento revisto sobre os usos propostos da receita do orçamento por programas que excedia o nível autorizado do Programa e Orçamento efetivo no exercício financeiro 2006-2007 (documento CD48/22), o 48º Conselho Diretor resolveu estabelecer o Fundo autorizado pelos Órgãos Diretores para financiar as iniciativas propostas que vão fortalecer a Organização, minimizam os gastos agregados recorrentes e são sustentáveis dentro das operações normais, bem como as iniciativas para as quais outras fontes de financiamento são escassas ou inexistentes.

14.8 Fundo Especial para a Promoção da Saúde

Na sua 13ª reunião em 1961, o Conselho Diretor estabeleceu o Fundo Especial para a Promoção da Saúde, com o objetivo de fortalecer o programa de saúde da Região das Américas.

14.9 Fundo de Emergência para Epidemias

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Esse fundo é usado como um fundo rotativo para adiantar dinheiro aos países afetados em caso de um surto epidêmico ou outra emergência de saúde pública. Os adiantamentos seriam recuperados com apelos e outras formas de contribuição voluntária recebidas em resposta à emergência.

14.10 Fundo do plano quinquenal sobre inocuidade dos alimentos

Foi estabelecido pela resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Este fundo apoia iniciativas de inocuidade dos alimentos.

14.11 Fundo do Sistema de Informação para a Gestão da Repartição Sanitária Pan-Americana (PMIS)

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. O fundo do PMIS foi criado visando a implementação de um software de planejamento de recursos empresariais (ERP) na Organização.

14.12 Fundo do excedente da implementação das IPSAS

Foi estabelecido por meio da resolução CSP28.R16 da 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 64ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Será usado para reunir financiar futuras iniciativas estratégicas e/ou administrativas imprevistas. As propostas futuras para o uso dessa reserva também podem abranger o aumento de outros fundos existentes.

14.13 Excedente orçamentário

O Regulamento Financeiro, aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que “o saldo da apropriação do orçamento ordinário não comprometido ao fim do período orçamentário corrente será usado para repor o Fundo de Capital de Giro a seu nível autorizado, sendo que qualquer saldo restante estará disponível para uso subsequente em conformidade com as resoluções aprovadas pela Conferência ou Conselho Diretor”.

14.14 Excedente de receita

O Regulamento Financeiro aprovado por meio da resolução CD49.R1 do 49º Conselho Diretor, 61ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, estipula que “o excedente de receitas sobre a apropriação do orçamento ordinário ao fim de um período orçamentário será considerada excedente de receita e estará disponível para uso nos períodos subsequentes para cobrir a porção não financiada do Plano Estratégico, conforme determine o Diretor e com o consentimento do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração”.

15. Receita

	2017		2016 (reapresentado)	
	Receita bruta	Receita líquida	Receita bruta	Receita líquida
Receita de transações sem contrapartida				
Contribuições fixas				
Orçamento Ordinário da OPAS	96 368	96 368	96 368	96 368
Fundo de Equalização de Impostos	6 025	6 025	1 425	1 425
Subtotal	102 393	102 393	97 793	97 793
Contribuições voluntárias				
Contribuições voluntárias	51 371	46 890	30 330	27 713
Contribuições voluntárias - Contribuições voluntárias nacionais	559 039	532 375	537 632	511 931
Contribuições voluntárias - Prontidão para emergências e assistência em casos de desastre	3 780	3 527	3 490	3 248
Fundo especial para apoio a programas	31 398	31 398	28 568	28 568
Subtotal	645 588	614 190	600 020	571 460
Outras receitas				
Orçamento Ordinário da OPAS/AMRO	41 130	41 130	31 022	31 022
Fundos voluntários da OPAS/AMRO para promoção da saúde	22 606	22 606	22 954	22 954
AMRO Conta especial para gastos com a prestação de serviços	12 031	12 031	9 043	9 043
Subtotal	75 767	75 767	63 019	63 019
Receita de transações com contrapartida				
Compras de provisões de saúde pública				
Fundo Rotativo para Compra de Vacinas	619 143	611 958	589 110	582 273
Compras reembolsáveis em nome dos Estados Membros	3 990	3 838	4 114	3 956
Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	69 823	69 025	93 295	92 236
Fundo especial para apoio a programas	8 135	8 135	8 053	8 053
Subtotal	701 091	692 956	694 572	686 518
Outras receitas				
Renda por serviços	2 976	2 076	2 947	2 411
Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução	3 870	3 360	4 118	4 027
Promoção da saúde	21	21	18	18
Provisão para benefícios por término do contrato de trabalho e repatriação	3 422		3 448	
Provisões para benefícios do pessoal	6 422		5 650	
Fundo do encargo de ocupação de postos	16 995		8 546	
Seguro-saúde pós-serviço	5 201		2 135	
Fundo Mestre de Investimentos de Capital	1 053	1 053	1 006	1 006
Fundo especial para apoio a programas	947	947	503	503
Subtotal	40 907	7 457	28 371	7 965
Receitas diversas				
Orçamento Ordinário da OPAS				
Juros auferidos	19 022	19 022	12 937	12 937
Economia ou cancelamento de obrigações de períodos anteriores			3 330	3 330
Ganhos e perdas decorrentes de avaliação	(4 313)	(4 313)	(581)	(581)
Taxas de administração de investimentos	(477)	(477)	(606)	(606)
Outras receitas diversas	278	278	97	97
Fundo especial para apoio a programas	1 427	1 427	6 395	6 395
Seguro-saúde Pós-serviço			1 161	1 161
Provisão para benefícios por término do contrato de trabalho e repatriação	119	119	235	235
Contribuições voluntárias - Prontidão para emergências e assistência em casos de desastre	1	1		
Subtotal	16 057	16 057	22 968	22 968
RECEITA TOTAL	1 581 803	1 508 820	1 506 743	1 449 723

¹Ver a Nota 12.3 a.

16. Gastos

	2017		2016 (reapresentado)	
	Despesa bruta	Despesa líquida	Despesa bruta	Despesa líquida
Pessoal e outros gastos de pessoal				
Pessoal internacional e nacional	170 667	138 627	151 459	131 680
Funcionários temporários	9 321	9 321	8 688	8 688
Subtotal	179 988	147 948	160 147	140 368
Provisões, produtos primários, materiais				
Vacinas/seringas/cadeia de refrigeração	602 107	594 921	572 584	565 747
Medicamentos e provisões médicas	71 899	70 950	94 856	93 639
Outros produtos e provisões	32 463	31 304	17 815	17 393
Subtotal	706 469	697 175	685 255	676 779
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização				
Equipamento, veículos, móveis ¹	(723)	(723)	(127)	(127)
Ativo intangível ¹	(655)	(655)	(338)	(338)
Depreciação/amortização	2 237	2 237	2 384	2 384
Subtotal	859	859	1 919	1 919
Serviços contratuais				
Contratos	137 836	137 836	111 802	111 802
Subtotal	137 836	137 836	111 802	111 802
Viagens				
Viagens a trabalho	54 438	54 187	40 360	40 155
Subtotal	54 438	54 187	40 360	40 155
Transferências e subvenções a contrapartes				
Cartas de acordo ²	454 959	454 959	441 327	441 327
Subtotal	454 959	454 959	441 327	441 327
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos ³				
Manutenção, segurança e seguro	17 900	17 900	15 935	15 935
Subtotal	17 900	17 900	15 935	15 935
Gastos de apoio indiretos				
Gastos de apoio a programas	31 398		28 560	
Subtotal	31 398		28 560	
DESPESA TOTAL	1 583 847	1 510 864	1 485 305	1 428 285

1

O saldo abrange a capitalização do ativo na demonstração da situação financeira.

² Em 2017, as cartas de acordo executadas pelo Programa Mais Médicos somaram US\$ 436 655 834. (2016: US\$ 422 697 856).

³ Os gastos operacionais gerais e outros gastos diretos abrangem os pagamentos de contratos de aluguel no montante de US\$ 2 503 288. (2016: US\$ 2 395 086).

16.1 Reapresentação devido à reclassificação das transações de gastos em 2016

Em 2017, como parte de uma atividade de controle de qualidade, a Organização fez uma revisão abrangente de suas transações e a classificação das oito principais linhas dos gastos na demonstração do desempenho financeiro que a OPAS estabeleceu originalmente em 2010, quando as IPSAS foram adotadas como a base para a preparação das demonstrações financeiras da Organização. Como resultado dessa análise, as transações foram reclassificadas para melhor representar a natureza dos gastos em 2016.

A principal reclassificação, em termos da materialidade, dizia respeito aos contratos de consultoria, contratos com agências de emprego e pagamentos de estipêndios a funcionários de governos anfitriões que colaboraram em diferentes representações no nível dos países e que, anteriormente, eram incluídos como pessoal temporário na categoria Pessoal e outros gastos de pessoal e agora serão informados nos Serviços contratuais.

Também houve uma reclassificação nas transações informadas (ou seja, aluguel de escritórios e outros gastos relacionados à manutenção de escritórios), que passaram da rubrica “Provisões, produtos primários, materiais” para “Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos”; e nos gastos de viagem dos assessores temporários (consultores), que passaram da rubrica “Pessoal e outros gastos de pessoal” para “Viagens”.

Impacto sobre a demonstração do desempenho financeiro	Reapresentado	Original	Diferença
Gastos			
Pessoal e outros custos de pessoal			
Funcionários temporários	8 688	44 036	(35 348)
Provisões, produtos primários, materiais			
Outros bens e provisões	17 392	21 138	(3 746)
Serviços contratuais			
Contratos	111 802	80 303	31 499
Viagens			
Viagens a trabalho	40 155	36 247	3 908
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos			
Manutenção, segurança e seguros	15 935	12 248	3 687
TOTAL	193 172	193 172	

17. Comparação dos montantes orçados e efetivos

Apresenta-se a seguir a conciliação entre os montantes efetivos apresentados na demonstração da comparação dos montantes orçados e efetivos e os montantes efetivos registrados na demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2017:

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Operações	Investimentos e financiamento	Total	Operações	Investimentos e financiamento	Total
Montantes efetivos sobre uma base comparável da demonstração de montantes orçados e efetivos)	(283 370)		(283 370)	(219 658)		(219 658)
Diferenças de critério						
Diferenças de tempo						
Diferenças de apresentação	1 705 198	(197 826)	1 507 372	1 599 951	(59 638)	1 540 313
Diferenças de entidade	(1 286 548)		(1 286 548)	(1 334 610)		(1 334 610)
Montante efetivo na demonstração dos fluxos de caixa	135 280	(197 826)	(62 546)	45 683	(59 638)	(13 955)

O orçamento e as demonstrações financeiras são preparados usando bases contábeis diferentes. As demonstrações financeiras são preparadas pelo regime de competência, ao passo que a comparação dos montantes orçados e efetivos é preparada pelo regime de caixa. A tabela acima ilustra os montantes efetivos dos desembolsos de dinheiro com base no orçamento, conciliado com a variação efetiva do caixa na demonstração dos fluxos de caixa.

Quando se comparam duas bases diferentes, ocorrem diferenças de critério. Não há nenhuma diferença de critério no caso da conciliação de uma posição do orçamento de caixa com uma posição do fluxo de caixa. A comparação dos montantes orçados e efetivos reflete os desembolsos na comparação com o orçamento e não inclui recebimentos de pagamento em dinheiro; assim, tais recebimentos são refletidos como uma diferença de apresentação. As diferenças da entidade são as atividades incluídas nas demonstrações financeiras e omitidas do orçamento.

18. Informação financeira por segmentos

18.1 Demonstração da situação financeira por segmentos

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2017	Total 2016 (reapresentado)
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	65 740					65 740	128 286
Investimentos de curto prazo	359 795					359 795	239 705
Devido de outros segmentos *		281 215	499 167	41 607	(821 989)		
Contas a receber	56 186	221 913	71 958	2 259		352 316	349 612
Estoques	704		7 306			8 010	8 896
Total do ativo circulante	482 425	503 128	578 431	43 866	(821 989)	785 861	726 499
Ativo não circulante							
Investimentos de longo prazo	372 974					372 974	297 674
Contas a receber		140 031	80			140 111	148 873
Ativo fixo líquido	104 859			2 497		107 356	108 376
Ativo intangível	38		893			931	763
Total do ativo não circulante	477 871	140 031	973	2 497		621 372	555 686
TOTAL DO ATIVO	960 296	643 159	579 404	46 363	(821 989)	1 407 233	1 282 185
PASSIVO							
Passivo circulante							
Obrigações acumuladas	3 945	8 338	4 231	6 424		22 938	13 175
Devido a outros segmentos *	821 989				(821 989)		
Contas a pagar	5 521	2 119	376	327		8 343	62 352
Benefícios aos empregados				2 812		2 812	10 970
Receitas diferidas		409 353	251 868			661 221	502 770
Total do passivo circulante	831 455	419 810	256 475	9 563	(821 989)	695 314	589 267
Passivo não circulante							
Contas a pagar	7 796					7 796	7 796
Benefícios aos empregados				235 794		235 794	186 522
Receitas diferidas		219 549				219 549	216 125
Total do passivo não circulante	7 796	219 549		235 794		463 139	410 443
TOTAL DO PASSIVO	839 251	639 359	256 475	245 357	(821 989)	1 158 453	999 710
ATIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Saldos dos fundos e reservas							
Saldos dos fundos	93 535	35	214 791	(217 135)		91 226	132 124
Reservas	27 510	3 765	108 138	18 141		157 554	150 351
SALDOS DOS FUNDOS E RESERVAS LÍQUIDOS	121 045	3 800	322 929	(198 994)		248 780	282 475

*Os montantes devidos de outros segmentos ou devidos a outros segmentos decorrem do fato de a OPAS manter um caixa compartilhado em nome de outros segmentos. Esses montantes não podem ser alocados diretamente a um segmento de caixa e serão eliminados na consolidação.

18.2 Demonstração do desempenho financeiro por segmentos

	Total do segmento de atividades básicas	Total do segmento de atividades em parceria	Total do segmento de atividades comerciais	Total do segmento de atividades especiais	Segmento entre partes	Total 2017	Total 2016 (reapresentado)
RECEITA							
Receita de transações sem contrapartida							
Contribuições fixas	96 368			6 025		102 393	97 793
Contribuições voluntárias		614 190	31 398		(31 398)	614 190	571 460
Outras receitas	41 130	22 606	12 031			75 767	63 019
Receita de transações com contrapartida							
Compras de provisões de saúde pública			701 091		(8 135)	692 956	686 518
Outras receitas			7 793	33 114	(33 450)	7 457	7 965
Receitas diversas	14 510	1	1 427	119		16 057	22 968
RECEITA TOTAL	152 008	636 797	753 740	39 258	(72 983)	1 508 820	1 449 723
DESPESA							
Pessoal e outros gastos de pessoal	91 733	14 587	28 744	44 924	(32 040)	147 948	140 368
Provisões, produtos primários, materiais	8 122	17 301	679 171	1 875	(9 294)	697 175	676 779
Equipamentos, veículos, móveis, ativo intangível, depreciação e amortização							
Ativo, depreciação e amortização	1 896		(556)	(481)		859	1 919
Serviços contratuais	34 924	84 339	10 506	8 067		137 836	111 802
Viagens	16 579	34 580	2 854	425	(251)	54 187	40 155
Transferências e subvenções a contrapartes	2 707	452 159	93			454 959	441 327
Gastos operacionais gerais e outros gastos diretos	5 692	2 694	5 973	3 541		17 900	15 935
Gastos de apoio indiretos		31 398			(31 398)		
DESPESA TOTAL	161 653	637 058	726 785	58 351	(72 983)	1 510 864	1 428 285
EXCEDENTE/(DÉFICIT) LÍQUIDO	(9 645)	(261)	26 955	(19 093)		(2 044)	21 438

19. Perdas, pagamentos *ex gratia* e baixa contábil

Em 2017, a Organização registrou os seguintes lançamentos contábeis:

- Foram registrados US\$ 6 274 como perdas/danos do programa PALTEX em decorrência de recontagens físicas de estoques durante a visita anual aos pontos de distribuição (2016: US\$ 216).
- Não foram registradas baixas contábeis referentes a cartas de acordo não executadas pelas instituições beneficiárias (2016: US\$ 147 148).
- Não foram registradas baixas contábeis referentes a dívidas incobráveis de funcionários, ex-funcionários e aposentados da Organização (2016: US\$ 68 963).
- Não foram registradas baixas contábeis referentes a outros montantes pequenos (2016: US\$ 68 963).
- Foram registrados US\$ 447 800 como dispensas administrativas para cartas de acordo (2016: nada).
- Foram registrados US\$ 400,00 como pagamentos *ex gratia* (2016: nada).

20. Casos de fraude e presunção de fraude

Em 2017, foi notificado um total de 81 casos de fraude, roubo e perda de propriedade. O programa PALTEX teve três casos envolvendo a perda ou roubo de livros de texto perfazendo um total de US\$ 11 386,78. Esse montante foi recuperado na totalidade dos pontos de venda em questão. Assim, a Organização não sofreu nenhuma perda líquida relacionada ao programa PALTEX em 2017.

Houve 41 casos envolvendo a perda ou roubo de propriedade da OPAS do pessoal da OPAS nas representações nos países e na sede. O prejuízo total líquido para a Organização por esses bens perdidos ou roubados foi de US\$ \$ 24,830.18.

Finalmente, houve 37 casos em que pessoas alheias à Organização usaram indevidamente cartões de crédito ou de compra da OPAS. Nesses casos, as operações fraudulentas, perfazendo um total de US\$ 2 436,95, foram estornadas pelas instituições financeiras pertinentes.

21. Entidades relacionadas e outras informações reveladas por pessoal da direção

Os principais funcionários da Direção são o Diretor, o Diretor Adjunto, o Subdiretor e o Diretor de Administração, pois têm a autoridade e a responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Organização.

A remuneração global paga aos principais funcionários da Direção, conforme estabelecido pela Comissão do Serviço Público Internacional das Nações Unidas (ICSC), abrange: os salários brutos, o reajuste por lugar de destino, os benefícios como a gratificação para gastos de representação e outros subsídios, o subsídio de aluguel, os custos da remessa de pertences, o reembolso dos pagamentos de imposto de renda e as contribuições para os planos de pensão do empregador e seguro-saúde. Essas remunerações são fornecidas em conformidade com as normas estabelecidas pela ICSC e se aplicam a todo o pessoal das Nações Unidas.

Os principais funcionários da Direção também reúnem os requisitos para receber benefícios pós-serviço no mesmo nível que os demais empregados. Não é possível quantificar esses benefícios de maneira confiável.

Os principais funcionários da Direção são participantes regulares do Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas.

21.1 Principais funcionários da Direção

Key Management Personnel	2017	2016
Number of Positions	4	4
Compensation and Post Adjustment	761	772
Entitlements	302	258
Pension and Health Plans	255	240
Total Remuneration	1 318	1 270
Outstanding Advances against Entitlements	2	-

22. Eventos ocorridos após a data de apresentação

A Organização deve apresentar seu relatório no dia 31 de dezembro de cada ano. Na data da assinatura destas contas pelo Auditor Externo, nenhum evento relevante, favorável ou desfavorável, ocorreu entre a data da demonstração da situação financeira e a data em que foi autorizada a publicação das demonstrações financeiras que teria impactado estas demonstrações.

23. Provisões

Em 31 de dezembro de 2017, a Organização não havia reconhecido nenhuma provisão.

24. (Reconhecimento) ou reversão do reconhecimento de obrigação por meio das reservas

A reversão do reconhecimento da obrigação do Seguro-saúde do Pessoal (SHI) com respeito às reservas se deve ao aumento de 4% das taxas do primeiro nível de contribuições para o Fundo do SHI em 2017 que permitiu reduzir o déficit regional para o pessoal ativo, que em geral se elevou devido a um aumento do custo dos pedidos de reembolso de despesas médicas. O déficit regional está coberto pelas contribuições de segundo nível (15% da taxa de primeiro nível, elevado para 30% para novembro e dezembro de 2017) do pessoal ativo, em conformidade com o parágrafo F.3 do Estatuto do Seguro-saúde do Pessoal da OMS. O excesso de contribuições de segundo nível em relação ao montante necessário para financiar o déficit regional é refletido no aumento do saldo da reserva do SHI. O total da reversão do reconhecimento referente a 2017 foi de US\$ 63 971. A reserva do SHI, no montante de US\$ 4 477 988, foi transferida para a OMS em 2017 para ser registrada como ativo do seguro-saúde do pessoal da OPAS, em conformidade com um Memorando de Entendimento celebrado com a OMS em novembro de 2016.

25. Contribuições em espécie

Os governos sede e parceiros de cooperação no âmbito nacional fornecem diferentes contribuições em espécie, usadas pelas representações da Organização nos países para suas operações gerais e diárias. Essas contribuições não são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Organização devido à complexidade de padronizar um valor justo em todas as representações da Organização. As contribuições em espécie recebidas pela Organização abrangem pessoal, espaços de escritório, serviços de escritório e uso de equipamento de escritório.

Country Office or Center	Services Received In-Kind			
	Personnel	Office Premises	Office Services	Office Equipment
Argentina	X			
Bahamas	X	X	X	
Barbados	X	X	X	
Belize	X		X	
Bolivia	X			
Brazil				
Chile	X	X		
Colombia				
Costa Rica	X	X	X	
Cuba	X			
Dominican Republic	X	X		
Ecuador	X			
El Salvador	X			
Guatemala	X			
Guyana	X	X	X	
Haiti	X			
Honduras	X			
Jamaica	X		X	
Mexico	X			
Nicaragua	X	X	X	
Panama	X	X	X	
Paraguay	X			
Peru				
Suriname	X	X	X	
Trinidad and Tobago	X	X	X	
Uruguay	X		X	
Venezuela				
PANAFTOSA	X	X	X	X
BIREME				
CLAP	X			

26. Reapresentação das demonstrações financeiras de 2016

A reapresentação das demonstrações financeiras se deve a duas mudanças importantes:

- Reclassificação das transações de gastos para os gastos apresentados. Essa mudança é discutida na nota 16.1.
- Adoção da IPSAS 39. Essa mudança é discutida na nota 12.3.a.

Relatório do Auditor Externo



TRIBUNAL DE CUENTAS
DE ESPAÑA

Organização Pan-Americana da Saúde

**Relatório sobre a auditoria das demonstrações
financeiras de 2017**

O objetivo da auditoria é colaborar com a organização auditada para atingir seus objetivos, cumprindo os princípios de transparência, legalidade e gestão financeira sólida.

Tribunal de Contas da Espanha, chefiado por seu Presidente, proporciona serviços de auditoria externa a organizações internacionais, trabalhando independentemente de seu papel como Suprema Instituição de Auditoria da Espanha. O Presidente e o Tribunal de Contas são independentes do Governo da Espanha e asseguram o gasto apropriado e eficiente dos fundos públicos e prestação de contas ao Parlamento Espanhol. O Tribunal de Contas faz a auditoria das contas de todos os órgãos do setor público, bem como dos partidos políticos, colabora em tarefas relacionadas ao seu papel como membro ativo de INTOSAI e EUROSAI e participa de atividades de auditoria em projetos da União Europeia e outras entidades.

Conteúdo

1. Resumo executivo	75
2. Exame financeiro	77
3. Representações nos países	78
4. Questões de governança	81
5. Acompanhamento das recomendações do ano anterior	84
Anexo A – Resumo das recomendações da auditoria	85
Anexo B – Implementação das recomendações do ano anterior	86

1. Resumo executivo

1.1. Introdução

- 1 Emitimos um parecer de auditoria sem ressalvas acerca das demonstrações financeiras da Organização Pan-Americana da Saúde (doravante “OPAS”) correspondentes a 2016 que apresentam fielmente, em todos os aspectos significativos, a situação financeira e os resultados das operações e dos fluxos de caixa para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2016; e confirmamos que nossa auditoria não revelou deficiências nem erros que consideremos de importância para a exatidão, o caráter integral e a validade das demonstrações financeiras.

1.2. Resultados gerais da auditoria

- 2 Verificamos as demonstrações financeiras da OPAS em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria formuladas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), as Normas e Diretrizes de Auditoria formuladas pela Junta de Auditores das Nações Unidas e as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI).
- 3 O parecer de auditoria confirma que estas demonstrações financeiras apresentam fielmente, em todos os aspectos materiais, a situação financeira em 31 de dezembro de 2017 e os resultados o ano encerrado nessa data; que as demonstrações foram preparadas de forma adequada em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) e as políticas contábeis estabelecidas; e que, em todos os aspectos fundamentais, as transações que constituem a base das demonstrações financeiras foram feitas em conformidade com o Regulamento Financeiro e aplicadas às finalidades propostas pela Conferência Sanitária Pan-Americana ou pelo Conselho Diretor.
- 4 Nossos procedimentos de auditoria foram concebidos principalmente para poder emitir um parecer de auditoria. Incluíram um exame dos controles internos e dos sistemas e procedimentos contábeis, unicamente com o alcance considerado necessário para a execução eficaz da auditoria. O trabalho de auditoria não incluiu um exame detalhado de todos os aspectos dos sistemas de informação orçamentária e financeira da OPAS. Por conseguinte, nossos resultados não devem ser considerados como uma declaração integral de todas as deficiências que existem, nem de todas as melhorias que poderiam ser feitas nos sistemas e procedimentos que estão sendo utilizados.
- 5 A seguir apresentam-se as observações e as recomendações principais de nossa auditoria. Nossas recomendações estão resumidas no anexo A. As medidas de acompanhamento adotadas pela direção em resposta às recomendações incluídas no relatório detalhado de 2016 encontram-se no Anexo B.
- 6 As demonstrações financeiras de 2017 correspondem ao sexto ano da designação do Tribunal de Contas da Espanha como auditor externo da OPAS.
- 7 Gostaríamos de agradecer à OPAS pelo enfoque profissional e construtivo adotado nesta relação de auditoria externa. Confiamos em que a gerência da OPAS siga comprometida sempre com o processo de auditoria e procure melhorar os processos e os procedimentos em resposta às nossas recomendações de auditoria.

1.3. Resumo dos resultados principais

8 Neste relatório analisamos a situação financeira da Organização e apresentamos nossas conclusões com relação às representações nos países e questões de governança.

9 Na Representação no Brasil analisamos especificamente a administração do projeto Mais Médicos durante 2017 e, em particular, seu quadro de controle interno. Concluímos que esse quadro continua sendo sólido, que todos os cargos criados para apoiar o projeto estavam cobertos, que as ferramentas de TI implementadas para a gestão de projetos continuam a melhorar e que a maioria de nossas recomendações estavam em execução ou já haviam sido atendidas. No entanto, alguns aspectos da administração desse projeto devem ser melhorados, como a atualização do aplicativo do sistema de comprovação de faturas e a sua integração com a base de dados sobre os médicos cubanos, a capacidade dessa base de dados e a classificação dos respectivos gastos.

10 Quanto às ações na Justiça contra o projeto Mais Médicos, ao fim de janeiro de 2018, havia 159 ações pendentes ajuizadas por 198 médicos cubanos. Os médicos estão exigindo mais tempo livre nos seus contratos e as mesmas condições de trabalho que outros médicos que trabalham no projeto. No entanto, outras ações que tramitavam na Justiça do Trabalho no Brasil haviam sido encerradas sem causar impacto no projeto. Além disso, o Supremo Tribunal Federal do Brasil proferiu decisão favorável à constitucionalidade do projeto.

A OPAS terá que continuar a acompanhar essas contingências e manter atualizado o plano de contingência.

11 Em janeiro de 2016 entrou em funcionamento o Sistema de Informação Gerencial da Repartição Sanitária Pan-Americana (PMIS). Esta é a segunda vez em que o sistema Workday é usado para elaborar o relatório financeiro da OPAS, neste ano referente ao exercício 2017. A Organização continua a trabalhar com afinco nesse sistema, e a percepção geral da utilidade do sistema e da qualidade dos dados gerados está melhorando. No entanto, consideramos que ainda é preciso abordar alguns pontos fracos e aprimoramentos.

12 Dado que o PMIS/Workday é um projeto fundamental para a Organização, incentivamos a OPAS a manter o apoio institucional, na forma de uma tarefa permanente, para aproveitar ao máximo os benefícios derivados da disponibilidade de informação administrativa.

13 Conforme previsto no Regulamento e o Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana, a Organização financia os benefícios e direitos dos funcionários atuais e dos aposentados. No fim de 2017, o valor líquido dos passivos correntes e não correntes do seguro-saúde do pessoal (SHI) alcançou US\$ 238,61 milhões. Esse montante do passivo foi obtido a partir de um cálculo atual do valor atuarial das obrigações presentes e futuras relacionadas com o seguro-saúde dos funcionários e dos aposentados.

Em novembro de 2016 foi assinado um memorando de entendimento para unificar e simplificar a futura gestão do passivo do fundo do SHI e permitir a transferência dos ativos do ASHI da OPAS para o fundo do SHI da OMS, o que possibilitaria uma gestão mais eficiente desses ativos. Em 1º de janeiro de 2017, a Organização mudou sua política contábil de modo a reconhecer os benefícios dos empregados de acordo com a IPSAS 39, que substituiu a IPSAS 25.

2. Exame financeiro

- 14 Os comentários da Diretora sobre as demonstrações financeiras apresentam uma análise integral da atividade financeira da Organização em 2017. Examinamos a informação financeira apresentada e verificamos que coincidiu com a informação contida nas demonstrações financeiras; além disso, oferecemos uma análise detalhada para melhorar o entendimento.
- 15 Com base na nossa auditoria das demonstrações financeiras, identificamos vários assuntos que, a nosso modo de ver, é importante sublinhar neste relatório. Estes assuntos são os seguintes:
- No exercício financeiro de 2017, o segundo ano do biênio orçamentário, a OPAS registrou um déficit líquido de US\$ 2,0 milhões. O resultado líquido de 2016 foi de US\$ 21,4 milhões, motivo pelo qual o resultado de 2017 representa uma importante mudança em relação ao ano anterior. A seguir, detalham-se as causas principais dessa variação.
 - O total da receita aumentou 4%, de US\$ 1,450 bilhão em 2016 para US\$ 1,509 bilhão em 2017.
 - A receita total da compra de provisões de saúde pública teve um ligeiro aumento de 0,9%, chegando a US\$ 693,0 milhões, em comparação com US\$ 686,5 milhões em 2016. Por meio de amplos processos de licitação internacional, a OPAS consegue adquirir, a preços acessíveis, vacinas, equipamentos e provisões de saúde pública em nome dos Estados Membros e das instituições internacionais. Essas receitas são a principal fonte de renda: representando 45,9% do saldo global da receita.
 - A receita gerada em 2017 pelas contribuições voluntárias também subiu em comparação com o ano anterior, somando US\$ 614,2 milhões, um aumento de 7,5%. Essas contribuições foram a segunda fonte de receita em 2017 e representaram mais de 40,7% da receita total.
 - As receitas diversas diminuíram, passando de US\$ 23,0 milhões no fim de 2016 para US\$ 16,1 milhões em 2017. As receitas diversas abrangem principalmente as reavaliações cambiais, os juros, e as perdas e ganhos resultantes da variação das taxas de câmbio.
 - Os gastos da OPAS aumentaram 5,8% em 2017, passando de US\$ 1,4283 bilhão em 2016 para US\$ 1,5109 bilhão em 31 de dezembro de 2017.
 - Os gastos com compras (provisões, materiais e produtos básicos) aumentaram 3%, passando de US\$ 676,8 milhões em 2016 para US\$ 697,2 milhões em 2017. Essas despesas foram a principal rubrica dos gastos, ao representarem 46,1% do total.
 - Os desembolsos em subvenções e transferências para contrapartes também aumentaram, de US\$ 441,3 milhões em 2016 para US\$ 455,0 milhões em 2017, uma elevação de 3,1%. Cerca de 96,0% desse montante corresponde ao projeto Mais Médicos (US\$ 436,6 milhões destinados a esse tipo de pagamento em 2017).
 - A rubrica Pessoal e outros gastos de pessoal mostrou um aumento de 5,4%, passando de US\$ 140,4 milhões em 2016 para US\$ 147,9 milhões em 2017.
 - O custo total da depreciação e amortização alcançou a soma de US\$ 0,9 milhão em 2017. Contudo, a depreciação foi de US\$ 2,2 milhões e a diferença de US\$ 1,4 milhão abrange a capitalização de ativos divulgados na demonstração da situação financeira. Em 2016, esse gasto foi de US\$ 1,9 milhão.

- Os custos de viagens aumentaram 34,9%, passando de US\$ 40,1 milhões em 2016 para US\$ 54,2 milhões em 2017. Os gastos com serviços contratuais subiram de US\$ 111,8 milhões em 2016 para US\$ 137,8 milhões em 2017, um aumento de 23,3%. Cumpre ressaltar que a comparabilidade das despesas líquidas entre 2016 e 2017 foi afetada fortemente por uma reclassificação dos gastos, conforme explicado na Nota 16.1 das demonstrações financeiras de 2017.
- O valor do ativo circulante total da OPAS aumentou em US\$ 59,4 milhões, passando de US\$ 726,5 milhões para US\$ 785,9 milhões em 2017.
- Os investimentos de curto prazo aumentaram de US\$ 239,7 milhões em 2016 para US\$ 359,8 milhões em 2017. No ativo circulante, os valores a receber aumentaram de US\$ 349,6 milhões em 2016 para US\$ 352,3 milhões em 2017.
- No caso das contribuições voluntárias, os valores a receber aumentaram 4,8%, de US\$ 208,1 milhões em 2016 para US\$ 218,2 milhões em 2017.
- Os investimentos de longo prazo, que devem ser suficientes para fazer face às necessidades da OPAS assinaladas como passivos de longo prazo, somaram US\$ 373,0 milhões em 2017. Esse valor é 25,3% superior ao de 2016, quando esses investimentos totalizaram US\$ 297,67 milhões.
- Devido principalmente à amortização de 2017, o valor do ativo imobilizado caiu de US\$ 108,4 milhões em 2016 para US\$ 107,4 milhões.
- O passivo circulante da OPAS aumentou de US\$ 589,3 milhões em 2016 para US\$ 695,3 milhões em 2017.
- O passivo circulante e não circulante referente aos benefícios aos funcionários aumentou 20,8%. Assim, o montante de US\$ 197,5 milhões registrado em 2016 subiu para US\$ 238,6 milhões no encerramento de 2017. Cumpre ressaltar que a comparabilidade dos saldos finais dos benefícios aos empregados entre 2016 e 2017 foi afetada pela reapresentação imposta pela adoção da IPSAS 39, que substituiu a IPSAS 25. Os detalhes dessa reapresentação são apresentados na Nota 12.3.a 1 das demonstrações financeiras de 2017.
- A OPAS dispõe de recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações (US\$ 248,8 milhões em saldos dos fundos e reservas; contudo, esse montante é 11,9% inferior ao de 2016).

3. Representações nos países

3.1. Introdução

- 16 A OPAS está presente em mais de 30 países em toda a Região das Américas. As operações e a execução de projetos da OPAS em cada país são administradas por sua rede de representações e centros pan-americanos. A OPAS financia suas atividades com dotações do orçamento ordinário, além dos fundos para projetos específicos. Os desembolsos dessas representações em 2017 (incluído o projeto Mais Médicos) somaram cerca de US\$ 632 milhões (US\$ 632 milhões em 2016), e foram um componente importante das atividades informadas pela OPAS. Portanto,

- efetuamos visitas de campo para verificar as operações administradas localmente, os gastos e os mecanismos de controle dessas repartições.
- 17 Nossa seleção das representações nos países foi feita mediante uma avaliação dos riscos, que levou em conta o nível do gasto e a data de nossa última visita de auditoria (se houve), entre outras considerações (por exemplo, entrevistas com o pessoal e os gerentes da Sede). Também consideramos as recomendações do Comitê de Auditoria e os resultados das visitas de controle efetuadas pelo Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação.
 - 18 Em 2017, visitamos as representações no Brasil, Peru e Chile. No final de cada visita apresentamos um relatório com nossos resultados e recomendações. Os relatórios foram entregues ao representante da OPAS/OMS no país em questão. Depois, solicitou-se à direção de cada representação que respondesse ao nosso relatório e elaborasse um plano de ação a ser executado para abordar as deficiências detectadas. Esse foi o sétimo ano consecutivo em que os auditores externos visitaram a representação no Brasil, pois ela responde pela maior parte dos gastos da OPAS.
 - 19 Além disso, ao longo dos procedimentos de auditoria efetuados na Sede, examinamos documentação pertinente relacionada com as atividades das representações nos países.

3.2. Projeto Mais Médicos

- 20 A participação da OPAS no projeto Mais Médicos foi estabelecida no Termo de Cooperação 80, assinado entre a OPAS e o Ministério da Saúde do Brasil em abril de 2013 por um período de cinco anos (até abril de 2018), com a possibilidade de estendê-lo por mais cinco anos (até 2023). O propósito deste projeto é melhorar o acesso da população do Brasil à atenção primária à saúde. Para executar o acordo, a OPAS e o Governo de Cuba acordaram a participação de médicos cubanos no projeto. Em 13 de março de 2018 foi assinado o décimo primeiro Termo de Ajuste, que permanecerá em vigor até abril de 2023.

A implementação total do projeto, quanto aos recursos financeiros, subiu para US\$ 2,137 bilhões (R\$ 6,80 bilhões) desde seu início até dezembro de 2017; desse montante, pelo menos US\$ 489,8 milhões foram desembolsados em 2017 (R\$ 1,5617 bilhão).
- 21 Analisamos a administração do projeto Mais Médicos pela OPAS em 2017, tanto na Sede como na representação no Brasil. Reconhecemos que a estrutura do projeto continua a ser sólida, que todos os cargos criados para apoiá-lo estavam cobertos, que as ferramentas de TI implementadas para a gestão de projetos continuam a ser melhoradas e que a maioria de nossas recomendações estavam em execução ou já haviam sido atendidas. Além disso, o Supremo Tribunal Federal do Brasil proferiu decisão favorável à constitucionalidade do projeto. Não obstante, ainda encontramos algumas áreas que precisam melhorar.
- 22 Um dos elementos importantes do quadro atual de controle interno do projeto é a base de dados utilizada pela Representação no Brasil para fazer o acompanhamento e supervisionar as atividades operacionais dos médicos cubanos que participam do programa. A OPAS melhorou a funcionalidade desta ferramenta e implementou a maior parte das recomendações formuladas pelos auditores externos e internos. No entanto, notamos vários casos de médicos que, apesar de estarem de licença ou de já haverem concluído sua participação no programa, continuavam a aparecer na base dados como se estivessem em atividade nos meses após o encerramento do seu vínculo. Esses erros foram corrigidos nos meses seguintes.

- 23 A base de dados ainda pode ser melhorada no que diz respeito à documentação comprobatória. Identificamos casos em que foram feitos novos registros ou retiradas sem os documentos correspondentes ou sem anexar os documentos correspondentes à base de dados, em especial a cópia digitalizada do passaporte ou de documentos que indicam que a participação no programa foi encerrada.

Além disso, em relação ao “Módulo de Gestão de Incidentes”, notamos que algumas modificações são necessárias para que o registro de incidentes relacionados com vários médicos possa ser feito com mais eficácia. Em especial, a tipologia e a classificação desses incidentes devem ser reprojatadas, e o ideal seria apresentar uma lista das categorias em que foi inserida uma lista extensível de subcategorias.

- 24 Em 2017, houve vários problemas com o sistema de comprovação de faturas, causados principalmente por eventos imprevistos durante o desenvolvimento desse sistema de TI, como ações na Justiça, o reestabelecimento ou prorrogação de contratos de médicos, a chegada de novas pessoas, etc. O Departamento de Tecnologia da Informação relatou um número considerável de dificuldades para reagir a esses eventos devido à arquitetura do sistema.
- 25 Em nossos relatórios a Representação no Brasil referentes a anos anteriores (2014 a 2016), observamos que algumas as operações do projeto Mais Médicos, no montante de pelo menos US\$ 5,6 milhões, foram financiadas por fontes diferentes das indicadas no Termo de Cooperação 80.
- 26 Em 2017, mais médicos cubanos entraram com ações na Justiça relacionadas ao projeto Mais Médicos. O principal objetivo dessas ações é obter mais tempo livre nos seus contratos e as mesmas condições de trabalho de outros médicos que trabalham no projeto. Com base na documentação recebida, estimamos que, no dia da visita de auditoria, havia 159 ações pendentes, afetando um total de 198 médicos.

Recomendação 1: Recomendamos examinar cuidadosamente os procedimentos de controle pertinentes e implementar um processo de revisão posterior ao pagamento para detectar todos os ajustes indispensáveis que devem ser feitos a cada mês. Também recomendamos fazer verificações por meio do cruzamento de dados periódico entre os períodos contábeis para que todas as reconciliações sejam feitas com o devido cuidado.

Recomendação 2: Recomendamos atualizar os dados da base de dados do COLPADI com toda a documentação comprobatória pertinente relacionada a novos registros e retiradas, a fim de melhorar a qualidade das informações registradas nessa base de dados. Além disso, recomendamos melhorar a funcionalidade do Módulo de Gerenciamento de Incidentes para identificar e registrar corretamente os diversos incidentes relacionados com o emprego dos médicos.

Recomendação 3: Recomendamos atualizar o aplicativo do sistema de comprovação de faturas ou migrar os dados existentes para um sistema novo e modular, a fim de permitir a coleta de informações sobre todos os tipos de situação (e os respectivos procedimentos) que possam ocorrer no futuro com relação ao Projeto Mais Médicos. Além disso, essa solução deve ser integrada plenamente à base de dados do COLPADI.

Recomendação 4: Recomendamos evitar usar verbas orçamentárias ou subvenções gerais para financiar atividades dentro do alcance do projeto Mais Médicos. Além disso, recomendamos

especificar em todos os documentos oficiais e relatórios financeiros o montante total relacionado ao Projeto Mais Médicos, distinguindo entre pagamentos financiados pelo TC 80 e outros TC.

Recomendação 5: Recomendamos continuar a fazer um acompanhamento rigoroso das decisões pertinentes dos tribunais brasileiros relacionadas às demandas dos médicos cubanos. Ao mesmo tempo, o plano de contingência deve ser atualizado continuamente de acordo com a evolução da situação projetada.

4. Questões de governança

- 27 Os Órgãos Diretores de uma organização internacional contam com alguns mecanismos para supervisionar a eficiência de suas atividades. Analisamos esses mecanismos como parte da auditoria.

4.1. Sistema de Informação para a Gestão (PMIS) da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA)

4.1.1. Antecedentes

- 28 Em 2010, o 50º Conselho Diretor autorizou formalmente um processo de modernização da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) e aprovou a implementação do Sistema de Informação para a Gestão da OPAS (PMIS), um sistema de ERP. A implementação começou no início de 2014. Após dois anos, no início de 2016, o PMIS foi lançado, substituindo o já obsoleto sistema de TI existente.
- 29 Em 2016, continuou-se a atualizar essa nova ferramenta informática e, no atual exercício financeiro de 2017, houve uma fase de aprimoramento. O custo total da implementação desse sistema de ERP atingiu os US\$ 23 milhões; no entanto, esse montante não abrange o valor do trabalho realizado internamente pelos funcionários da OPAS nem as melhorias posteriores feitas após o encerramento oficial da implementação do PMIS, em abril de 2016.

4.1.2. Exame de Auditoria

- 30 No dia da visita de auditoria, o sistema já estava em operação havia dois exercícios financeiros, mas seu aprimoramento continuava a ser um processo em andamento. É preciso observar que, graças ao fato de que, em 2016 e 2017, a OPAS fez um esforço importante para levar a cabo os processos completos de implementação e aprimoramento, as operações do sistema podem ser consideradas estáveis e previsíveis. Não obstante, trata-se de um sistema complexo que tende a registrar erros imprevistos. Assim, é indispensável adotar verificações e controles de maneira contínua em todos os níveis operacionais.

- 31 De maneira análoga aos procedimentos de auditoria realizados em 2016, durante a auditoria das demonstrações financeiras de 2017, os auditores prestaram especial atenção ao desempenho do sistema de ERP. O processamento de dados do PMIS ainda foi identificado como área de risco; assim, foram adotados procedimentos adicionais de auditoria para avaliar a exatidão e regularidade das transações registradas. Além das áreas de risco identificadas em nosso relatório sobre a auditoria de 2016, o programa de auditoria também abrangia verificações adicionais relacionadas à elaboração de relatórios orçamentários, pois o fechamento financeiro coincidiu com o fechamento do biênio orçamentário 2016-2017.
- 32 Em resultado desse trabalho de auditoria, detectamos várias deficiências que ainda precisam ser abordadas:
- a. De modo semelhante ao sistema anterior, a preparação das demonstrações financeiras da OPAS referentes a 2017 foi um processo que exigiu grande carga de trabalho, operações manuais e manipulação de dados fora do sistema.
 - b. Outra área afetada pela falta de relatórios confiáveis foi a tesouraria. Os relatórios disponíveis no sistema não permitiram conciliações bancárias rápidas e exatas. Essa deficiência foi compensada com procedimentos de conciliação manual. Trata-se de uma séria limitação para uma organização com mais de 60 contas bancárias em múltiplos países.
 - c. A funcionalidade do sistema no tocante à reavaliação de moedas estrangeiras ainda é muito básica. Levando em conta que a Organização contabiliza 24 moedas diferentes e executa operações em 30 países, as implicações desse fato afetaram negativamente os cálculos contábeis.
 - d. Os alertas, as mensagens de erro, os relatórios, os Procedimentos Operacionais Padronizados da OPAS e demais documentações relacionadas ao sistema ainda estão disponíveis exclusivamente em inglês. Há funções no sistema, particularmente nas representações, exercidas por funcionários que não falam inglês.

Recomendação 6: Recomendamos aumentar os esforços para limitar ao indispensável a manipulação de dados fora do sistema.

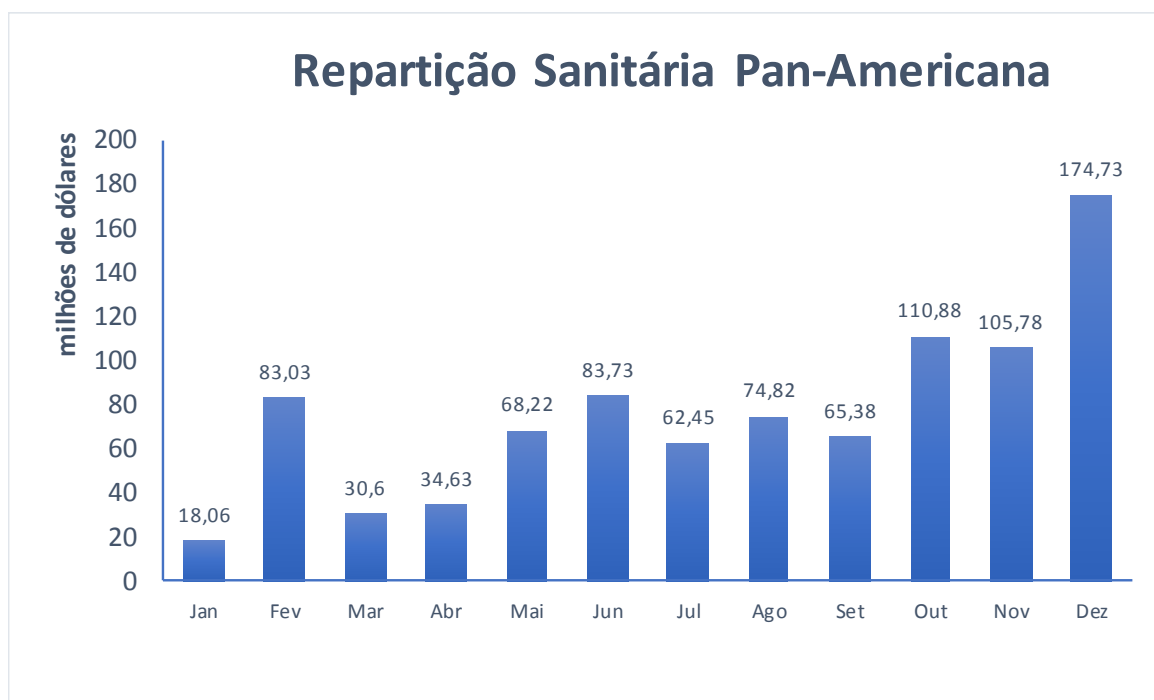
Recomendação 7: Recomendamos a introdução de um relatório de conciliação bancária no sistema. O relatório deve ser usado regularmente para conciliar mensalmente todas as contas bancárias, comparando os dados obtidos dos bancos com os lançamentos no livro-razão.

Recomendação 8: Recomendamos uma atualização do sistema para permitir o cálculo exato das diferenças cambiais e reavaliação automática das posições abertas em moedas estrangeiras no fechamento de cada período. Se o tratamento correto dessas operações não for possível devido a limitações do sistema, deve-se incluir as informações pertinentes nas demonstrações financeiras e na política contábil da Organização.

Recomendação 9: Recomendamos traduzir as mensagens e os alertas do sistema relativos ao usuário final para que estejam em outros idiomas além do inglês. Vários usuários do sistema nas representações não falam inglês, mas precisam usar o sistema. A incapacidade de entender claramente a documentação, mensagens ou instruções do sistema pode diminuir sua utilidade e contribuir para a entrada errônea de dados.

4.2. Aumento dos gastos no fim do biênio

- 33 No biênio 2016-2107, os recursos orçamentários da OPAS abrangiam, entre outros, os recursos das contribuições fixas dos Estados Membros, as receitas diversas e os recursos executados pela OPAS da alocação do orçamento ordinário da OMS. Todos esses recursos foram destinados para a implementação dos programas de saúde internacionais estabelecidos pela Assembleia Mundial da Saúde para a Região das Américas.
- 34 A análise da regularidade dos desembolsos e do fluxo de caixa das operações do Orçamento Ordinário¹ (o orçamento ordinário da OPAS e o orçamento ordinário da OMS alocado para a Região das Américas) revelou um aumento significativo no nível dos desembolsos nos últimos três meses de 2017. Uma observação semelhante foi feita nos relatórios detalhados do Auditor Externo referente aos anos de 2013 e 2015, os anos de encerramento dos biênios anteriores.
- 35 Excluindo da análise as operações de recursos humanos (a folha de pagamento), constatamos que os desembolsos em dezembro (US\$ 174,7 milhões) representaram 329,4% do nível médio mensal dos gastos do primeiro semestre de 2017 (US\$ 53,0 milhões). No último trimestre de 2017, a Repartição Sanitária Pan-Americana gastou US\$ 391,4 milhões no total, valor semelhante à soma dos gastos efetuados durante os seis meses anteriores (US\$ 389,2 milhões de abril a setembro de 2017). Os detalhes são apresentados no gráfico abaixo.



- 36 Notamos que, próximo ao fim do biênio, os Diretores e os representantes aumentaram os desembolsos para cumprir suas metas de gastos.

¹ Os recursos do Orçamento Ordinário, conforme sua definição nos registros contábeis, excluem os gastos financiados por outras fontes como os Fundos Rotativos ou as contribuições voluntárias, entre outras fontes de financiamento.

- 37 Embora as organizações que trabalham com base em orçamentos costumem aumentar seus gastos quando o fim do período orçamentário se aproxima (e a OPAS não é exceção), não acreditamos que essa prática comum possa ser considerada uma forma satisfatória, adequada nem eficiente para alcançar os objetivos orçamentários, pois consideramos que esse comportamento pode pôr em risco um desempenho financeiro sólido.

Recomendação 10: Recomendamos melhorar o cronograma da execução do Programa e Orçamento para o biênio 2018-2019, desenvolvendo ferramentas dentro do novo esquema orçamentário para evitar o acúmulo de gastos no fim do biênio.

5. Acompanhamento das recomendações do ano anterior

- 38 Em nosso relatório referente a 2016, fizemos várias recomendações sobre a administração da OPAS. Como parte de nosso trabalho, acompanhamos o progresso da OPAS em sua implementação.
O acompanhamento detalhado, com a resposta da OPAS e nossos comentários, consta do Anexo B.
- 39 Em geral, somos da opinião de que a OPAS respondeu apropriadamente às nossas recomendações e está tomando medidas para resolver as questões indicadas. Concluimos que a OPAS respondeu de maneira muito positiva às nossas recomendações, já que todas foram encerradas ou estão sendo implementadas. Também tomamos nota da adequada implementação de nossas recomendações sobre o PMIS e Mais Médicos, já que ambos os projetos são cruciais para a Organização.

Agradecimentos

- 40 48 Gostaríamos de destacar nosso agradecimento pela cooperação e assistência proporcionada pela Diretora e pelos funcionários da Organização durante a nossa auditoria.

Madri, 11 de abril de 2018

Assinado

Ramón Álvarez de Miranda García

Presidente do Tribunal de Contas da Espanha

Anexo A – Resumo das recomendações da auditoria

Recomendação 1: Recomendamos examinar cuidadosamente os procedimentos de controle pertinentes e implementar um processo de revisão posterior ao pagamento para detectar todos os ajustes indispensáveis que devem ser feitos a cada mês. Também recomendamos fazer verificações por meio do cruzamento de dados periódico entre os períodos contábeis para que todas as reconciliações sejam feitas com o devido cuidado.

Recomendação 2: Recomendamos atualizar os dados da base de dados do COLPADI com toda a documentação comprobatória pertinente relacionada a novos registros e retiradas, a fim de melhorar a qualidade das informações registradas nessa base de dados. Além disso, recomendamos melhorar a funcionalidade do Módulo de Gerenciamento de Incidentes para identificar e registrar corretamente os diversos incidentes relacionados com o emprego dos médicos.

Recomendação 3: Recomendamos atualizar o aplicativo do sistema de comprovação de faturas ou migrar os dados existentes para um sistema novo e modular, a fim de permitir a coleta de informações sobre todos os tipos de situação (e os respectivos procedimentos) que possam ocorrer no futuro com relação ao Projeto Mais Médicos. Além disso, essa solução deve estar integrada plenamente à base de dados COLPADI.

Recomendação 4: Recomendamos evitar usar verbas orçamentárias ou subvenções gerais para financiar atividades dentro do alcance do projeto Mais Médicos. Além disso, recomendamos especificar em todos os documentos oficiais e relatórios financeiros o montante total relacionado ao Projeto Mais Médicos, distinguindo entre pagamentos financiados pelo TC 80 e outros TC.

Recomendação 5: Recomendamos continuar a fazer um acompanhamento rigoroso das decisões pertinentes dos tribunais brasileiros relacionadas às demandas dos médicos cubanos. Ao mesmo tempo, o plano de contingência deve ser atualizado continuamente de acordo com a evolução da situação projetada.

Recomendação 6: Recomendamos aumentar os esforços para limitar ao indispensável a manipulação de dados fora do sistema.

Recomendação 7: Recomendamos enfaticamente introduzir no sistema um relatório fidedigno da conciliação bancária. Esse relatório deve ser usado regularmente para conciliar mensalmente todas as contas bancárias, comparando os dados obtidos dos bancos com os lançamentos no livro-razão.

Recomendação 8: Recomendamos uma atualização do sistema para permitir o cálculo exato das diferenças cambiais e reavaliação automática das posições abertas em moedas estrangeiras no fechamento de cada período. Se o tratamento correto dessas operações não for possível devido a limitações do sistema, deve-se incluir as informações pertinentes nas demonstrações financeiras e na política contábil da Organização.

Recomendação 9: Recomendamos traduzir as mensagens e os alertas do sistema relativos ao usuário final para que estejam em outros idiomas além do inglês. Vários usuários do sistema nas representações não falam inglês, mas precisam usar o sistema. A incapacidade de entender claramente a documentação, mensagens ou instruções do sistema pode diminuir sua utilidade e contribuir para a entrada errônea de dados.

Recomendação 10: Recomendamos melhorar o cronograma da execução do Programa e Orçamento para o biênio 2018-2019, desenvolvendo ferramentas dentro do novo esquema orçamentário para evitar o acúmulo de gastos no fim do biênio.

Anexo B – Implementação das recomendações de anos anteriores

Examinamos a implementação pela administração das recomendações apresentadas no relatório de 2016. Resumimos a resposta e apresentamos nossa avaliação, com base no trabalho de auditoria dos controles internos.

RECOMENDAÇÃO	RESPOSTA DA DIREÇÃO	COMENTÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS
<p>Recomendação 1:</p> <p>Recomendamos examinar a entrada de dados na base de dados do COLPADI para velar por sua qualidade e exatidão, especialmente os dados dos médicos participantes novos. A administração da Representação no Brasil deve analisar a capacidade do módulo de incidentes, homogeneizar os tipos de incidentes e examinar os incidentes não resolvidos e os dados correspondentes.</p>	<p>A Colpadi está modificando o fluxo de processos relacionados ao registro dos dados de médicos na base de dados. A função de entrada de dados, atualmente cumprida por consultores internacionais da OPAS (IPC), será delegada a uma equipe administrativa centralizada da Unidade Técnica do Mais Médicos (entrada de dados de um ponto), e os consultores internacionais das OPAS farão o controle de qualidade dos dados correspondentes aos médicos dos seus respectivos estados que participam desse programa de cooperação. Esse novo processo operacional melhorará a qualidade e a precisão da entrada de dados e tirará dos consultores uma importante carga administrativa, sobretudo no caso dos que gerenciam estados com um grande número de médicos que trabalham no projeto de cooperação.</p> <p>No que diz respeito à capacidade do módulo de incidentes e à homogeneização das tipologias de incidentes, os pontos focais responsáveis pelas atividades administrativas e operacionais da Unidade Técnica do Mais Médicos organizaram um workshop de desenvolvedores da Colpadi em março de 2017, no qual foram definidas novas funcionalidades a serem incorporadas à base de dados (automatização de entrada de dados anterior à implementação). As recomendações da auditoria também foram discutidas com os técnicos cubanos da Colpadi para serem incluídas no plano de ação de desenvolvimento da Colpadi. Os resultados foram os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As tipologias de incidentes foram examinadas e alinhadas com os requisitos do sistema de comprovação de faturas; • O “módulo do processo de registro dos médicos” foi dividido em dois novos subprocessos: gestão documental e pedagógica. <p>A Colpadi está modificando o fluxo de processos relacionados ao registro dos dados de médicos na base de dados. A função de entrada de dados, atualmente cumprida por consultores internacionais da OPAS (IPC), será delegada a uma equipe administrativa centralizada da Unidade Técnica do Mais Médicos (entrada de dados de um ponto), e os consultores internacionais das OPAS farão o controle de qualidade dos dados correspondentes aos médicos dos seus respectivos estados que participam desse programa de cooperação. Esse novo processo operacional melhorará a qualidade e a precisão da entrada de dados e tirará dos consultores uma importante carga administrativa, sobretudo no caso dos que gerenciam estados com um grande número de médicos que trabalham no projeto de cooperação.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p>	<p>ENCERRADA</p> <p>(FEITA NO RELATÓRIO DETALHADO DE 2017)</p>

	<p>Além das melhorias do sistema, existe um grupo de trabalho formado pela Unidade Técnica do Mais Médicos e pela e ADM-BRA (TI, Finanças, Monitoramento e Avaliação) que está em vias de implementar um plano de ação para alcançar dois objetivos principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar os fluxos de trabalho e o registro da entrada de dados da COLPADI para padronizar seus processos e minimizar as incongruências entre os dados. <p>Nesse processo, será feita a limpeza e atualização dos dados, bem como, a introdução dos novos atributos exigidos pela evolução do projeto (situação com respeito ao matrimônio e a demandas na Justiça).</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Diagnóstico das funcionalidades do sistema de comprovação de faturas, com o intuito de detectar possíveis mudanças nas suas regras operacionais, determinar a uniformidade dos dados da Colpadi e definir as novas necessidades de informação do sistema de comprovação de faturas. <p>A previsão é que esse plano de ação esteja concluído até o fim de dezembro de 2017.</p>	
<p>Recomendação 2:</p> <p>Recomendamos examinar de maneira especial as deserções dos participantes e realizar um acompanhamento. Deve-se fazer uma comprovação detalhada de que a informação apresentada na lista oficial de deserções, na base de dados do COLPADI e no sistema de comprovação de faturas coincida.</p>	<p>O processo de gestão das deserções é o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O consultor internacional da OPAS (IPC) descentralizado e o Ministério da Saúde (assessores do Estado) informam os casos de deserção ao consultor nacional da OPAS (NC) centralizado; 2. O consultor nacional da OPAS envia um ofício ao Ministério da Saúde e à Embaixada de Cuba comunicando as deserções; 3. O secretário da Unidade Técnica do Mais Médicos atualiza a documentação anexa do serviço de comprovação de faturas e calcula as datas exatas de trabalho do profissional antes da deserção para garantir a precisão das faturas; 4. Os IPC centralizados atualizam a base de dados Colpadi de acordo com as informações fornecidas pelo consultor nacional; 5. O consultor nacional confirma a exatidão das informações atualizadas da Colpadi (o Ministério da Saúde e a Embaixada de Cuba também fazem seu próprio controle). <p>A pequena discrepância entre as informações dos diferentes sistemas de registro poderia ter sido causada pela mudança e transição das funcionalidades e responsabilidades dos IPC ocorridas entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017 (o processo de saída dos IPC pelo fim da sua missão e a pré-implantação e instalação dos novos IPC). No entanto, esses processos foram monitorados de perto e as informações e o funcionário responsável pelas operações da Unidade Técnica do Mais Médicos, em estreita coordenação com o consultor nacional, verificou novamente e atualizou as informações da Colpadi e do sistema de comprovação de faturas.</p>	<p>ENCERRADA (FEITA NO RELATÓRIO DETALHADO DE 2017)</p>
<p>Recomendação 3:</p> <p>Recomendamos evitar usar verbas orçamentárias ou doações gerais para financiar atividades que se encontram especificamente dentro do alcance do projeto Mais Médicos.</p>	<p>As ações a serem executadas durante o semestre como parte do programa Mais Médicos são definidas em um plano de trabalho semestral (PTS) elaborado para cada termo de cooperação e termo de ajuste, uma vez que esses convênios podem ter sinergias e ações complementares, além de permitir o trabalho interprogramático.</p>	<p>ENCERRADA (FEITA NO RELATÓRIO DETALHADO DE 2017)</p>

	<p>O Termo de Cooperação 80 (TC80) está financiando as atividades relacionadas à atenção primária à saúde definidas no Mais Médicos, mas outros termos de cooperação também podem financiar atividades se elas estiverem alinhadas de forma mais adequada (por exemplo, o TC67, sobre os povos indígenas).</p> <p>Como o pagamento relacionado à moradia e alimentação para os médicos dos distritos indígenas não poderia ser feito por meio do TC 80 devido às diretrizes governamentais do Programa Mais Médicos, a OPAS fez esses pagamentos usando o TC 67, na forma de um processo extraordinário.</p>	
<p>Recomendação 4:</p> <p>Recomendamos continuar fazendo um acompanhamento rigoroso das decisões adotadas nos tribunais brasileiros acerca das demandas dos médicos cubanos. Ao mesmo tempo, a OPAS deve elaborar um plano de contingência caso sejam emitidas sentenças favoráveis para os demandantes. Também recomendamos acompanhar muito de perto as decisões pertinentes do Supremo Tribunal Federal do Brasil e manter atualizado o plano de contingência.</p>	<p>O Escritório do Assessor Jurídico (LEG) continua a trabalhar em estreita colaboração com a Representação do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores desse país para monitorar a situação dos diversos desafios legais relacionados ao programa Mais Médicos. Além disso, o LEG submeteu ao Ministério das Relações Exteriores informações e argumentos jurídicos em apoio à Organização e ao programa Mais Médicos para uso na defesa da OPAS e do programa perante os diversos órgãos judiciais que atualmente estão examinando as demandas pendentes. Por último, o LEG está colaborando estreitamente com a Representação do Brasil para assegurar que um plano de contingência eficaz esteja pronto caso ele se faça necessário.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>A Representação do Brasil mantém uma lista atualizada de todos os casos, sua situação e seus resultados.</p>	<p>ENCERRADA</p> <p>(FEITA NO RELATÓRIO DETALHADO DE 2017)</p>
<p>Recomendação 5:</p> <p>Recomendamos a designação de uma unidade específica ou equipe responsável pelo controle horizontal e sistemático.</p>	<p>Foi estabelecido um Diretor de Conformidade, responsável por essa função, e nomeou-se um Assessor de Conformidade.</p>	<p>ENCERRADA</p>
<p>Recomendação 6:</p> <p>Recomendamos a elaboração de uma lista dos relatórios necessários que devem ser preparados a fim de assegurar informações úteis e confiáveis para todas as áreas funcionais. A preparação da lista deve ser precedida por uma análise abrangente (incluindo um levantamento) das necessidades de todos os gerentes, com atenção particular às representações.</p>	<p>Uma lista de relatórios foi elaborada e posta à disposição dos usuários. A lista foi elaborada com base nas contribuições obtidas por meio do processo de governança do PMIS e da rede de administradores. Atualmente, uma equipe interfuncional está examinando e atualizando a lista para simplificar e melhorar a apresentação de informações e incluir relatórios modificados e recém-elaborados.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>Foi estabelecido um grupo de trabalho para limpar, priorizar e padronizar os relatórios e painéis de controle. O grupo de trabalho ficará encarregado de eliminar a redundância nos relatórios, reduzir o número de relatórios consolidando os requisitos e zelar para que os centros de custos façam suas contribuições por meio dos pontos focais designados (atualmente cada centro de custos está definindo quem é seu ponto focal).</p> <p>Medidas tomadas:</p> <p>Criação no Workday do painel de relatórios úteis do PMIS, que mostra os relatórios mais úteis por área: referência geral, recursos humanos, planejamento e orçamento, compras, finanças e gastos (ainda em discussão) e aprendizado.</p> <p>Criação do painel para os administradores do PMIS, que estará disponível em breve como um item do menu de “aplicativos”: esse painel gerará outros painéis que</p>	<p>ENCERRADA</p>

	<p>apresentarão informações úteis principalmente para os administradores dos relatórios e para os pontos focais dos centros de custos</p> <p>Criação de vários painéis que consolidarão informações úteis relacionadas ao tema: análise da conformidade de viagens, planos de trabalho bienais das entidades, dados de HCM, análise do desempenho da OPAS, situação de pedidos e faturas, e conciliação bancária.</p> <p>Além disso, desde 30 de abril de 2017, ITS atendeu 131 solicitações relacionados a relatórios do PMIS: novos relatórios, aprimoramentos, mensagens adicionais, etc.</p>	
<p>Recomendação 7:</p> <p>Recomendamos aumentar os esforços para limitar ao mínimo a manipulação de dados fora do sistema.</p>	<p>Foram criadas equipes interfuncionais para se encarregar do fechamento bienal, obrigações e folha de pagamento, com o objetivo de limitar ou eliminar a manipulação fora do sistema.</p>	<p>ENCERRADA</p> <p>(FEITA NO RELATÓRIO DETALHADO DE 2017)</p>
<p>Recomendação 8:</p> <p>Recomendamos enfaticamente introduzir no sistema um relatório fidedigno da conciliação bancária. Esse relatório deve ser usado regularmente para conciliar mensalmente todas as contas bancárias, comparando os dados obtidos dos bancos com os lançamentos no livro-razão.</p>	<p>O Departamento de Gestão de Recursos Financeiros (FRM) está trabalhando com especialistas da Collaborative Solutions e Workday para elaborar um relatório abrangente dos dados bancários que permita identificar com clareza as transações pendentes ou em aberto.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>FRM tem trabalhado com a Collaborative Solutions para redesenhar o relatório de dados contábeis relativo aos dados bancários no intuito de melhorar as informações fornecidas nos relatórios de conciliação automatizados. Além disso, a OPAS tem colaborado com os gerentes de produto da Workday para resolver as questões identificadas com respeito aos relatórios sobre operações bancárias e gestão de caixa.</p>	<p>ENCERRADA</p> <p>(FEITA NO RELATÓRIO DETALHADO DE 2017)</p>
<p>Recomendação 9:</p> <p>Recomendamos uma atualização do sistema para permitir o cálculo exato das diferenças cambiais e reavaliação automática das posições abertas em moedas estrangeiras no encerramento do período. Se o tratamento correto dessas operações não for possível devido a limitações do sistema, deve-se incluir a informação relevante nas demonstrações financeiras e na política contábil da Organização.</p>	<p>Foi apresentada uma solicitação de serviço (SRS) e o caso foi encaminhado à Workday. Um programa revisado para reavaliar as contas bancárias foi fornecido e está em processo de teste. As reavaliações de outras razões analíticas continuarão a ser feitas de forma manual (por exemplo, os valores a receber na forma de contribuição voluntária e receita diferida). Está em andamento uma análise de outras razões analíticas com exposição significativa em moeda local para determinar os requisitos em termos de reavaliação e as informações que devem ser apresentadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>Embora o resultado da solicitação de serviço no sentido de reavaliar as contas bancárias tenha melhorado os cálculos do Workday, continuamos a ter discrepâncias entre as duas metodologias. Assim, acreditamos que o cálculo da reavaliação das contas bancárias para o encerramento de 2017 será feito de forma manual. As informações apresentadas refletirão o tratamento diferente dado à reavaliação no caso da empresa BLC. A análise e avaliação de outras contas do balanço continuarão a ser feitas de forma manual.</p>	<p>ENCERRADA</p> <p>(FEITA NO RELATÓRIO DETALHADO DE 2017)</p>
<p>Recomendação 10:</p> <p>Recomendamos a realização de uma análise e mapeamento das datas usadas pelo sistema. O trabalho deve terminar com um inventário das datas usadas no sistema e descrição de como cada data</p>	<p>A Collaborative Solutions forneceu um documento sobre as datas dos relatórios contábeis no Workday que ajuda a esclarecer o uso e o impacto das datas nos diversos processos institucionais do Workday. Também estamos instruindo os usuários a iniciar e autorizar transações no mesmo período para limitar o impacto das flutuações</p>	<p>ENCERRADA</p>

<p>afeta a área de contabilidade (inclusive cálculo das taxas de câmbio), aquisições, orçamento e folha de pagamento.</p>	<p>cambiais.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>FRM oferecerá mais treinamento no quarto trimestre de 2017. Todos os centros de custos foram notificados da necessidade de concluir as transações dentro do mesmo período financeiro.</p>	
<p>Recomendação 11:</p> <p>Recomendamos um ajuste dos processos internos e procedimentos configurados no Workday. É importante concentrar-se nas áreas que demandam grande carga de trabalho, são repetitivas ou abundantes. O processo de otimização do fluxo de trabalho interno deve levar a uma redução da carga administrativa e automatização de tarefas passíveis de erros.</p>	<p>Faz-se regularmente uma análise das prioridades com base nas recomendações apresentadas pelos responsáveis pelas tarefas e pelos usuários.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Continuaram a ser feitos esforços para simplificar os processos institucionais. - Foram criadas equipes interfuncionais para aprimorar os processos institucionais. - Estabeleceu-se um processo de governança do PMIS para administrar as prioridades e agilizar os processos institucionais. 	<p>ENCERRADA</p>
<p>Recomendação 12:</p> <p>Recomendamos a elaboração de regras sobre armazenagem de documentos no Workday. É necessário introduzir uma padronização que permita o reconhecimento fácil de conteúdo e período com base no nome do arquivo. Além disso, as regras devem definir um padrão mínimo para os documentos que devem ser anexados a cada informação do sistema. Essas regras devem ser aplicadas a todos os documentos anexados a transações no Workday.</p>	<p>Em determinados processos institucionais no Workday, sobretudo os relacionados a recursos humanos e compras, muitas vezes é necessário anexar vários formulários e outros documentos. Isso poderá ser padronizado se:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Se for eliminado o excesso de formulários integrados aos processos do PMIS, para assim eliminar a necessidade de anexar esses formulários. 2. Se forem convertidos em modelos eletrônicos os formulários que não puderem ser eliminados ou integrados ao PMIS. Além disso, o pessoal da OPAS deve ser orientado e instruído a assinar os formulários eletronicamente de maneira a eliminar a necessidade de imprimir e guardar uma versão eletrônica e outra em papel. 3. Se for reduzido o número de anexos necessários no caso dos processos do Workday usados com mais frequência. Agora, no caso dos processos do Workday relacionados com viagens e gestão de eventos, será anexado apenas um documento: o formulário de eventos (EMT). 4. Se forem revisadas as atuais políticas 5.1.2 e 5.1.3 do Manual Eletrônico da OPAS/OMS (gestão de arquivos e gestão de registros, respectivamente), que especificam que o sistema de ERP da Organização é o “repositório oficial de registros” usados para corroborar as transações institucionais do sistema. 5. Se forem fornecidas diretrizes e instruções específicas para algumas transações e processos. <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>Atualmente, cada empregado pode filtrar seus documentos por categoria e organizá-los pela data em que fez o upload no sistema, o que permite o “reconhecimento fácil de conteúdo e período dos arquivos”.</p> <p>HRM e PRO devem ser incluídos na coluna sobre o responsável pela ação, já que a resposta diz “sobretudo os relacionados a recursos humanos e compras”.</p> <p>FRM criou um site no SharePoint para as cartas de acordo; cada centro de custos tem uma pasta para criar e arquivar os documentos das cartas de acordo (documento assinado, relatórios, memorandos, etc.). O link está disponível no Workday (dados adicionais das cartas de acordo).</p> <p>Para lidar com esse processo, FRM solicitou aos</p>	<p>ENCERRADA</p>

	<p>administradores dos centros de custos que indicassem pontos focais para as cartas de acordo, para que tivessem acesso ao SharePoint e estivessem disponíveis para capacitação. Além disso, uma lista de documentos e nomes obrigatórios foi elaborada para o registro de todos os anexos no Workday.</p>	
<p>Recomendação 13:</p> <p>Recomendamos a adoção de controles mais rigorosos para o uso de worktags. As worktags devem ser revisadas e, se possível, algumas devem ser canceladas para os usuários ou operações em que não se aplicam. A análise de worktags deve incluir combinações dinâmicas, por exemplo, numa situação em que uma worktag é automaticamente cancelada dependendo de outras opções selecionadas ao ingressar os dados (por exemplo, número da conta, rubrica do orçamento, número do projeto).</p>	<p>Os responsáveis pelos processos institucionais do PMIS revisaram e recomendaram as seguintes linhas de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FRM elaborou um balancete com notas explicativas em que são detalhadas as validações necessárias em cada caso, as worktags necessárias e outros controles. - A adoção de controles orçamentários mais rigorosos para reduzir o alcance dos erros contábeis. - A redução de transações <i>ad hoc</i> e a adoção da verificação do orçamento para os cartões de compra (<i>p-cards</i>) no WorkDay 29 reduzirão ainda mais a possibilidade de erros. - FRM definirá outras validações específicas que poderiam reduzir ainda mais a possibilidade de erros. - PBU e FRM farão uma análise das worktags das tarefas do plano do projeto (PPT) de 2016 e 2017 que não tenham sido usadas ou sejam redundantes. - PBU elaborará uma lista de projetos padrão para 2018-2019. - PBU elaborará um guia sobre a criação de novas worktags das tarefas do plano do projeto 2018-2019 e recomendará limitá-las a duas a três tarefas por projeto. - Como parte dos preparativos para a configuração do orçamento 2018-2019, um grupo interfuncional de encerramento de biênio revisará a lista preliminar de worktags para as tarefas do plano do projeto, com o objetivo de reduzir consideravelmente o número de worktags ativas. - Para o orçamento 2020-2021, PBU elaborará uma recomendação sobre o nível ao qual devem ser executadas as transações (possivelmente em um nível superior que o das tarefas do plano do projeto). <p>Cabe destacar que, tecnicamente, não é viável desativar de maneira automática as combinações para as transações de atividades.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>FRM está trabalhando atualmente em uma redução do número de categorias de gastos, a fim de melhorar a apresentação dos relatórios de gastos.</p> <p>Medidas tomadas:</p> <p>Atualmente, existem 240 validações específicas configuradas no PMIS, entre as quais se destacam as seguintes:</p> <p><i>008 - Grant required on Sponsor Funds and Grant can only be used - on Sponsor Funds.</i> Essa validação garante que, a cada vez que alguém use um fundo de patrocínio, é preciso incluir uma subvenção na transação. Em contrapartida, quando o usuário seleciona um fundo que não é de patrocínio (por exemplo, as contribuições voluntárias da OPAS), não se permite acrescentar uma subvenção à transação.</p> <p><i>013 - Ledger Account 6700 on the Actuals Ledger requires a Fund, Cost Center, Project Plan Task, and Spend Category.</i> Essa validação garante que, ao criar livros diários que afetem</p>	<p>ENCERRADA</p>

	<p>a razão 6700, o usuário inclua todas as informações obrigatórias.</p> <p><i>100 - Inactive Worktags exists.</i> Essa validação impede que os usuários façam transações com worktags inativas.</p> <p>Por fim, é importante notar que também temos condições de validação nos processos institucionais que ajudam os usuários a inserir informações corretas. Um exemplo são as validações configuradas nos Projetos do Programa e Orçamento que exigem que todo novo projeto criado no PMIS esteja vinculado ao biênio 2018-2019, tenha uma certa nomenclatura (18ITS...), tenham um gerente de projeto designado, etc.</p> <p>Com respeito ao encerramento, 40 validações foram configuradas com esse propósito, relacionadas principalmente à aplicação de datas e worktags dependendo de os fundos haverem sido vinculados à estrutura espelho ou à estrutura do Programa e Orçamento. Para poder identificá-las, uma nomenclatura especial foi elaborada e foi adicionada a sigla BG (<i>biennium gold</i>, ou seja, biênio ouro) a cada uma das validações. Essas validações foram configuradas nos seguintes processos institucionais: ordem de compra e ordem de alteração, contrato de fornecedor e modificação de contrato de fornecedor, fatura de fornecedor, autorização de gastos, relatórios de gastos, e orçamentos. Essas validações foram incorporadas de modo que não, na maioria dos casos, não precisassem ser suspensas após a transição para o novo biênio. A seguir, destacam-se alguns exemplos de validações específicas configuradas como parte do processo de encerramento.</p> <p>BG001 - For 16/17 PPT under Program and Budget or POC Fund, Document Date must be on or before December 15 (Purchase Order)</p> <p>BG002 - For 18/19 PPT, Document Date must be after December 15 (Purchase Order).</p> <p>BG020 - If your trip starts in 2018 and is under Program and Budget of POC Funds, 16/17 PPT's are not allowed (Spend Authorization)</p> <p>BG023 - Expense Reports submitted in 2017 cannot use 18/19 PPT (Expense Report)</p> <p>BG033 - 18/19 Project Plan Tasks are not allowed in 2016/2017 (Budget Amendments)</p> <p>BG034 - 18/19 Outcomes are not allowed in 2016/2017 (Budget Amendments)</p> <p>- PBU elaborará uma lista de projetos padrão para 2018-2019.</p> <p>Medidas tomadas:</p> <p>Durante o planejamento operacional para o biênio 2018-2019, trabalhando em estreita colaboração com a rede de categorias e áreas programáticas, elaborou-se uma lista de produtos e serviços por resultado imediato para que as entidades pudessem usá-la como referência ao elaborar seu plano de trabalho bienal. As entidades puderam selecionar um dos produtos e serviços recomendados para cada resultado imediato, modificá-lo ou criar um próprio. Além disso, as entidades foram obrigadas a incluir um conjunto predefinido de produtos e serviços para refletir o trabalho relacionado com a elaboração do plano de mitigação de riscos, a elaboração e monitoramento dos planos de trabalho bienais, a implementação dos planos de recursos humanos e aprendizagem, e a gestão das operações da entidade.</p>	
--	---	--

	<p>- PBU elaborará um guia sobre a criação de novas worktags das tarefas do plano do projeto 2018-2019 e recomendará limitá-las a duas a três tarefas por projeto.</p> <p>Medidas tomadas:</p> <p>Ao elaborar os planos de trabalho bienais para 2018-2019, o único requisito era criar uma tarefa do plano do projeto para cada atividade a fim de possibilitar as transações no PMIS. As entidades foram informadas de que poderiam adicionar outras tarefas durante a implementação, conforme necessário.</p> <p>- Como parte dos preparativos para a configuração do orçamento 2018-2019, um grupo interfuncional de encerramento de biênio revisará a lista preliminar de worktags para as tarefas do plano do projeto, com o objetivo de reduzir consideravelmente o número de worktags ativas.</p> <p>- Para o orçamento 2020-2021, PBU elaborará uma recomendação sobre o nível ao qual devem ser executadas as transações (possivelmente em um nível superior que o das tarefas do plano do projeto).</p> <p>Medidas tomadas:</p> <p>O trabalho para a elaboração do novo Programa e Orçamento 2020-2021 começará no fim de 2018 e prosseguirá ao longo de 2019. Levando em consideração o novo Plano Estratégico 2020-2025, o Programa e Orçamento 2020-2021 e as estruturas programáticas e orçamentárias aprovadas, PBU avaliará a viabilidade de alterar o nível em que a Organização registra as transações (atualmente é o nível das tarefas do plano do projeto ou PPT).</p> <p>Cumprir notar que, tecnicamente, não é viável desativar de maneira automática as combinações para as transações de atividades (não se pode indicar com certeza se isso é absolutamente certo; podemos estabelecer validações específicas para evitar certos tipos de combinações de worktags, de forma semelhante ao que elaboramos para o DFP).</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>FRM está trabalhando atualmente em uma redução do número de categorias de gastos, a fim de melhorar a apresentação dos relatórios de gastos.</p> <p>Medidas tomadas:</p> <p>O FRM reduziu o número de categorias de gastos de 926 para 240. A nova lista é publicada e atualizada na página do FRM na intranet:</p> <p>https://intra.paho.org/departments-offices/am/frm/Shared%20Documents/list%20of%20spend%20categories%202018.pdf</p>	
<p>Recomendação 14:</p> <p>Recomendamos traduzir mensagens e alertas do sistema relativos ao usuário final para outros idiomas além do inglês. Vários usuários do sistema nas representações não falam inglês, mas precisam operar o sistema. A incapacidade de entender claramente a documentação, mensagens ou instrução do sistema pode diminuir sua utilidade e contribuir para a entrada errônea de dados.</p>	<p>Concordamos com a recomendação. Até o fim do ano, a OPAS planeja fazer um estudo de viabilidade para analisar diferentes opções e seus respectivos custos a fim de reduzir a atual barreira linguística e seu impacto.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>Traduzir todas as mensagens para os quatro idiomas da OPAS exigirá um esforço significativo; ITS pode coordenar se os responsáveis pelas operações indicarem os pontos focais. Devido a outras prioridades encontradas, isso ainda não foi</p>	<p>ENCERRADA</p> <p>(FEITA NO RELATÓRIO DETALHADO DE 2017)</p>

	iniciado.	
<p>Recomendação 15:</p> <p>Recomendamos implementar procedimentos adequados entre as duas Organizações para que a OPAS possa preparar suas demonstrações financeiras, em particular assegurando o recebimento oportuno dos relatórios de investimento sobre o desempenho dos ativos do plano da OPAS.</p>	<p>Em conjunto com as atividades para monitorar os ativos do fundo do seguro-saúde pós-serviço (ASHI), o Diretor do FRM, na qualidade de membro do Comitê de Investimentos da OMS, zelará para que a OMS apresente relatórios em tempo hábil para facilitar a preparação das demonstrações financeiras anuais.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>A OPAS e a OMS coordenarão os cronogramas de apresentação de relatórios com base nas datas em que o atuário e aos parceiros nos investimentos apresentem suas informações.</p>	ENCERRADA
<p>Recomendação 16:</p> <p>A OPAS deve participar das reuniões do Comitê de Investimento da OMS para assegurar que seus interesses sejam considerados e protegidos.</p>	<p>Em conformidade acordo com o memorando de entendimento sobre os ativos do seguro-saúde do pessoal da OMS, firmado em 8 de novembro de 2016, a OPAS participará como parte da Secretaria nas reuniões do Comitê de Investimentos da OMS. A OPAS recebeu a programação de reuniões de 2017 e foi programado provisoriamente que o Diretor do FRM participe da primeira reunião, em julho de 2017.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>O Diretor do FRM está convidado a participar das reuniões do Comitê de Investimentos da OMS. A próxima reunião está marcada para novembro de 2017.</p>	ENCERRADA
<p>Recomendação 17:</p> <p>A OPAS deve elaborar um cronograma para obter 100% de financiamento do passivo do ASHI num certo período.</p>	<p>Com o estudo atuarial de 2017, será determinado até que ponto o objetivo de financiamento de 100% do plano está alinhado entre a OMS e a OPAS, considerando as medidas financeiras tomadas em 2017, inclusive a transferência dos ativos do ASHI da OPAS para a OMS, e a transferência em curso das contribuições mensais para esse fundo obtidas por meio da folha de pagamento. As mudanças nas regras do SHI e a solicitação de propostas para um administrador externo (TPA) nos EUA, ora em andamento, devem ter um impacto positivo e melhorar o financiamento do passivo do ASHI a partir de 2018.</p> <p>Atualização em 30 de setembro de 2017</p> <p>As políticas atuais permitirão que a organização alcance 100% do financiamento do passivo do ASHI dentro de um período indicado.</p>	EM ANDAMENTO